

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS  
CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ANA SORAIA HADDAD BIASI**

**SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO POPULAR E RELAÇÕES DE GÊNERO: UM  
DIÁLOGO ENTRE OS TRÊS SABERES NA BUSCA DA EMANCIPAÇÃO**

**SÃO LEOPOLDO  
2007**

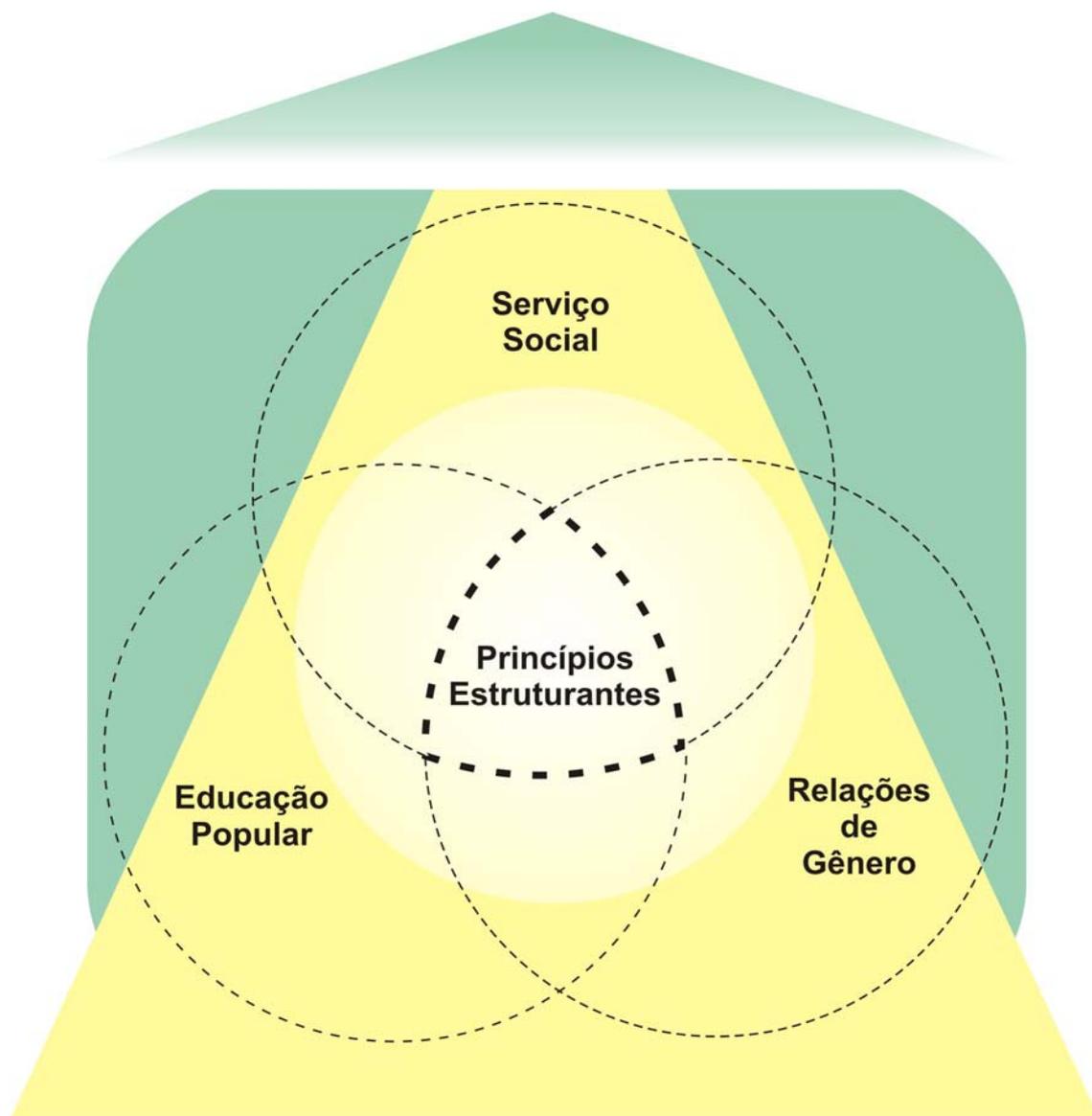
**ANA SORAIA HADDAD BIASI**

**SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO POPULAR E RELAÇÕES DE GÊNERO: UM  
DIÁLOGO ENTRE OS TRÊS SABERES NA BUSCA DA EMANCIPAÇÃO**

**Dissertação apresentada à Universidade do  
Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS – RS,  
como requisito parcial à obtenção do título  
de Mestre em Educação.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edla Eggert**

**São Leopoldo  
2007**



*O ser humano nasce, cresce e amadurece em busca do bem  
viver.*

*Nessa trajetória, o rumo da história mudou sua memória...  
E na busca “do bem viver”, valorizou o TER em detrimento do  
SER...*

*Também é um ente social, dotado de uma complexidade  
multidimensional, sendo, ao mesmo tempo, orgânico, afetivo e  
racional.*

*Sua inteligência revela um lado da consciência formada a partir  
dos padrões de convivência.*

*Nessa teia social, vivencia no coletivo ou no individual o  
antagonismo do bem e do mal, construindo assim, o contexto  
universal.*

*Os legados da modernidade desvendaram a verdade que, em  
nome da prosperidade, se matou parte da humanidade.*

*Surge, neste momento, a necessidade de um reordenamento  
global.*

*Por meio de um processo de autoconhecimento para o  
desvelamento do amor incondicional.*

*Conhecer o universo humano implica em pensar o passado e  
refletir o presente.*

*Revelando sentimentos e emoções inerentes.*

*Projetando ações numa compreensão mais abrangente.*

*É na atitude consciente e inovadora que o sujeito opera no  
mundo de maneira transformadora.*

*Compreende a vida na sua essência infinita...*

*Age no mundo em equilíbrio com o seu Ser profundo.*

*Encontra-se com sua fonte de energia, enfrentando a vida com  
mais sabedoria, e irradiando a todos, luz, paz e harmonia.*

*Ana Soraia Haddad Biasi, 2005.*

## **AGRADECIMENTO**

A Deus pelo milagre da vida.

Ao Moacir, Giulia e Laura que são a expressão de amor mais profundo.

Aos meus pais, Abdallah e Leila, que mais do que a vida deram-me o exemplo de suas existências.

À minha querida amiga Silvia Regina Canan, pela cumplicidade dos momentos vividos, apoio, aprendizado carinho e compreensão, fica sempre a minha gratidão pela sincera amizade.

Agradecimento especial a todas as colegas, assistentes sociais, que colaboraram como sujeitos da pesquisa. E aos que, direta ou indiretamente, também colaboraram para a realização da mesma.

À UNISINOS e à URI, pela oportunidade em avançar em meus estudos e, de modo muito especial, à Professora e orientadora Edla Eggert, sempre solícita e confiante.

Aos professores, pela partilha de seus conhecimentos, e aos colegas de Curso, pela contribuição e discussões, ajudando a construir este Trabalho.

À colega de mestrado e amiga Ophelia Sunpta Buzatto Paetzold, pela dedicação ao realizar a revisão lingüística desta dissertação.

Ao professor Ulisses Gabriel Martini pelo profissionalismo na correção metodológica.

Aos que me incentivaram a prosseguir e contribuíram para o êxito alcançado.

Aprendi, com a participação de todos vocês, que tudo é atingível se estiver pronta a optar, acreditar e lutar. Basta querer muito!

*A vocês, razão maior da minha vida, que souberam compreender a minha ausência, mesmo necessitando de mim, que me incentivaram e acreditaram no meu potencial e, com isso, demonstraram, o quanto me amam... Obrigada! Neste momento de alegria e realização gostaria de dedicar um agradecimento especial e dizer a vocês Moacir, Giulia e Laura que é por todos nós a minha caminhada e dedicação.*

*Amo vocês...*

## RESUMO

A presente dissertação é o resultado de um estudo realizado a partir da experiência em educação popular vivida no exercício da minha profissão de assistente social, das narrativas de vida que obtive nas entrevistas efetuadas com cinco assistentes sociais do Município de Chapecó, SC e das leituras que realizei, no decorrer deste mestrado. Este movimento transitou da perspectiva feminista à educação popular e provocou um diálogo entre serviço social, educação popular e relações de gênero, objetivando identificar uma proposta política de emancipação social para o fortalecimento dos sujeitos na ampliação e consolidação da cidadania com vista à garantia dos direitos humanos. Não obstante a complexidade na prática da profissão de assistente social sabemos, que a atuação profissional está, profundamente, concentrada nos interesses sociais de classes antagônicas cuja construção histórica aconteceu, majoritariamente, a partir do olhar feminino para a problemática das mulheres, das crianças e de todos aqueles que, como essas, são aliados dessa sociedade que considera, unicamente a pessoa em virtude da cor, do sexo e da condição social e econômica, gerando, assim, tensões e contradições no universo dessas relações. O encontro entre serviço social, educação popular e relações de gênero possibilitou mergulhar no cotidiano de experiências vividas e entender que a rotina vivida no contexto da família, do trabalho, da comunidade, não pode ser dissociada do todo, da grande teia social que é o lugar onde são produzidos e reproduzidos comportamentos. Para tanto, o entrelaçamento desta tríade sugere algumas possibilidades de construção de diferentes arranjos sociais.

**Palavras-chaves:** Educação Popular, Serviço Social, Cidadania, Relações de Gênero.

## ABSTRACT

The present dissertation is the result of a study accomplished starting from the experience in popular education lived in the carrying out of my social work profession, of the life narratives that I obtained in the interviews made with five social workers of the Municipal district of Chapecó, SC and of the readings that I accomplished, during this master's degree. This movement passed from the feminist perspective to popular education, and it provoked a dialogue among social service, popular education and gender relationships, aiming to identify a policy proposal of social emancipation for the strengthening of the subjects in the amplification and consolidation of citizenship with a view to guaranteeing human rights. In spite of the complexity in the practice of the social work profession we know, that the professional performance is deeply concentrated in the social interests of antagonistic classes whose historical development happened for the most part, starting from the feminine perspective for problems of the women, the children and of all those who, like these, are excluded from that society which considers the person only by virtue of the color, the sex and their social and economic condition, generating in this way, tensions and contradictions in the universe of those relationships. The meeting between social service, popular education and gender relationships has made it possible to dive into the day to day of lived experiences and to understand that the routine lived in the context of the family, of work, and of the community, cannot be dissociated from the whole of the great social web which is the place where behaviors are produced and reproduced. As such, the interlacing of this triad suggests some possibilities for construction of different social arrangements.

**Key words:** Popular education, Social Service, Citizenship, Gender Relationships.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>10</b> |
| <b>1 A MEDIAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO ÉTICO-POLÍTICO DE ENFRENTAMENTO DA EXCLUSÃO ....</b>                      | <b>15</b> |
| 1.1 NARRATIVA REFLEXIVA DE CAMINHOS PERCORRIDOS: AMADURECENDO ESCOLHAS .....   | 20        |
| 1.2 APONTANDO AS OPÇÕES METODOLÓGICAS .....  | 28        |
| 1.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA DE INCLUSÃO - DIFICULDADES E ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO .....                                     | 32        |
| <b>2 A INTERDISCIPLINARIDADE NAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS..</b>  | <b>38</b> |
| 2.1 O SERVIÇO SOCIAL & EDUCAÇÃO POPULAR: PROPOSTAS AFINS, CAMINHOS ESTRANHOS QUE CONCORREM PARA UMA UNIDADE .....                    | 39        |
| 2.2 EDUCAÇÃO POPULAR E SERVIÇO SOCIAL: PRIMEIROS INDÍCIOS DE UM PROJETO ALTERNATIVO .....  | 43        |
| 2.3 O SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO SEXISTA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO .....  | 47        |
| <b>3 A RELAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS COM EDUCAÇÃO POPULAR E AS RELAÇÕES DE GÊNERO .....</b>            | <b>54</b> |
| 3.1 AS ASSISTENTES SOCIAIS NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO SEXISTA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO ALGUMAS CONSTATAÇÕES E OUTRAS PONDERAÇÕES .....  | 56        |
| <b>3.1.1 Uma sociedade e dois mundos, o público e o privado são facilmente identificáveis, como no depoimento abaixo .....</b>       | <b>57</b> |
| <b>3.1.2 Violência: uma palavra feminina.....</b>  | <b>61</b> |
| <b>3.1.3 Serviço social, educação popular e relações de gênero: o tecer de uma proposta emancipatória .....</b>                      | <b>66</b> |
| 3.2 AS ASSISTENTES SOCIAIS & EDUCAÇÃO POPULAR: PROPOSTAS AFINS, CAMINHOS ESTRANHOS QUE CONCORREM PARA UMA UNIDADE .....              | 68        |
| <b>3.2.1 O conhecimento como princípio da emancipação.....</b>   | <b>68</b> |
| <b>3.2.2 O reconhecimento do outro como sinônimo de solidariedade.....</b>   | <b>71</b> |
| <b>3.2.3 Os instrumentos de trabalho do serviço social como produção do saber.....</b>   | <b>74</b> |
| <b>3.2.4 A questão social: base precípua do nosso trabalho.....</b>  | <b>81</b> |
| <b>3.2.5 A prática do serviço social: refletindo estratégias de superação.....</b>   | <b>83</b> |
| <b>3.2.6 Da superação do pensamento individual para a idéia do coletivo: a educação popular em diálogo com o serviço social.....</b> | <b>88</b> |

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....91**  
**BIBLIOGRAFIA.....97**

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação é o resultado de um processo de desconstrução do saber para mim, mestranda do programa de pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS - São Leopoldo/RS. Esta desconstrução que aqui defino como um exercício conflituoso e inconcluso, de reflexão acerca de concepções e padrões de comportamento que aprendemos durante nossas vidas, da percepção das ideologias implícitas nessas idéias e dos rompimentos com aquilo em que não acreditamos mais. Este movimento tem marcado, significativamente, minha história de vida profissional e também pessoal, colaborando para a ampliação da minha compreensão acerca do modelo societário, que a modernidade imprimiu, responsável pela crise social que aprofunda cada vez mais o fosso entre pobres e ricos, negros e brancos, homens e mulheres. Este exercício também me desafiou a olhar minha profissão de assistente social com uma visão um pouco mais crítica, a fim de identificar alternativas de maneira que eu, como assistente social, possa colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Pois, acredito que foi essa utopia que me impulsionou a escolher a profissão de assistente social e é por essa utopia que continuo buscando no saber, formas diferentes de enxergar e perceber o mundo. Trabalhar nesta área exige que cada profissional transcenda, cotidianamente, o seu olhar, sentimentos e percepções para poder compreender a complexidade com que se movimenta o mundo das relações sociais. Nosso trabalho de assistente social, paradoxalmente, existe e sempre existiu para mediar essa trama, na relação que envolve os sujeitos, grupos e instituições sociais e seus interesses internos. Ver o mundo a partir da atuação de assistente social é vislumbrar uma sociedade onde todas as pessoas, indiscriminadamente, ocupem os seus espaços, sejam vistas e reconhecidas como protagonistas da história. Será isso um sonho realizável? Na expectativa de ver concretizado esse sonho é que me proponho a buscar, incansavelmente, a partir do cotidiano das pessoas um conhecimento capaz de revelar, verdadeiramente, a vida privada daqueles que deixaram de pertencer ao mundo dos 'homens', pelo simples e perverso motivo de não serem iguais, na cor, na forma física, na cultura, na etnia, na capacidade intelectual, na opção sexual, na condição social e de gênero.

Essa inquietação se transformou em indignação no momento em que passei a trabalhar, como assistente social, em prefeituras. Lá pude compreender um pouco das mazelas da política brasileira, que, historicamente, reproduz a prática do coronelismo e do voto a cabresto, fazendo das políticas públicas, um instrumento ideológico de manutenção dessas práticas e de reprodução da cultura patriarcal que reforça o domínio do homem sobre as mulheres e sobre seus diferentes. “As relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado”, conforme Saffioti (2004, p.540). O repúdio com que eu tratava essas realizações me fez sofrer muito, pois vinculada à instituição, tinha um dever a cumprir e, como o serviço social atua, diretamente, com as políticas públicas, em especial a política da assistência social, não tinha como evitar esse envolvimento, muito embora sempre apoiada no código de ética da profissão que impõe limites e regulamenta nossas ações. Assim, direcionei o meu trabalho na perspectiva da educação popular, pois nela vislumbrei e continuo a vislumbrar um caminho emancipatório, capaz de romper com a dinâmica instituída e aproximar o meu sonho da realidade.

A experiência em educação popular vivida no exercício da minha profissão de assistente social, marcando o espaço doméstico como um espaço de produção de conhecimento e reprodução das relações sociais, somada às leituras realizadas no decorrer dos seminários, leituras essas que transitaram da perspectiva feminista à educação popular com um olhar a partir da minha experiência como assistente social, resultaram no desejo de provocar um diálogo entre serviço social, educação popular e relações de gênero, a fim de identificar uma proposta política de emancipação social para o fortalecimento dos sujeitos na ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos humanos.

Não obstante a complexidade na prática da profissão de assistente social, sabemos que a atuação profissional está, profundamente concentrada nos interesses sociais de classes antagônicas, cuja construção histórica aconteceu, majoritariamente, a partir do olhar feminino para a problemática das mulheres, das crianças e de todos aqueles que, como essas, são aliados dessa sociedade que considera, unicamente, a pessoa em virtude da cor, do sexo e da condição social e econômica, gerando, assim, tensões e contradições no universo dessas relações.

*Partindo dessa afirmativa, desejo aprofundar o estudo com base nas narrativas elaboradas pelas minhas interlocutoras assistentes sociais, a partir de uma proposta dialógica, interpessoal, cuja subjetividade das envolvidas se constitui num fator primordial para construção de um novo momento, a fim de saber delas algumas respostas sobre o que as fizeram optar pelo serviço social, suas percepções sobre a profissão a partir de suas experiências, e o que as faz seguir neste caminho.*

Para tanto, inicio a discussão apresentando no primeiro capítulo “A mediação no serviço social como instrumento de ação, ético-político de enfrentamento da exclusão social”. Aqui provooco uma reflexão acerca da dinâmica social, política e econômica e suas implicações no campo das políticas públicas. O assistente social tem compromisso ético e profissional com um projeto societário de transformação social, mas, contraditoriamente, está a serviço das instituições públicas, responsáveis pela manutenção do *status quo*. É nesse impasse que o profissional atua, estrategicamente, atendendo ao seu compromisso ético, político, social e profissional, rompendo com a hegemonia de determinada classe em benefício de outra subalterna, por meio de ações articuladas, mobilização de esforços, a fim de fortalecer as organizações populares, objetivando a busca de seus interesses. Seguindo nessa proposta, apresento a narrativa reflexiva dos caminhos que percorri e experiências que vivi e que, certamente, contribuíram para minhas escolhas. Ainda nesse capítulo aponto as opções metodológicas, as quais contribuíram para além da construção desta pesquisa. A proposta metodológica, a partir das entrevistas reflexivas, sugerindo que as minhas interlocutoras realizassem um relato de suas experiências, permitiu-me olhar para elas e ver um pouco das suas subjetividades e, assim, desfrutar do privilégio de conviver com pessoas tão especiais. Finalizo esse capítulo falando um pouco sobre “Assistência Social como Política de Inclusão - Dificuldades e Estratégias de Superação”, no qual abordo o problema da pobreza política, pobreza material e a possibilidade de uma educação pró-cidadania emancipada, relacionando a mediação do serviço social a processos emancipatórios de ação, ético-político de enfrentamento à exclusão social.

No capítulo dois, pretendo, dentro de uma proposta interdisciplinar, aproximar o Serviço Social e a Educação Popular com os processos de reprodução sexista nas relações de gênero, relacionando essas áreas do conhecimento com uma proposta política de emancipação social, a fim de romper com um silêncio que,

historicamente, oprimiu e continua a oprimir as pessoas, fazendo das diferenças o estigma para a marginalização, exclusão e degradação das identidades. No âmbito dessa interação, percorro o caminho histórico que a educação popular e o serviço social construíram para compreender os aspectos que aproximam essas perspectivas para uma proposta pedagógica de atuação. Aprofundo o debate tendo por base as teorias feministas que possibilitam compreender melhor essa dinâmica social que organiza os indivíduos a partir de uma tradição patriarcal, androcêntrica e sexista. No terceiro capítulo, apresento o relato das experiências profissionais das assistentes sociais e sua relação com a educação popular e as relações de gênero, identificando, em seus depoimentos, a subjetividade das interlocutoras e realizando algumas constatações e outras ponderações acerca do processo de reprodução sexista nas relações de gênero. Abordo a relação entre o público e o privado na produção e reprodução da cultura patriarcal, em que o público está para o masculino e o privado para o feminino, sendo que esse é visível, ocupa um status de poder sobre aquele que não possui significado algum para os 'cidadãos'. Também é discutido neste capítulo a fragilidade das mulheres, concretizada nas diversas formas de violência contra elas cometidas, desde a violência produzida no contexto doméstico até aquela violência reproduzida pelas políticas públicas que referendam a condição de submissão feminina. Procuro tecer, a partir das discussões entre o serviço social e a educação popular, uma proposta emancipatória. Por fim, provooco um diálogo onde eu e minhas interlocutoras, a partir das experiências profissionais, dialogamos com os teóricos da educação popular, apresentados na bibliografia, a fim de apontar caminhos e perspectivas na busca do conhecimento como princípio da emancipação, do reconhecimento do outro como sinônimo de solidariedade, da superação do pensamento individual para a idéia do coletivo. Esse diálogo também provocará uma reflexão acerca da questão social como base precípua do trabalho do serviço social e a prática do serviço social como estratégia de superação e como produção do saber.

Por fim, apresento as considerações provisórias, que tentam fechar um ciclo, mas que, certamente, estão em processo e, logo adiante, possuirão um olhar diferente, que me motivará a prosseguir neste estudo. Entretanto, é nas considerações finais que apresentarei aspectos conclusivos que permitirão

vislumbrar a relação entre a educação popular, serviço social e relações de gênero com uma proposta de emancipação social.

# 1 A MEDIAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO ÉTICO-POLÍTICO DE ENFRENTAMENTO DA EXCLUSÃO

*Resta, acima de tudo, essa capacidade de ternura; essa  
intimidade perfeita com o silêncio.  
Resta essa voz íntima pedindo perdão por tudo.  
- Perdoai-os! Porque eles não têm culpa de ter nascido [...].  
Vinicius de Moraes*

Ao iniciar este capítulo, resalto o compromisso que o serviço social assume diante da dinâmica social contemporânea a partir de um movimento, como afirma Iamamoto (2004), de produção e reprodução das diversas dimensões das relações sociais. Dimensões essas que transcendem a materialidade na busca pela subjetividade. Isto significa dizer que, ao intervir nas mais diversas situações, objetivando garantir os meios materiais inerentes à sobrevivência humana, como alimentação, vestuário, habitação, saúde, trabalho e renda, que, historicamente, têm sido uma raridade para um grande contingente da população brasileira, o assistente social tem a preocupação, também com as formas de pensar e agir diante da realidade da vida social dos indivíduos, grupos e classes sociais. Nós, assistentes sociais temos o preparo teórico-prático para analisar os fenômenos apresentados e compreendê-los numa dimensão histórica marcada por interesses econômicos, políticos e ideológicos. Estes fenômenos constituem-se nas diversas expressões da questão social que, de acordo com Iamamoto (2004), é o eixo fundante da profissão enquanto trabalho especializado.

O serviço social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2004, p. 27).

Paradoxalmente, o serviço social firma-se a partir do aumento das demandas sociais, atuando como mediador na defesa dos interesses da população. Na sua essência, o assistente social é um colaborador na crítica ao poder dominante que se mostra insensível aos problemas sociais. Neste contexto, a ação da pessoa

que trabalha com o serviço social<sup>1</sup>, tanto nas instituições públicas como nas privadas, está ligada à formulação, execução, gestão, controle e fiscalização das políticas sociais e, por conseguinte, às suas contradições internas, ancoradas na ideologia da instituição que busca, através do bem-estar social<sup>2</sup>, o controle e a hegemonia dominante, reiterando um efeito mantenedor, assistencialista, clientelista e paliativo. De acordo com o pensamento de Yamamoto (2004), a lógica do mercado vai de encontro com o compromisso do serviço social, pois enquanto este trabalha na perspectiva da produção e reprodução da vida social, aquele tem como prioridade a produção e reprodução da riqueza. Por conseguinte, estão aquelas pessoas carentes, miseráveis e excluídas à procura de uma cesta básica ou algum programa que minimize aquele sentimento de descaso e que os façam se sentir presentes, pois aprenderam que talvez este seja seu único direito. Usuários das políticas públicas que reafirmam a cada donativo a impossibilidade de crescimento, de superação, autonomia e esperança, pois, de acordo com Martins (2002, p. 12), “as pobrezas se multiplicaram em todos os planos e contaminaram até âmbitos da vida que nunca reconheceríamos como expressões de carência vital”.

Ademais, se fôssemos analisar o Brasil através de sua legislação, certamente teríamos uma leitura diferente de democracia, equidade e justiça. Temos a Constituição Federal, que anuncia no *caput* do art. 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos Brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade”. Lemos também na Lei Orgânica da Assistência Social - Lei nº 8.742/93, que a assistência social objetiva a proteção, o amparo e a promoção de todos os cidadãos em situação de vulnerabilidade social e pessoal independente da idade, cor, raça ou credo, reafirmada em seu artigo 1º: “A assistência social é um direito do cidadão e um dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas”. Da mesma forma, contamos com a

---

<sup>1</sup> Estarei, no decorrer do texto, fazendo o exercício de utilizar uma linguagem que desconstrua um pouco a linguagem androcêntrica no âmbito do tratamento de profissionais do Serviço Social que, assim como no campo da Educação e de outras profissões, possui a maioria feminina, mas que se auto-retrata no masculino por causa da tradição patriarcal.

<sup>2</sup> Quero expressar através do termo bem estar social, a contradição das políticas públicas que, historicamente, tentam imprimir a idéia de comprometimento com a população vulnerável, quando o que se tem são políticas residuais, que geram a dependência e a opressão.

doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente disposta no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90, garantindo à infância e à adolescência prioridade absoluta, cuja proteção passa a ser dever da família, da sociedade e do Estado. Igualmente, citamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que versa em seu art. 1º: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”. Como podemos concluir, somos uma população amparada por uma legislação que versa na perspectiva democrática, relacionando a concretização dos direitos sociais às políticas públicas.

Entretanto, nas últimas décadas nós, brasileiras e brasileiros, temos “rezado” sob a cartilha do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio que priorizam o capital econômico, acentuando, paulatinamente, a concentração de renda e gerando dividendos a essas organizações. Pois, de acordo com o pensamento de Santos (2002, p.31),

[...] a globalização econômica é sustentada pelo consenso econômico neoliberal cujas três principais inovações institucionais são: restrições drásticas à regulação estatal da economia; novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros, inventores e criadores de inovações susceptíveis de serem objeto de propriedade intelectual (Robinson, 1995:373); subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais tais como Banco Mundial, o FMI e a Organização Mundial do Comércio.

Sucumbimos, conforme esse autor, aos desígnios da economia neoliberal globalizada, orientada na lógica do Estado Mínimo, da mínima responsabilidade, dos mínimos deveres e dos ínfimos compromissos com os direitos sociais. A igualdade de oportunidades acontece somente para aqueles que têm o acesso a tais oportunidades, apresentando-se, duplamente, excludente. Exclui, primeiramente, pela falta de condições de competitividade; e, logo após, exclui no momento em que o mercado absorverá somente o que melhor convém. Martins (2000, p.11) afirma que “a sociedade que exclui é a mesma sociedade que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos”. O ‘resto’ configura-se apenas como os inadaptados sociais, aqueles que não se adequaram ao padrão desenhado pela sociedade. População que sobra, que incomoda pela sua aparência miserável e que constitui uma ameaça para aqueles que não têm a sensibilidade de entender que a pobreza é uma questão conjuntural da política e dos interesses econômicos e hegemônicos de

um grupo seletivo com discursos falaciosos sobre cidadania, desenvolvimento humano e justiça social. Santos (2002) afirma que as transformações econômicas produzidas pela globalização neoliberal têm vindo a atravessar todo o sistema mundial e que as implicações destas transformações para as políticas econômicas nacionais podem ser resumidas em medidas que priorizam a propriedade privada, o capital internacional em detrimento dos interesses coletivos relacionados à redistribuição de renda e justiça social, onde o conceito de consumidor substitui o de cidadão e o critério de inclusão deixa de ser o direito e passa a ser a solvência. Assim, é no âmbito destas transformações mundiais, que a chamada globalização econômica neoliberal resultou na globalização da miséria, da fome e da violência, tencionando as condições de existência das relações econômicas, psíquicas, políticas, sociais e morais, fazendo do nosso mundo uma selva universal. Neste cenário mundial de crise, cujo efeito reflete, cotidianamente, na precarização das condições de vida e das relações sociais, aumentando as fileiras da assistência social, mais especificamente, nos órgãos municipais de atendimento à população segregada que nós, assistentes sociais, somos chamados a dar respostas imediatas às demandas advindas da falta de trabalho e condições habitacionais, da inexistência de alimentos, remédios, vestuários, da violência doméstica, da exploração da mão-de-obra infantil e da drogadição. Milhares de famílias que pertencem a essa realidade não são contempladas, na cartilha destas agências multilaterais, com propostas de ações emancipatórias. Ao contrário estas propostas, apenas são medidas que minimizam a dor, o sofrimento e a falta de perspectiva. Evidentemente, isso se constitui uma contradição com a ética profissional do assistente social que estabelece um compromisso profissional na sua práxis, à medida que luta no cotidiano por um projeto de emancipação social, rompendo com práticas conservadoras e com a manutenção do *status quo*. Conforme o pensamento de Yamamoto (1997 p.37);

[...] a ruptura com a herança conservadora se expressa como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade.

É nesse cenário que a profissional e o profissional necessitam buscar o conhecimento teórico para respaldar suas ações, pois sua atuação cotidiana deve

provocar nas pessoas formas de pensar e refletir acerca da realidade apresentada. O código de ética do assistente social dispõe sobre a promoção da democracia, o reconhecimento da liberdade, a consolidação da cidadania com vistas à garantia dos direitos humanos em favor da equidade e justiça social contra todas as formas de preconceito, dominação, discriminação, exploração de classe, etnia e gênero. Para quem trabalha nesse campo, é fundamental ter uma postura ética diante dos fatos, para poder avaliar as diversas tensões e, mesmo diante da pressão do cotidiano, decidir eticamente o que fazer para não ofender o seu valor humano intrínseco, pois esse é pressionado a dar resposta às demandas que provêm de lados antagônicos. E é nesse impasse que se dão as mediações, entendidas aqui como um processo estratégico de atuação profissional que atende a um compromisso ético, político e social, rompendo com a hegemonia de determinada classe, em benefício de outra subalterna, por meio de ações articuladas, mobilização de esforços para fortalecer as organizações populares, objetivando a busca de seus interesses. A assistente social pode atuar como facilitadora do crescimento pessoal na descoberta de novos horizontes e perspectivas para o enfrentamento dos problemas presentes, motivando o processo de mobilização e participação social, oportunizando espaço para as mais diversas manifestações. Neste sentido, entendo que uma das estratégias de atuação profissional está pautada nos processos educativos e organizativos, a fim de despertar nas pessoas o desejo de transformação frente a novas atitudes que permitam romper a estagnação e assumir uma postura de agentes com potencial de produzir, reivindicar e decidir o seu próprio destino.

[...] é preciso romper a estagnação e realizar a travessia, pois “é no meio da travessia que o real se dispõe para a gente”. É também no meio da travessia que o Serviço Social se revela cada vez mais claramente como uma instituição componente da organização da sociedade. Assim, perguntar por sua identidade significa perguntar por sua participação na trama de relações sociais, por sua legitimação como prática social de caráter popular, por seu vínculo com a formulação e execução de políticas sociais autênticas; enfim, significa perguntar por seu papel no processo de produção de novas relações sociais e de transformação da sociedade, tendo presente que cada momento tem em si a força do inaugural, o impulso criador do novo! (MARTINELLI, 2003, p.159).

Como participante dessa luta cotidiana e entregue, apaixonadamente, à profissão, acredito que nós, assistentes sociais, temos um importante papel a desempenhar na sociedade, afinal, apesar das contradições cotidianas que a profissão enfrenta, possuímos, segundo Iamamoto (2004, p.99), “relativa autonomia teórica, técnica e ético-política” para conduzir nossas atividades, pois o nosso

cotidiano profissional é regulado pelas diretrizes da instituição empregadora e pelo traçado normativo das políticas sociais públicas. A atuação profissional está, diretamente, ligada àqueles que vivenciam as múltiplas expressões da questão social, possibilitando a produção e reprodução de diferentes formas de relações, concepções e atitudes, constituindo o caráter político do trabalho de assistente social. Obviamente que os espaços institucionais são limitadores e repletos de contradições, porém são espaços legítimos que podemos utilizar para a construção de processos educativos que levem à emancipação dos sujeitos políticos capazes de transformar e romper com a estagnação.

### 1.1 NARRATIVA REFLEXIVA DE CAMINHOS PERCORRIDOS: AMADURECENDO ESCOLHAS

Somos histórias de vida [...] em vida e em processo, mulheres em atividade que expõe a fragilidade do tempo e do espaço dos nossos dias. (EGGERT, 2003, p.141)

Parafraseando Marie-Christine Josso, o processo do caminhar para si apresenta-se como um projeto a ser construído no decorrer de uma vida, cuja atualização consciente passa, em primeiro lugar, pelo projeto de conhecimento daquilo que somos, pensamos, fazemos, valorizamos e desejamos na nossa relação conosco, com os outros e com o ambiente humano e natural. Assim, olhar para dentro de mim, percorrer um caminho de descobertas, retornar às experiências vividas, prestando atenção no movimento de auto-conhecimento para entender o que eu sou e o que desejo na minha relação comigo mesma, com os outros e com o mundo, é uma tarefa desafiadora, mas não impossível. Portanto, tentarei exercitar a memória para relembrar minha história e revelar momentos que, certamente, foram decisivos para formação da mulher e profissional que sou hoje e, assim, um pouco mais consciente da minha existência, reavaliar valores e concepções a fim de construir um caminho melhor.

Nasci na cidade de Pelotas, RS, em 29 de março de 1966. O pai, imigrante Libanês, cuja profissão era comerciante e minha mãe, gaúcha, natural de São Lourenço do Sul, RS, professora primária. A mãe trabalhou durante muitos anos

numa escola estadual localizada na região portuária na cidade de Pelotas, RS, região caracterizada pela pobreza, miséria e marginalização. Eventualmente, acompanhava minha mãe em seu trabalho e observava como a realidade daquelas crianças era oposta à minha. Ainda com 7 ou 8 anos de idade não entendia muito bem por que eu podia acompanhar minha mãe em seu trabalho, quando sequer, no contexto familiar da maioria daquelas crianças, conjugava-se o verbo trabalhar. Talvez seus pais não tivessem as mesmas oportunidades que os meus. Também era difícil entender por que vivíamos em realidades tão opostas e desiguais<sup>3</sup>, se nos identificávamos pela inocência, pelos sonhos e fantasias de sermos crianças. Minha infância, também, foi marcada pelo sofrimento, revolta e dor de meu pai, quando lembrava da sua terra natal, sua infância, sua família, seus amigos e a saudade sempre presente de sua mãe e um irmão mais novo que lá deixou para fugir da guerra, que matou seu pai e continua matando milhares de homens, mulheres e crianças, sem nunca chegar ao fim.

Vivi em Pelotas, no seio de minha família, durante os primeiros 24 anos de minha vida. Cursei o primeiro grau e segundo grau em escola Pública. Ao ingressar no segundo grau optei por cursar o magistério no Instituto de Educação “Assis Brasil”, pois como filha de professora, aprendi que a educação se constitui num processo de busca e de construção de saberes que oportuniza às pessoas civilidade, qualificação e evolução. Em meados de 1991, mudei-me para o Oeste de Santa Catarina, na cidade natal de meu esposo. Essa mudança teve um grande significado para mim, pois passei a conviver com uma cultura totalmente diferente da minha, mas que se assemelhava em alguns aspectos nos quais, naquela pequena comunidade, tornavam-se mais reveladores. Talvez porque mais madura e envolvida na trama do amor, começava a perceber o quão forte eram os contrastes entre homens e mulheres. Percebia que, mesmo tendo uma educação superprotetora, reprimida e sem muita liberdade, tinha, no contexto da minha família, o meu espaço reservado. Sempre fui muito amada, valorizada e protegida, assim como todos os meus irmãos. Porém, não compreendia e não aceitava o comportamento do meu pai e da minha mãe, quando imprimiam sua visão sexista de mundo, onde, segundo o

---

<sup>3</sup> Para dar significado às palavras, destaco o pensamento de Saffioti, (2004, p. 37), quando diz que “há uma grande confusão entre conceitos como: igualdade, diferença, desigualdade, identidade. Habitualmente, à diferença contrapõe-se a igualdade. Considera-se, aqui, errônea esta concepção. O par da diferença é a identidade. Já a igualdade, conceito de ordem política faz par com a desigualdade. As identidades, como também as diferenças são bem-vindas”.

pensamento de Saffioti (2004), o sexismo não é somente uma ideologia que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres. Reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres. O sexismo prejudica homens e mulheres nas suas relações. O saldo negativo maior é das mulheres e a elas é restringido o direito de pensar, agir e decidir. Naturalmente, hoje compreendo que fizemos parte desta cultura que reproduz modelos e padrões de comportamento baseado no sexo feminino e masculino, em que o homem possui um espaço diferenciado na sociedade e, apesar das desigualdades sociais entre os cidadãos, estes ainda são vistos com primazia em relação às mulheres, que, como destaca Gebara (2000), são educadas para servir aos outros, renunciando sua própria subjetividade.

Agora, fora do seio familiar, tinha que conquistar meu espaço. Não desejava para mim uma vida secundária, apenas como esposa, mãe e dona de casa, à sombra de alguém. Meu projeto de vida era maior, sentia a necessidade de me fazer presente, defender meus pensamentos, sonhos e ideais. Ter vontade própria, ser autêntica, ser feliz sem sentir culpa, pois somos educadas, na lógica do poder patriarcal, a renunciar ao prazer. De acordo com Gebara (2000, p.135), “é preciso renunciar ao prazer, aos próprios pensamentos, aos sonhos à própria vontade, para colocar-se a serviço do outro ou viver segundo os outros. [...] é preciso até aceitar a dor e o sofrimento para que migalhas de prazer sejam aceitáveis”. Entretanto, esse desafio não foi fácil, pois a influência do comportamento patriarcal é tão forte que, por vezes, sinto-o impregnado e ainda, hoje me surpreendo reproduzindo o mesmo comportamento e o mesmo discurso. Assim, lembro que alguns anos mais tarde, quando Giulia, minha primeira filha, tinha 2 anos e meio, senti a necessidade de continuar estudando, acreditava que seria através de uma profissão que iria conquistar um espaço profissional, assegurar minha autonomia e, ainda, extravasar minhas inquietações. Ao realizar o vestibular, optei por disputar uma vaga no Curso de Serviço Social da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões F.W., RS, e, durante o processo de formação, fui me encontrando na profissão e me apaixonando pela idéia de ser assistente social, pois, apesar das mazelas que vivemos no cotidiano da profissão, aprendemos muito na relação com o outro, no contato com as mais diferentes realidades. Para mim, a prática do serviço social implica num desafio cotidiano de transcender ao aparente.

No segundo ano de estágio acadêmico, atuei na AMERIOS – Associação dos Municípios do Entre Rios, Oeste de Santa Catarina, onde tive uma experiência importante na área de assessoria em Serviço Social, algo inovador para a realidade daquele momento. Neste período fui convidada para trabalhar num programa do Governo do Estado de Santa Catarina denominado “TECENDO CIDADANIA”. O objetivo principal desse programa era a capacitação de articuladores municipais (conselheiros, gestores e técnicos) para a gestão das políticas sociais públicas. Durante quatro anos (1998 – 2001) estive percorrendo parte do Centro-Oeste e Oeste de SC, atuando como ministrante deste projeto, trabalhando com diversas realidades, no âmbito das Políticas Sociais Públicas. Foi uma experiência muito rica e gratificante e que me proporcionou uma visão macro da dinâmica e do funcionamento das instituições públicas no âmbito das políticas sociais, assim como dos limites e contradições que permeiam as relações entre essas políticas, indivíduo, sociedade e Estado. Essa experiência também possibilitou minha realização enquanto ministrante, pois “ser professora” sempre foi um sonho. Talvez seja por conta desse sonho que busco, incansavelmente, aprofundar o conhecimento a fim de conquistar um espaço no contexto de uma academia e ser útil e capaz de contribuir no processo de aprendizagem de outras pessoas.

Nos anos subseqüentes, procurei, por meio de cursos de aprofundamento e especialização, buscar um amadurecimento pessoal, profissional e novos instrumentais de trabalho, pois a inquietação acerca das limitações profissionais e o desejo de romper com o usual, o corriqueiro e fazer algo novo, eficaz, impulsionaram-me a novos desafios. No período de 2002 a 2003, cursei uma especialização em Práticas Sociais em Família, na URI de Frederico Westphalen, RS. Naquele momento, estava respondendo como Assistente Social da Prefeitura Municipal de Itapiranga, SC, e coordenando um programa de atendimento a famílias de trabalhadores rurais em situação de miserabilidade. O referido programa, denominado Programa Municipal de Incentivo à Produção Alternativa Agropecuária - “SEMEANDO CIDADANIA”, era realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, cujo objetivo era realizar um trabalho de base, a fim de resgatar a dignidade, elevar o padrão de vida das famílias envolvidas e criar perspectivas futuras de gerenciamento dos recursos locais, objetivava promover o desenvolvimento social e sustentável. A idéia principal fundamentava-se em

trabalhar com os envolvidos a partir da realidade em que se encontravam, valorizando e fortalecendo valores, experiências e conhecimentos. Conforme Brandão (1986, p.68), “a própria tarefa da educação popular é a preservação, a valorização e o reforço dos autênticos valores populares”. Paralelamente a essa intervenção, trabalhamos na perspectiva da produção de alimentos hortifrutigranjeiros e, também, a criação de pequenos animais, numa visão associativista; primeiramente, como uma alternativa de suprir as necessidades de consumo das famílias envolvidas, contudo, vislumbrando possibilidades concretas de geração de renda. Nesse contexto, construí, junto com os envolvidos, uma metodologia de trabalho pautada na realização do trabalho de base: mobilização, esclarecimento sobre o programa, formação do grupo, definição de objetivos e metas, nomeação de uma diretoria, construção de um cronograma para a realização das reuniões. Nossos encontros eram orientados por dinâmicas de grupos com base numa abordagem que partia do individual para o coletivo, oportunizando a construção/desconstrução dos valores, idéias, conceitos e conhecimentos. Levam-se em conta aspectos culturais, familiares, intelectuais, étnicos e condições atuais de vida, valorizando a idéia de que todos trabalham para um mesmo fim, numa interação entre o conhecimento teórico e o empírico, utilizando o diálogo como uma prática necessária e democrática para se alcançar o entendimento do grupo com relação ao convívio interpessoal e às atividades desenvolvidas. Neste cenário, nós, da equipe profissional, identificávamos-nos como mediadores do processo, oportunizávamos uma metodologia de trabalho planejada com base em dinâmicas e vivências grupais. Buscávamos o diálogo e a reflexão como possibilidades de vislumbrar novas atitudes enquanto sujeitos com potencial de produzir, reivindicar e decidir o seu próprio destino. Segundo o pensamento de Streck (2003, p.43) “a pedagogia se oferece como parceira de diálogo porque a educação faz parte da vida, e o modo como nos organizamos em sociedade, [...], tem a ver fundamentalmente com a qualidade desta vida”. No decorrer desta trajetória minha curiosidade foi aguçando e comecei a perceber o quanto havia aprendido a partir do convívio com esse grupo. Aprendi que o conhecimento transcende o contexto da sala de aula, ele está presente no cotidiano das pessoas, na forma como elas vivem e se expressam independente da raça, da condição social e econômica que se encontram.

Entusiasmada pelos resultados surpreendentes que o programa Semeando Cidadania apresentou, desde a motivação dos envolvidos, os resultados materiais obtidos pelo trabalho (colheita da mandioca com relativo lucro na comercialização), além da possibilidade da troca de experiência e aprendizado, que construí a partir daquela atividade, resolvi aproveitar esta vivência e utilizá-la como objeto de estudo do meu trabalho final de pós-graduação em nível de especialização. O foco central dessa minha pesquisa consubstanciava-se na questão da autonomia e sustentabilidade a partir da consolidação das habilidades humanas de famílias de trabalhadores rurais do município de Itapiranga, SC, em situação de vulnerabilidades social. É nesse contexto que me propus analisar a eficácia do trabalho em grupo dessas famílias para o desenvolvimento pessoal, levando em conta as influências do meio e a inter-relação no grupo enquanto uma rede de informações. A investigação proposta foi realizada a partir de uma pesquisa bibliográfica e de campo, na qual se obteve informações relevantes a respeito do tema em discussão. A pesquisa de campo foi realizada a partir do desenvolvimento de questionários abertos, semi-estruturados que possibilitaram uma maior interação entre a pesquisadora e as pessoas pesquisadas. Neste contexto foram entrevistadas, dentre as 12 famílias que compõem o grupo, apenas seis e, dessas, somente um membro de cada família respondeu às questões, perfazendo um percentual de 25% da população ativa do grupo. Para minha surpresa, ao analisar o conteúdo das entrevistas, observei que do universo pesquisado havia somente um homem, sendo que as demais entrevistadas eram mulheres maduras, mães, em busca de soluções alternativas que pudessem possibilitar uma vida melhor para si e sua família. Neste momento, o foco das minhas inquietações ampliou-se e voltou-se para o universo feminino no qual pude perceber, na medida em que realizava algumas leituras de cunho feminista, o quanto a ideologia do patriarcado cegava a minha prática profissional e, conseqüentemente, a minha vida pessoal. O feminismo, segundo Gebara, (2000, p.115), “denuncia a produção de um conhecimento considerado científico, cuja conseqüência é a exclusão das mulheres e das culturas marginalizadas”. Comecei a lembrar daquelas mulheres que me procuravam no Setor Social da Prefeitura na expectativa de se inserirem em algum programa social ou, minimamente, obterem algum auxílio para minimizar o sofrimento da pobreza e da desesperança ou, ainda, de um ombro amigo para desabafar seus problemas, pois suas necessidades transitavam da carência material à carência afetiva. Porém, muitas mulheres também me

procuravam porque viam na pessoa da assistente social a solução de seus problemas que, na maioria, estavam e estão relacionados às diversas formas de violência que aqui conceituamos segundo o entendimento de Saffioti, (2004, p. 47), “como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”. Violência essa que oprime os desejos de superação, fazendo dessas mulheres pessoas impotentes e incapazes de uma atitude qualquer para preservar sua vida, deixando seqüelas dolorosas e impondo a condição de suportar o insuportável. Dito isto trago para a reflexão o pensamento de Gebara, (2000, p. 112), ao afirmar que “muitas vezes temos consciência do que nos oprime, mas não temos os meios para mudar as regras do jogo da opressão”. Sabemos, conforme Gebara, que a mudança nas condições de produção das relações de dominação será possível a partir de um processo coletivo de educação que exige ações curativas e preventivas no âmbito das políticas públicas voltadas para a educação, saúde, segurança pública e proteção social, as quais, infelizmente, não são priorizadas com o devido rigor. Consciente de que a construção do conhecimento é um processo dinâmico e inconcluso, finalizei minha pesquisa, atingindo os objetivos propostos, inicialmente, e concluí o curso de pós-graduação, quando percebi que a conclusão da monografia, além de contribuir para o meu aprendizado e motivou-me a percorrer mais um caminho: o mestrado!

No segundo semestre de 2004, fui selecionada para o programa de pós-graduação em educação - *Stricto Sensu* da UNISINOS. Paralelo ao processo curricular do curso de mestrado, dos encontros em sala de aula, das leituras, dos seminários, das trocas de experiências com os colegas e professores, vivenciei um momento difícil, sofrido, porém de muito aprendizado no contexto do meu trabalho. Em janeiro de 2005, após a posse do novo Prefeito municipal, começa a reestruturação da Prefeitura. Como é de praxe na política brasileira, a cada troca de governo, costuma-se apagar o passado para recomeçar tudo novamente. E, então, as estruturas de governo sofrem mudanças radicais: contratação de novas pessoas para ocupar cargos de confiança, remanejamento de funcionários efetivos, entre tantas outras ações desnecessárias que acabam onerando os cofres públicos sem trazer resultados efetivos. E, ainda, não raramente para aqueles funcionários efetivos, que não partilham dos mesmos ideais políticos do governo, resta a pressão,

a perseguição, o constrangimento de afastar-se da função, ou até da demissão. Esse foi o meu caso, passei os primeiros oito meses do ano de 2005, sofrendo a violência moral e psíquica da perseguição e do constrangimento de perder o meu espaço profissional, desconsiderada no trabalho realizado, além dos sentimentos e perspectivas daquelas pessoas que estavam usufruindo dos projetos que vinham sendo desenvolvidos. Cito, como exemplo, o projeto SEMEANDO CIDADANIA que, simplesmente, deixou de existir. Já no primeiro mês do mandato da atual Administração Municipal, fui afastada das minhas funções e transferida para outro setor, onde permaneci por alguns dias, sendo obrigada a buscar a tutela judicial a fim de restabelecer o *status quo* anterior. Embora deferido pela justiça o retorno às minhas funções originárias no cargo efetivo, a municipalidade ignorou a decisão judicial e optou pela cedência de meus serviços ao Poder Judiciário da comarca de Itapiranga. Não obstante houvesse a possibilidade de exigir o cumprimento da ordem judicial e assumir minhas funções junto ao meu local de lotação, achei por bem aceitar o desafio do novo trabalho. Sofri muito neste período, pois o fato de me sentir expropriada de um espaço que conquisei com o meu esforço e minha competência, fez perceber que me identificava tão somente como a assistente social da prefeitura de Itapiranga, abandonando a dimensão humana da mulher, pessoa e mãe. E, consciente disso, confesso que lutei muito para restabelecer novamente minha identidade.

A identificação por via do lugar do trabalho, através da actividade laboral, tornou-se progressivamente central para os discursos de identidade. As actividades laborais evidenciaram-se como parte importante do sistema de produção capitalista; [...] Os discursos de identidade surgem cada vez mais organizados à volta desta actividade ocupacional [...] cada indivíduo e suas estratégias de vida desenvolvem-se progressivamente na base de uma identidade criada dentro e através da actividade laboral e no lugar que cada qual ocupa no mundo da produção como se este último moldasse as características da cada um. (STOER, 2004, p.104).

Atualmente, estou respondendo como assistente social do Ministério Público de Santa Catarina na comarca de Chapecó, em virtude da aprovação no concurso público que prestei no ano de 2004. Assim, recuperada daquela situação, posso afirmar que me sinto fortalecida, mais madura e com a plena certeza de que a dedicação pelo trabalho aliada à defesa irrestrita pelos ideais inerentes à profissão me motivaram buscar, por meio das leituras bibliográficas e das leituras de mundo das pessoas, imprimir uma forma peculiar e competente de ser assistente social. Sempre com a convicção que a melhor prática é aquela que possibilita às pessoas a

compreensão da sua realidade para o desvelamento de uma consciência crítica e criadora a fim de provocar novas atitudes.

## 1.2 APONTANDO AS OPÇÕES METODOLÓGICAS

O relato acima permitiu identificar alguns indicadores relevantes que contribuíram na escolha do objeto desta pesquisa. Com base nesses indicadores e, retomando o desenho da página 2, permito-me afirmar que minha questão-eixo de pesquisa se constitui na seguinte interrogação: qual a relação entre a educação popular, serviço social e relações de gênero com uma proposta de emancipação social?

Não obstante a complexidade na prática da profissão de assistente social, sabemos que a atuação profissional está, profundamente, concentrada nos interesses sociais de classes antagônicas cuja construção histórica aconteceu majoritariamente, a partir do olhar feminino para a problemática das mulheres, das crianças e de todos aqueles que, como essas, são alijados dessa sociedade que considera, unicamente, as pessoas em virtude da cor, do sexo e da condição social e econômica, gerando, assim, tensões e contradições no universo dessas relações. É neste cenário que o fazer profissional da assistente social transcende às ações cotidianas e busca, na realidade oculta, compreender os fatos, numa complexidade histórica, política, social e cultural, para dar resposta às demandas apresentadas e ao seu compromisso ético, político e profissional. Assim, a prática de quem é Assistente Social está pautada em conhecimentos teóricos e metodológicos que possibilitam uma atuação macro, que se consubstancia em pesquisas e levantamento de dados, diagnóstico situacional, elaboração de planos, programas e projetos, planejamento e mobilização social, como, também em uma atuação mais específica, essencialmente no âmbito da implementação de políticas públicas que contemplam o cenário da família, idoso, portador de deficiência, infância e adolescência, bem como qualquer cidadão e cidadã em situação de vulnerabilidade pessoal e social. É também no serviço social que a perversa e que a caótica dinâmica social se apresenta, cotidianamente, sob as mais diferentes formas de

violação dos direitos humanos, sociais e políticos. Contudo, para respaldar minhas ações e buscar formas alternativas de abordagem a fim de provocar uma reflexão acerca dos fatos apresentados e construir novos caminhos, utilizo, como referencial importante, alguns fundamentos da educação popular. De acordo com o pensamento de Brandão (1986), a educação popular constitui-se numa estratégia de instrumentalização pedagógica, que permite aos grupos populares refletirem sobre sua prática de luta na defesa de seus interesses contra todas as formas de exploração e dominação, compreendendo a dimensão de classe e buscando avanços organizativos necessários à luta para uma nova situação de plena cidadania.

Partindo desse conteúdo, surgiu o desejo de olhar para o interior do serviço social e refletir acerca da atuação profissional na perspectiva do seguinte questionamento:

- Qual a relação que o serviço social pode estabelecer com as pessoas, a partir do diálogo com a educação popular e as relações de gênero?

Com essa reflexão estabeleci um diálogo entre minha experiência de profissional e de aprendiz de pesquisadora e minhas interlocutoras, objetivando vislumbrar nas suas narrativas, uma proposta política de emancipação social a partir do diálogo entre serviço social, educação popular e relações de gênero.

A investigação proposta foi realizada a partir de uma pesquisa de campo, numa abordagem qualitativa, na qual se abre um espaço para as entrevistadas expressarem suas crenças, sentimentos, valores e opiniões, oportunizando, assim, uma melhor compreensão do tema que tenciono estudar. Neste contexto, parto dos seguintes objetivos:

Geral:

- analisar a relação entre a educação popular, serviço social e relações de gênero com uma proposta de emancipação social, problematizando esses três conceitos com os relatos das experiências profissionais das entrevistadas.

Específicos:

- problematizar com as entrevistadas a existência no serviço social de uma proposta pedagógica que envolva o conhecimento acerca das relações de gênero;
- identificar a relação que a assistente social estabelece com os sujeitos na medida em que realiza sua práxis profissional;
- construir com as entrevistadas, a partir de suas experiências, o significado de exclusão social;
- perceber como o serviço social se relaciona com a Educação Popular e com o tema das relações de gênero;
- identificar os fatores que indicam a ação do Serviço Social na perspectiva emancipatória.

Na fase exploratória da pesquisa utilizei informações factuais a fim de obter subsídios para melhor compreensão da pesquisa. Tais informações envolveram dados, como: faixa etária, local de trabalho e área de atuação, tempo de formação, experiência profissional. Para a coleta de dados utilizei como fonte de informação o desenvolvimento de entrevistas reflexivas, as quais abrem mais espaços de interação pesquisadora/pesquisados, permitindo às pessoas entrevistadas expressarem, com clareza, suas concepções e idéias, além de oportunizar uma reflexão acerca do assunto em pauta e construir, a partir desta interação, novos significados. De acordo com Szymanski (2002, p.14), “o movimento reflexivo que a narração exige acaba por colocar o entrevistado diante de um pensamento organizado de uma forma inédita até para ele mesmo”. A autora argumenta que, a partir desse movimento reflexivo e com base na narrativa do pesquisador, o entrevistado, durante a entrevista, possui a possibilidade de um novo movimento, isto é, voltar à questão discutida e reavaliar suas proposições. Essa possibilidade permite que a relação entre entrevistado e pesquisador seja, segundo Szymanski (2002, p.14), “um encontro interpessoal no qual é incluída a subjetividade dos protagonistas, [...], nos limites da representatividade da fala e na busca de uma horizontalidade nas relações de poder”.

Para garantir o registro fidedigno das minhas entrevistas utilizei como instrumentos metodológicos:

- entrevistas gravadas que compõem a narrativa temática da pesquisa;
- diário de campo da pesquisadora com o olhar sobre o processo;
- roteiro pré-elaborado contendo o seguinte enunciado:
  - Faz um relato da tua trajetória profissional com vistas em duas questões: O que te fez escolher esta profissão? O que te motiva a seguir nela?

Os referidos instrumentos de registros contribuíram para o desenvolvimento das entrevistas que puderam ser realizadas em dois encontros e que tiveram como base a fala das entrevistadas, sempre focalizando a questão eixo: qual a relação entre a educação popular, serviço social e relações de gênero com uma proposta de emancipação social?

Do universo de assistentes sociais do município de Chapecó, SC, elegemos cinco profissionais que possuíssem mais de cinco anos de experiência profissional, no qual o critério de elegibilidade foi a iniciativa desses profissionais em contribuir para a presente proposta. Nesta fase da pesquisa foram abordadas experiências vividas, nas relações de trabalho, relacionando com a subjetividade do ser feminino que habita esta profissional assistente social, observando o seu papel frente às relações sociais para atender a um compromisso ético-político de emancipação social. Partindo dessas experiências, envolvemos questões que abarcaram categorias, como: utopia, mediação, cidadania, relações de gênero, emancipação, direitos humanos e, ainda, a contribuição da educação popular.

É importante ressaltar que, como pesquisadora, não tinha a pretensão de trazer verdades absolutas, mas sim provocar discussões sobre a problemática investigada. Desejo, também, expressar o meu compromisso ético com as colegas entrevistadas que, assim como eu, enfrentam, cotidianamente, os desafios e as contradições inerentes a um sistema perverso e bastante inquietante no país e no mundo. Compromisso esse reforçado pelas palavras de Lamamotto (2004, p.17);

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É

preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.

Dessa forma, as opções metodológicas, a partir de leituras da educação popular, em especial, em Carlos Rodrigues Brandão e Paulo Freire, desafiaram-me a pensar num processo de diálogo com as cinco assistentes sociais entrevistadas.

### 1.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA DE INCLUSÃO - DIFICULDADES E ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO

*[...] Resta essa vontade de chorar diante da beleza;  
essa cólera em face da injustiça e o mal-entendido;  
essa imensa piedade de si mesmo, e de sua força inútil [...].  
Vinicius de Moraes*

As transformações paradigmáticas do mundo contemporâneo têm-nos mostrado uma nova configuração humano/social. Momentos de muitas incertezas e contradições mostram-nos que, concomitante ao desenvolvimento econômico e o progresso tecnológico nas últimas décadas, tem aumentado, significativamente, a pobreza, a miséria e a exclusão social, esmagando a massa populacional e matando um contingente de pessoas através da fome, da falta de saúde, da grande demanda de violência em todas suas dimensões. Tudo isso, por conta do poder minoritário, que domina as relações econômicas, concentrando a renda, gerando a opulência de uma minoria e aumentando a indiferença frente ao diferente, daqueles que mesmo desprotegidos, excluídos, empobrecidos e estigmatizados, continuam sobrevivendo às margens da sociedade. Dito isso, cito o pensamento de Martins (2002, p. 20), quando afirma que “a pobreza nem sempre é exclusão, e a pobreza de fato excludente é apenas o pólo visível de um processo cruel de nulificação das pessoas”. Dentro deste processo complexo de nulificação do ser humano, a exclusão vem se firmando, cotidianamente, no modo de vida das pessoas e se manifesta nas diferentes formas e expressões. Segundo Martins (2002, p. 21), a exclusão social constitui-se num “problema social porque abrange a todos: a uns porque os priva do básico para viver com dignidade, como cidadãos; a outros porque lhes impõe o terror da incerteza quanto ao próprio destino e ao destino dos filhos e dos próximos”.

Podemos dizer que existem formas ambíguas de pobreza. Por um lado, e pelo qual a pobreza é mais representada, existe uma variedade de indicadores que dimensionam a vida econômica e social da população brasileira e demarcam as principais características da exclusão social, refiro-me às três dimensões utilizadas por Campos (2004), que contribuíram na construção do Índice de Desenvolvimento Humano-IDH. A primeira dimensão, denominada “vida digna”, relaciona-se com o bem-estar material da população e inclui três indicadores: pobreza, emprego e desigualdade. A segunda dimensão, definida como “conhecimento”, preocupa-se com o acúmulo simbólico e cultural da população e incorporou dois indicadores: alfabetização e estudo dos chefes de família. A terceira dimensão, denominada “vulnerabilidade juvenil”, avaliou a exposição da população jovem à violência e inclui dois indicadores: presença juvenil e mortes violentas. Referidos indicadores possibilitam-nos mensurar, de forma abrangente, as condições de vida da população brasileira as quais geram benefícios e usufrutos de recursos materiais e sociais, que determinam o padrão de vida de cada pessoa e cuja inexistência acarreta a precarização da sobrevivência humana. E, ainda, permitem-nos visualizar a realidade da violência à qual a população juvenil está submetida cotidianamente. Desse modo, são consideradas pobres aquelas pessoas que estão à margem das condições dignas de sobrevivência, desqualificadas e inaptas para o emprego, e, portanto sem condições de prover sua própria subsistência. Podemos incluir entre os pobres, os trabalhadores de baixa renda, os que trabalham por conta, os que trabalham no mundo do subemprego e, ainda, aqueles que trabalham em regime de servidão, que pela vulnerabilidade e fragilidade, talvez não saibam que o problema da exclusão não está na capacidade ou competência individual, mas que é condição *sine qua non* de um sistema econômico e social que domina e explora e que não permite que todos usufruam. Como afirma Martins (2002, p.21):

[...] a verdadeira exclusão está na desumanização própria da sociedade contemporânea, que ou nos torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não têm um teto, não têm trabalho e, sobretudo, não têm esperança.

Neste contexto, não podemos deixar de citar as outras faces da exclusão social representadas por todas aquelas pessoas ou grupos que se diferenciam do

modelo de “homem” reconhecido na sociedade moderna ocidental<sup>4</sup>. Modelo este que, dificilmente enxerga aqueles que são diferentes do homem branco, saudável, bem sucedido e heterossexual. Porém, nesse processo de exclusão e desigualdades sociais, destacamos a face mais grave da pobreza, aquela que tolhe a pessoa de sua condição de agente dotado de história, capaz de intervir na realidade e transformá-la. Assim, de acordo com Demo (2000, p.22), “mais comprometedor que a carência material, é a pobreza política, ou seja, a dificuldade extrema de organizar o próprio destino com autonomia”. Nesta dinâmica, a pobreza é reproduzida entre as gerações. Os pobres não acreditam na possibilidade de mudança, estão conformados em sua condição submissa, aceitam o que é de direito, como um favor, ficam gratos e dependentes daqueles que, por vezes, efetivam os seus mínimos sociais. Desse modo, cito Yasbek, (1993, p.9) quando afirma que “os pobres, os desorganizados, os miseráveis pensam, sonham, negam e aceitam sua condição”. A pobreza tornou-se um fenômeno estrutural, decorrente de um sistema econômico-político excludente e perverso que resulta na impossibilidade de o ser humano viver com dignidade. “Se a pobreza política está na base da pobreza material, parece razoável que a educação e conhecimento sejam modos mais adequados de integrar o seu enfrentamento, do que a assistência”. (DEMO, 1999, p. 105).

A partir da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social passa a ser parte integrante das ações que visam a garantir o direito de cidadania e igualdade de condições de vida a todo povo brasileiro. A Assistência Social, dentro deste paradigma, traduz-se em garantir, por meio da rede de inclusão e da rede de proteção, os direitos das pessoas em condições de vulnerabilidade próprias do ciclo de vida e aos grupos específicos de pessoas que se encontram em situação de fragilidade e exclusão. Com isso, o Estado Brasileiro, isto é, o poder público, seja ele federal, estadual ou municipal, tem o dever de formular políticas e realizar atividades que protejam e promovam essa população, permitindo alcançar um patamar mínimo de cidadania. Nesse sentido, faço referência às palavras de Bonetti (2003), quando afirma que cidadania está relacionada à idéia de ser cidadão e que esse,

---

<sup>4</sup> Stephen R. Stoer (2004), aborda no seu livro “os lugares da exclusão social “ que o Ocidente é implicitamente uma forma de Estado e um conjunto de valores e normas culturais que foi apresentado como modelo a perseguir e como meta de desenvolvimento. Este modelo, sobretudo a partir de meados do século XX, foi sendo posto em causa externa e, internamente, pelos intelectuais e pela ação política que o foi denunciando como etnocêntrico, colonialista e falocêntrico.

independente das diferenças culturais físicas, étnicas, religiosas ou de habilidades profissionais tem participação na produção e no acesso igualitário no atendimento aos serviços sociais básicos. O conceito de cidadania transcende os limites da carência, seja ela material ou política. Ela precisa dar conta de uma complexidade de fatores conjunturais, culturais, emocionais, sociais, políticos e econômicos. Nesta perspectiva, podemos dizer que ser cidadão ou cidadã é não somente respeitar, mas efetivar os direitos humanos<sup>5</sup> no cotidiano de cada pessoa que compõe uma sociedade livre e democrática. Tais direitos permitem aos cidadãos a faculdade de ir, vir, ser, pensar, crer, manifestar-se, sem se tornar alvo de humilhação, discriminação ou perseguição. O exercício da cidadania implica na possibilidade de as pessoas possuírem condições dignas de vida, com acesso a serviços públicos com qualidade como: educação, saúde, segurança, habitação e, ainda, poder desfrutar dos recursos naturais sem comprometer as futuras gerações. Como destaca Stoer<sup>6</sup> (2004), é decidir acerca do seu modo de ser e estar na sociedade e, ao mesmo tempo, reivindicar uma igualdade econômica, independente das suas diferenças étnicas, raciais, sexuais, religiosas ou estilos de vidas. A cidadania somente será efetiva quando todas as pessoas que fazem parte de uma mesma sociedade tiverem as mesmas condições e oportunidades. Conforme Demo (2000, p. 23), “é a capacidade individual e, sobretudo coletiva de fazer e fazer-se oportunidade ou de se emancipar”. Nessa realidade, constatamos que a política de assistência social não contempla, na prática, as necessidades básicas da população enquanto política que vislumbra o desenvolvimento humano social, econômico e a efetiva cidadania. Esta provê apenas os mínimos sociais com uma baixa capacidade de recursos financeiros que permite, tão-somente, realizar ações meramente assistencialistas, paliativas, compensatórias e excludentes. Conforme o pensamento de Sposati (1991, p.3):

[...] a assistência social no contexto das políticas sociais vem se comportando como um campo de benesse pública e privada ao “necessitado”, como uma não política, como um sistema que se autonega, sem visibilidade. É opaca, fluida, e desconhecida do grande público. Acusada de ser o campo da panacéia, do assistencialismo, das práticas clientelísticas/populistas, de mecanismo reforçador da pobreza tutelada, da

---

<sup>5</sup> Heleieth I.B. Saffioti (2004), argumenta que tampouco a compreensão dos direitos humanos é homogênea, pois varia segundo as classes sociais, segundo as raças/etnias, de acordo com os gêneros.

<sup>6</sup> O autor destaca o surgimento de uma forma de cidadania reclamada pelos indivíduos e pelos grupos contra as instituições e respectivas racionalidades. Que essa cidadania emergente, fundada em fatores culturais, reivindica ao mesmo tempo o reconhecimento cultural da diferença e a igualdade econômica.

concretude da injustiça social-ela parece se comportar de forma acuada reforçando sua característica opaca, subalterna, marginal.

No decorrer da história nos deparamos com políticas sociais voltadas para os miseráveis, indigentes. Elas reafirmam e banalizam a pobreza e, ao mesmo tempo, diminuem as tensões geradas pela violência da miséria, minimizando, temporariamente, o problema da falta de comida, da ausência de medicamento. Entretanto, não soluciona o caos gerado pela falta de direitos e oportunidades, de moradia, educação, saúde e geração de renda e trabalho. De acordo com o pensamento de Yamamoto (1997, p. 41), “é através do trabalho que o homem se afirma como um ser que dá respostas prático-conscientes aos seus carecimentos, às suas necessidades”. É nesta dinâmica nefasta que a luta cotidiana pela sobrevivência colabora para o agravamento da pobreza, pois quando consciente da sua limitação enquanto empregado, o não-trabalhador<sup>7</sup> excluído faz com que o seu projeto principal seja a conquista de um espaço no mundo do trabalho, afastando-o do seu ideal de vida enquanto cidadão pleno, com acesso aos seus direitos básicos, e ao desenvolvimento humano, social e sustentável. As consequências disso se traduzem em milhões de crianças, idosos, mulheres e homens, vivendo nas ruas, alimentando-se das sobras encontradas nas latas de lixo, à mercê da prostituição, da exploração, da marginalização e da submissão. Desta forma, ao falarmos em universalização dos direitos sociais, respeito à dignidade dos cidadãos, igualdade de direitos no acesso ao atendimento, promoção da equidade, referimo-nos a um pacto econômico e social, no qual é reconhecido a todos os indivíduos de uma nação o direito de acesso a condições dignas de vida assim como o direito de participar e decidir o destino de sua vida e do contexto no qual está inserido. Assim, segundo Streck (2003, p.62);

[...] a narrativa do contrato social mundial alternativo teria que enfrentar os seguintes desafios: livrar-se da atual grande narrativa que acredita ser filha do casamento entre revolução científica e a tecnológica [...]; Desenvolver uma ciência e tecnologia a serviço do bem-estar da coletividade; democratizar o acesso aos ganhos de produtividade [...]; Superar a tendência de transformar a pessoa em “recurso humano”; enfrentar a mercantilização total, desde o conhecimento até a vida; recuperar a credibilidade da política.

O combate à pobreza deve estar voltado para processos emancipatórios que

---

<sup>7</sup> Quero me referir àquele que não é reconhecido formalmente como trabalhador, o esmoleiro, o meeiro, o chapa, o diarista que se propõem a qualquer negócio, a garota de programa etc.

promovam as pessoas, de tal forma que elas alcancem o patamar de uma independência socioeconômica. Para tanto, é fundamental que hajam estratégias que possibilitem atividades de produção e participação que, aqui, entendemos, conforme Ammann (1991, p.53), “como um processo mediante o qual os membros de uma sociedade tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens dessa mesma sociedade”. A idéia de participação deve estar vinculada ao poder de ação e representação, no qual não basta estar presente, é fundamental estar ciente do processo de decisão, planejamento e, ainda, poder usufruir, no cotidiano, das reivindicações e conquistas. Assim, participação reclama por indivíduos que façam parte, tomem parte e tenham parte na dinâmica da sociedade.

## 2 A INTERDISCIPLINARIDADE NAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS

*Resta esse desejo de sentir-se igual a todos;  
de refletir-se em olhares sem curiosidade e sem memória.  
Resta essa pobreza intrínseca, essa vaidade de não querer ser  
príncipe senão do seu reino [...].  
Vinicius de Moraes*

No decorrer da história, assistimos às ciências se constituírem de forma fragmentada e objetiva. O ser humano, razão principal de todo o processo histórico, também se limitava a estudar o que era mensurável e racional, desconsiderando sua própria essência como fonte de conhecimento, dentro de um contexto universal. Talvez aqui residisse um erro grave na história da humanidade. Com o passar dos séculos, novas concepções surgem, as ciências sociais e humanas passam a ser problematizadas e defendidas com o devido rigor científico, originando uma ampla discussão acerca da natureza, finalidade e complexidade do conhecimento.

Segundo o pensamento de Morin (2002), a educação contemporânea necessita ser repensada para ser reformada. A escola tradicional tem reproduzido, em seu cotidiano, a prática do pensamento fragmentado, sendo o conhecimento ensinado em partes, desconectado do todo, fazendo da mente humana um depósito de informações. O autor considera que a educação deve estar voltada para a utilização de meios que proporcionem a formação e o desenvolvimento do ser humano, tornando-o melhor e mais feliz. Sem perder de vista o pensamento ecologizante, isto é, o ser humano como um ser multidimensional e sua correlação com o meio ambiente. Nessa linha, a educação deve observar o desenvolvimento da inteligência geral que possibilita ao sujeito pensar a sociedade como um todo, relacionando as ciências exatas, as ciências da natureza com as ciências humanas, num contexto único, complexo e interligado. Numa relação que parte do particular para o todo e vice-versa.

Para Santos (2000), a crise do paradigma da modernidade<sup>8</sup> está no

---

<sup>8</sup> Boaventura de Souza Santos (2000), explica que o paradigma da modernidade comporta duas formas principais de conhecimento: o conhecimento-emancipação e o conhecimento-regulação. O conhecimento-emancipação é uma trajetória entre o estado de ignorância que designa por colonialismo e um estado de saber que designa por solidariedade. O conhecimento-regulação é uma trajetória entre um estado de ignorância que designa por caos e um estado de saber que designa por ordem. Se o primeiro modelo de conhecimento progride do colonialismo para a solidariedade, o segundo progride do caos para a ordem. Nos termos do paradigma da modernidade, a vinculação recíproca entre o pilar da regulação e o pilar da emancipação implica que estes dois modelos de conhecimento se articulem em equilíbrio dinâmico. Isto significa que o poder cognitivo da ordem alimenta o poder cognitivo da solidariedade, e vice-versa.

desequilíbrio entre o conhecimento-regulação e o conhecimento-emancipação, em que o primeiro se sobrepôs ao segundo. Conforme o mesmo autor (2000, p. 79) “a ordem transformou-se na forma hegemônica de saber e o caos na forma hegemônica de ignorância”. Enquanto a ordem significa a negação da subjetividade humana como forma de conhecimento legítimo, o caos representaria a ruptura deste modelo dominante em busca do conhecimento emancipatório que o autor denomina paradigma emergente. Neste novo modelo o caráter autobiográfico é, plenamente, assumido, ou seja, a subjetividade humana como fonte de conhecimento para aprimorar a nossa relação com o mundo.

De acordo com essas análises, proponho neste próximo capítulo, fazer um recorte na história do Serviço Social e da Educação Popular, relacionando as duas áreas do conhecimento com uma proposta política de emancipação social. Nesta proposta dedico parte do estudo ao debate sobre as relações de gênero, tendo em vista a necessidade de compreender os papéis que homens e mulheres desempenham na nossa sociedade e como, socialmente, esses papéis foram construídos e, ainda, continuam sendo reproduzidos nas relações cotidianas. Nessa busca, penso que a reflexão dentro de uma proposta interdisciplinar<sup>9</sup> permitirá contribuir no processo de trabalho da profissão de assistente social, ampliando o potencial profissional para diferentes formas de relações sociais.

## 2.1 O SERVIÇO SOCIAL & EDUCAÇÃO POPULAR: PROPOSTAS AFINS, CAMINHOS ESTRANHOS QUE CONCORREM PARA UMA UNIDADE

*Resta esse constante esforço para caminhar dentro do  
labirinto;  
esse eterno levantar-se depois de cada queda;  
essa busca de equilíbrio no fio da navalha;  
essa terrível coragem diante do grande medo, e esse medo  
infantil de ter pequenas coragens.  
Vinicius de Moraes*

A partir da Revolução Industrial, o acúmulo do capital fortalecia as elites burguesas em detrimento da exploração da força de trabalho advinda do povo. Esta

---

<sup>9</sup> Janete Sá (1990) descreve o princípio da interdisciplinaridade como uma relação de reciprocidade, de mutualidade, um regime de co-propriedade, possibilitando o diálogo, com o qual as diversas disciplinas levam a uma única interação, a uma intersubjetividade.

contradição divide a sociedade capitalista em duas classes antagônicas: os proprietários, donos dos meios de produção que exploravam a massa trabalhadora com salários baixos e exaustivas jornadas de trabalho; e o proletariado, classe composta por homens, mulheres e crianças que trabalhavam em condições subumanas de vida. A questão social, base precípua do trabalho do serviço social é marcada, historicamente, pela precarização nas relações entre o capital e trabalho e passa a se manifestar a partir do crescimento e fortalecimento da classe operária na busca de um projeto alternativo de enfrentamento da dominação burguesa. Assim, nascem alguns movimentos sociais, criados pelos operários para sua própria segurança, contra a usurpação incessante do capitalismo na luta por melhores salários e por condições dignas de trabalho.

No Brasil, entre as décadas de 1920 e 1930, os confrontos de lutas estão, diretamente, relacionados com as lutas da população trabalhadora por melhores salários e condições dignas de trabalho. Tais lutas tinham a força da organização sindical, órgão articulador e fomentador das reflexões acerca das contradições do sistema capitalista. O agravamento da crise política e econômica, a partir de 1929, associado ao golpe de estado, em 1930, que resultou na implantação do Estado Novo, configura num marco histórico da sociedade brasileira. Em meio aos conflitos sociais, a pressão exercida pelos movimentos operários, a disputa política e econômica de vários grupos e oligarquias regionais, o Estado temendo a ascensão e o acirramento desses movimentos e, objetivando a adesão e o consenso dos trabalhadores, estabeleceu uma série de medidas de caráter preventivo, integradas no conceito de “harmonia social e desenvolvimento” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 151). Segundo os autores, “o estado assume paulatinamente uma organização corporativa, canalizando para sua órbita os interesses divergentes que emergem das contradições entre as diferentes frações dominantes e as reivindicações dos setores populares”. Dessa forma, o Estado consegue estabelecer uma política de compromissos e conciliações entre os grupos dominantes, as camadas médias e os trabalhadores, dando suporte à expansão e à acumulação do capitalismo no Brasil. A questão social, que antes era encarada como uma questão de polícia, passou a ser considerada como uma questão de Estado, que demandava soluções mais abrangentes. O Estado adotou, a partir daí, uma política de proteção ao trabalhador, incentivando o trabalho e o aumento da produção. Criou o Ministério

do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro de 1930, e promulgou uma legislação trabalhista que respondia, de certa forma, às necessidades do trabalhador e aos interesses mais amplos da industrialização emergente. Assim, foi sendo dado um tratamento sistemático à questão social que, ao mesmo tempo, aliciava e atrelava as classes subalternas à política do governo, sem permitir maiores chances de participação.

Em sua política de alianças, o governo do Estado Novo buscou apoio junto à Igreja Católica que, em troca do suporte oferecido às políticas do Estado, vislumbra “um projeto de restauração de sua ação normativa sobre a sociedade” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 155). O serviço social surge, neste contexto, com o objetivo de legitimar a ordem vigente a partir de uma atuação profissional que partia da percepção de que os desajustados necessitavam de uma formação moral com vistas à adaptação na vida social daquele momento. Este profissional negava os conflitos advindos dessas contradições, realizando o trabalho na perspectiva de atuar sob os efeitos<sup>10</sup>, diferentemente da percepção atual em que o princípio norteador, ratificado no código de ética da profissão, é de romper com a hegemonia dominante em defesa da população dominada, marginalizada e excluída.

Nessa trajetória, o trabalho do serviço social, que antes era vinculado às instituições da Igreja Católica, passou a ter o Estado como o grande empregador. E durante esse período, as políticas sociais permaneceram como um instrumento ideológico de regulação social do qual a atuação profissional do assistente social carregava uma herança cultural com “fortes marcas confessionais”, como destaca Iamamoto (2004, p. 105).

A partir de 1955, no intuito de apoiar o projeto desenvolvimentista vigente, que, “de forma geral, envolve a proposta de crescimento econômico acelerado, continuado, auto-sustentado”, (IAMAMOTO E CARVALHO, 2004, p. 340) a fim de buscarem alternativas de ação aos desafios sociais, muitos profissionais da área se envolveram, igualmente, nas lutas de sociedade brasileira pelas Reformas de Base, que aconteceram nos anos 60 e participaram dos movimentos de

---

<sup>10</sup> De acordo com o pensamento de Iamamoto (2004, p. 127), a especificidade maior que reveste o Serviço Social desde sua implantação não está, no entanto, no âmbito das características que mais evidentemente o marcam. Historicamente, localiza-se na demanda social que legitima o empreendimento. Se as leis sociais são, em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social origina-se de uma demanda diametralmente oposta.

## Educação de Adultos e Cultura Popular.

No fim da década de 70 e início da seguinte, junto com os movimentos sindicais, cresceram as reivindicações dos moradores de vilas e bairros e se fortaleceram as comunidades eclesiais de base. Outros setores da classe operária começaram também a se articular no sentido de fazer oposição ao regime político em vigor. Crescia a pressão pela volta da democracia. Esta nova configuração popular que começa a emergir com força total frente à crise social, econômica e política do país, traz para o serviço social a necessidade de ampliar o debate acerca de sua base teórica e prática profissional na expectativa de romper com o poder hegemônico da burguesia que, historicamente, marcou a profissão. O movimento de reconceituação do serviço social caracterizou-se como um movimento de denúncia crítica e radical ao sistema vigente e às formas tradicionais de ação profissional. Esse movimento propunha a adoção de um referencial teórico crítico de análise dos fenômenos sociais e a adoção de novas metodologias de ação, que levassem em conta a totalidade do social e sua historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos (IAMAMOTO; CARVALHO. 2004).

Dentre vários profissionais que se dedicaram ao estudo da história do Serviço Social Brasileiro, quero destacar o trabalho de Simionatto (2004), que ao analisar o itinerário de Gramsci na realidade brasileira, situa este autor italiano na história do Serviço Social como uma referência fundamental para o debate acerca do movimento de reconceituação da profissão. As concepções de Gramsci (1986) serviram de estímulo, numa época de transição democrática e em que se pretendia ocupar todos os espaços possíveis, para dar uma contribuição efetiva ao processo de libertação do autoritarismo e à luta pelos direitos de cidadania. A prática institucional foi revalorizada, mas se buscavam novas formas de participação da população nos programas institucionais e sua articulação com os movimentos populares. Conforme observa Simionatto (2004, p. 182), é no final da década de 1970, que o pensamento Gramsciano passa a influenciar, fortemente, a base teórica do Serviço Social “como possibilidade para pensar a atuação do assistente social enquanto intelectual orgânico marcando seu compromisso com as classes subalternas”. Nessa análise, o conceito de intelectual orgânico, categoria apresentada por Gramsci (1968), é descrito como alguém detentor de um

conhecimento específico que se coloca a serviço de uma classe social, para buscar sua hegemonia. Segundo Simionatto (2004, p.227), “O intelectual orgânico identifica-se na sociedade por sua função de organizador em todos os campos da vida social”.

Com a redemocratização do País e com a nova Constituição Federal de 1988, ocorreu uma importante mudança na área do Serviço Social, que acompanha todo um movimento da sociedade brasileira. As políticas sociais passaram a direcionar-se para a universalização e garantia dos direitos sociais, para a descentralização político-administrativa e para a participação popular. Os assistentes sociais passaram a se questionar sobre os rumos da ação profissional, face à rearticulação dos movimentos populares e das organizações da sociedade civil. A partir dos anos 90, o centro das preocupações do Serviço Social voltou-se para as discussões acerca da conjuntura brasileira, face às mudanças no cenário mundial: a globalização da economia, o neoliberalismo, a reestruturação produtiva, o desemprego, o aprofundamento da desigualdade social e o aumento da exclusão social, em nossa sociedade, que causam uma crescente precarização da qualidade de vida de vários segmentos. Nesta trajetória percorrida pelo serviço social o avanço significativo está relacionado, conforme Iamamoto e Carvalho (2004, p. 240-241), a uma “crescente politização da ação profissional” relacionada ao poder de classe para o estabelecimento de estratégias profissionais pautadas em objetivos de “organização, capacitação e conscientização dos oprimidos, tendo como alvo a transformação social”.

## 2.2 EDUCAÇÃO POPULAR E SERVIÇO SOCIAL: PRIMEIROS INDÍCIOS DE UM PROJETO ALTERNATIVO

*Resta essa distração, essa disponibilidade, essa  
vagueza de quem sabe que tudo já foi como será no vir-a-ser e  
ao mesmo tempo essa vontade de servir, essa  
contemporaneidade com o amanhã dos que não tiveram ontem  
nem hoje.  
Vinicius de Moraes*

Segundo Brandão (2002), a história da educação popular pode ser marcada em três momentos históricos: o primeiro, no final do século XIX para o XX, quando surgem nos bairros operários de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul,

escolas destinadas aos operários adultos e a seus filhos. Para Brandão (2002, p.143), provavelmente, tenha sido o “primeiro momento no Brasil que a palavra ‘alternativo’ possa ser aplicada a uma experiência da educação”, assim como possa ter sido a primeira vez que pessoas não operárias estiveram, “voluntariamente, a serviço de um trabalho de criação cultural operária”. O segundo momento, na década de 1920, é marcado com o surgimento das primeiras escolas públicas. E o terceiro, a partir da década de 60, Paulo Freire é o maior responsável, quando se descobre que o enfrentamento à questão social da população pode ser articulado por outros movimentos sociais, em especial, pela alfabetização de adultos, além dos movimentos sindicais.

A Educação Popular surge no contexto dos movimentos sociais, que, parafraseando Brandão (1986), constitui-se numa estratégia de instrumentalização pedagógica, que permite aos grupos populares refletirem sobre sua prática de luta, na defesa de seus interesses contra todas as formas de exploração e dominação, compreendendo sua dimensão de classe e buscando avanços organizativos necessários à luta para uma nova situação de plena cidadania. É no cenário destes movimentos sociais que irá acontecer o principal confronto entre população e estado, vindo este a responder aos movimentos a partir da década de 70, através da implementação de políticas sociais. De acordo com Silva (1995), o ano de 1983, é marcado pela grande mobilização da sociedade Brasileira tendo como resultado o maior movimento social de todas as épocas: O movimento das ‘Diretas Já’, em 1984. Nele estava embutida a luta pela democracia e pela cidadania plena, caracterizando este período, pelo fortalecimento político, apesar do agravamento da crise social, econômica e política. É neste cenário que surge um novo paradigma para os movimentos sociais, onde a Igreja Católica Progressista exercerá forte influência no avanço e fortalecimento desses movimentos. Identificados como uma forma alternativa de organização, esses movimentos sociais urbanos são manifestações das classes populares e caracterizam-se pela forma solidária e heterogênea de participação, assumindo um caráter educativo, com um projeto social que busca reivindicar desde questões básicas de organização comunitária como também a transformação social.

Inobstante à conjuntura política e econômica que marcou a história social do país pela total ausência de empreendimento nessa área, a pauta reivindicatória dos

movimentos sociais tem ampliado significativamente. A partir da Constituição de 1988, as organizações populares não-governamentais passam a ocupar um espaço legal e legítimo, como co-responsáveis na formulação e fiscalização das políticas públicas através de espaços jurídicos criados pelo Estado como Fóruns, Conferências, Conselhos, Fundos Comunitários ou Sociais. Esses espaços, muito embora utilizados, estrategicamente, pelo Estado para dividir responsabilidades e esforços, meramente paliativos e voltados à minimização das tensões sociais, representam um avanço no processo de democracia e participação social. Se no passado as organizações populares eram meros executores de atividades e ações governamentais, atualmente estão crescendo e aprendendo a pleitear espaços mais amplos no âmbito do Estado e das políticas públicas e sociais. Atualmente, essas organizações são impulsionadas por interesses voltados às questões de trabalho, gênero, etnia, habitação, saúde, saneamento, direitos sociais, civis e políticos na busca pela efetiva cidadania. Segundo o pensamento de Wanderley, (2004, p.59):

[...] a questão social, nesta perspectiva, vem adquirindo novas modalidades nos últimos tempos, por força das mudanças profundas que estão acontecendo nas relações entre capital e trabalho nos processos produtivos, na gestão do Estado, nas políticas sociais, e pelo chamado “princípio da exclusão”, que se concretiza tanto da parte dos excluídos do processo produtivo, trabalho salariado, quanto da parte dos excluídos pela origem étnica, pela identidade cultural, pelas relações de gênero. [...] E ela se transforma efetivamente em questão social quando é percebida e assumida por um setor da sociedade, que tenta, por algum meio, equacioná-la, torná-la pública, transformá-la em demanda política, implicando em tensões e conflitos sociais.

É neste contexto que o Serviço Social, independente de estar a serviço da esfera governamental ou não governamental, pode contribuir de forma estratégica e comprometida, exercendo, conforme Iamamoto (2004, p.79), “a função de um educador político”. Pode atuar a partir de um projeto ético e profissional de mudança social na identificação das diferentes expressões históricas, culturais e ideológicas, despertando em cada indivíduo seu potencial crítico e transformador em busca de diferentes formas de viver e se organizar no mundo. Dito isso, quero retomar o pensamento de Iamamoto (2004, p.68), quando afirma que o assistente social “tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento dos valores, dos comportamentos, da cultura que por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos”. O trabalho especializado se expressa pelo contato interpessoal, seja por meio de atendimentos individualizados ou pela inserção deste profissional nas mais variadas organizações da sociedade civil.

O caminho de fazer um resgate na história da educação popular e do serviço social tem como objetivo estabelecer uma relação entre as duas áreas que possuem heranças político-ideológicas afins com muitos estranhamentos, mas convergem, atualmente, para uma finalidade em comum: ver a pessoa como um ser histórico com potencial crítico para sentir, refletir e viver experiências num movimento que Brandão (2002, p. 384) denomina aprender:

[...] aprender é o movimento mais essencial do empenho pessoal para a Vida. Somos uma vocação infatigável para a vida. E o viver, em cada um de nós, não é outra coisa senão um abrir-se a cada novo instante para o desafio, o mistério e o milagre de continuar vivendo. A vida nos desafia a cada segundo a seguirmos nela, em seu fluxo. E aprender é a resposta mais humanamente natural a este apelo.

Quando as pessoas tomam consciência da sua realidade e buscam participar no processo de reflexão e decisão, elas se percebem sujeitos de transformação de sua realidade e passam da condição de assistidos para a condição de agentes capazes de decidir e conquistar. Conforme Freire (1997, p.103), “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, as pessoas se educam entre si, descobrindo novos caminhos”. É através da educação, seja formal ou não formal que se forma os indivíduos. A educação a qual aqui nos referimos é aquela que oportuniza realizar a leitura do mundo, isto é, ver a realidade, conhecer profundamente o contexto na forma como se dá e na maneira ideológica que se apresenta. Ler o mundo é olhar a realidade com intencionalidade, criticidade, curiosidade e, principalmente, com vontade de mudar, pois, de acordo com o pensamento de Brandão (2002, p. 95), “cidadão é quem aprende fazendo-se a si mesmo, para fazer-se um co-criador do mundo social em que vive”. Neste processo histórico de formação educacional, o ser humano é sujeito e objeto. Como objeto, está aprendendo e vivenciando as contradições do mundo, as tensões geradas pela complexidade das relações pessoais e interpessoais. Enquanto sujeito, toma consciência do seu condicionamento, para assumir uma posição de ator na construção da história como um cidadão político que, com base no pensamento de Brandão (2002, p. 95), pertence ao contexto em que vive na sua cidade, na sua nação, e, portanto, lhe é conferido “um poder que deve ser local e universalmente, nosso, de pessoas criadoras, na sociedade civil, do “lado da vida” do mundo em que vivemos”. Alguém que, diante da escolha do seu caminho e na própria caminhada,

construa uma sociedade melhor, mais igualitária, pois como ele a sociedade também está inacabada.

A edificação de um novo modelo que busca a emancipação, a justiça e a sustentabilidade, impescinde da efetiva participação de todos. A universalização dos direitos exige uma participação universal. Educar para o mundo, segundo Freire (1997), é preparar para mudanças, é libertar os sujeitos da relação oprimido/opressor, é viver, cotidianamente, num processo dialógico e reflexivo, é acreditar na transformação pela participação. Para isso a Educação Popular e o Serviço Social, atualmente, estão voltados para um projeto que prioriza a ética, a justiça social, a eqüidade e a liberdade de expressão das pessoas.

Os indícios de um projeto alternativo que identifico nesta reflexão aparecem na medida em que o próprio serviço social, como uma profissão inserida na divisão social do trabalho, constrói um movimento de luta por uma identidade profissional politizada e transformadora. O movimento de reconceitualização configurou como um movimento político e social da classe, que cresceu a partir das contradições da sociedade capitalista, vividas pelos próprios profissionais a partir de sua organização, quando construíram um projeto alternativo para a profissão. Esse movimento que Freire (1987, p. 75) denomina como movimento de busca, “só se justifica na medida em que se dirige ao ‘ser mais’, à humanização dos homens. E esta [...] é a sua vocação histórica”. Por fim, minha esperança de ser mais, como mulher, cidadã e profissional, renova-se nesses momentos em que vislumbro na comunhão de idéias, possibilidades de concretizar uma “utopia emancipatória”.<sup>11</sup>

### 2.3 O SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO SEXISTA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO

*Resta essa faculdade incoercível de sonhar de transfigurar a realidade, dentro dessa incapacidade de aceitá-la tal como é, e essa visão ampla dos acontecimentos, [...].  
[...] e essa impressionante e desnecessária presciência, e essa memória anterior de mundos inexistentes, e esse heroísmo estático, e essa pequenina luz indecifrável a que às vezes os poetas dão o nome de esperança.  
Vinicius de Moraes*

---

<sup>11</sup> No capítulo 3 estarei citando o que Ivone Gebara (2000, p. 114) reflete sobre a utopia emancipatória.

Destaco aqui o momento em que as teorias feministas entraram na minha vida e ampliaram o meu horizonte reflexivo, abrindo novas perspectivas de abordagem profissional e pessoal. Esse novo horizonte permitiu visualizar uma sociedade diferente dessa que reproduz um padrão de comportamento social que impõe para homens e mulheres, papéis diferenciados, resultando, conseqüentemente, numa dinâmica social impregnada de preconceitos, violência, discriminação, exploração e opressão. Que reproduz, predominantemente, a lógica “de que a natureza é um mundo de homens, organizado segundo princípios socialmente construídos, ocidentais e masculinos como os da guerra, do individualismo, da concorrência, da agressividade, da descontinuidade com o meio ambiente”, (SANTOS, 2000, p. 88). Agir no mundo, a partir da perspectiva feminista, não é, simplesmente, defender direitos para as mulheres, o que já se constitui uma tarefa desafiadora, mas é olhar a sociedade numa perspectiva mais humana, considerando homens e mulheres em relativa harmonia consigo, com os outros e com a natureza, é admitir as fragilidades, as diferenças, é permitir que o outro faça parte do seu convívio de forma incondicional, sem o subjugo do poder masculino, como afirma Louro (2002, p. 18-19):

[...] o feminismo redefine o político, ampliando seus limites, transformando seu sentido, sugerindo mudanças na sua “natureza”. Ao proclamar que o “pessoal é político”, as feministas propõem que se compreenda de um modo novo as relações entre subjetividade e a sociedade, entre os sujeitos e as instituições sociais. As feministas passam a afirmar que as formas como nos tornamos mulheres e homens, enfim, como nos tornamos sujeitos “de gênero” se constitui em uma questão política e social e não somente uma questão ligada às histórias pessoais ou privada. Nossas escolhas, nossa sexualidade, nossa vida familiar são informadas pelo social, têm sentido político e exercem efeitos que transcendem o âmbito privado.

Por essa razão, ao estudar os princípios que norteiam a atuação profissional de assistente social, faz-se necessário realizar um recorte na história do Serviço Social, pelo viés da categoria de gênero e refletir acerca da herança androcêntrica que o Serviço Social acumula no decorrer de sua construção.

Conta a história que as primeiras manifestações de organização da profissão, tanto no Brasil como na Europa estão vinculadas às iniciativas de movimentos sociais que possuem, segundo Lamamoto e Carvalho (2004, p. 216), “uma base social de classe a partir da qual o autoritarismo e o paternalismo em relação ao meio social sobre o qual intervêm, têm uma explicação histórica e social”. No âmbito desses movimentos sociais, os núcleos pioneiros do Serviço Social foram

constituídos por mulheres que pertenciam a movimentos católicos leigos responsáveis pela ação social da Igreja Católica junto aos segmentos mais vulnerabilizados e empobrecidos da classe trabalhadora, especialmente crianças e mulheres. São esses grupos femininos pertencentes às camadas abastadas da sociedade cuja ideologia fundamentava-se na defesa da família e da propriedade. Mulheres educadas para reproduzir uma visão de mundo marcada pela ordem patriarcal de gênero e pelo sexismo<sup>12</sup> que contribuíram, significativamente, na construção da identidade do Serviço Social que, parafraseando lamamoto (2004), emerge como uma categoria profissional, predominantemente, feminina destinada, tradicionalmente, às mulheres. Inobstante a influência feminina que carrega todos os elementos do modelo social da época, ainda implícito no comportamento atual, a forma de intervenção também estava relacionada à educação a que essas mulheres estavam sujeitadas. De acordo com lamamoto (2004, p.218):

[...] observa-se, aqui, que a forma de intervenção junto à população cliente guarda relação ao tipo de educação familiar e religiosa a que estão sujeitas essas *moças da sociedade*: o recalque dos elementos materiais em função de valores espirituais, a vigilância e repressão em relação aos instintos, a infantilização etc. Esses elementos de autoritarismo e castração de sua educação se reproduzem no trato com a população, que passa a ser objeto de sua assistência: autoritarismo, infantilização, intransigência com o que consideram irracional ou imoral no seu modo de vida.

Assim, o Estado e a elite burguesa, com apoio da Igreja Católica, legitimam o Serviço Social como uma profissão neutralizadora da pobreza, cuja prática estava relacionada à salvação dos pobres, à redenção dos miseráveis com vistas a legitimar a lógica dominante. Portanto, em relação à formação desta profissional, além do conteúdo moral e religioso, era também imprescindível uma formação ampla acerca das tarefas domésticas que possibilitassem reproduzir no contexto de sua intervenção, comportamentos femininos adequados e ajustados aos padrões impostos pela minoria prestigiada e dominante da época, conforme entrevista de Maria Kiehl, 1942 citada por lamamoto e Carvalho (2004, p. 220);

[...] logo que iniciamos nossos trabalhos escolares, houve quem se admirasse da organização do nosso programa. Causou estranheza às pessoas pouco informadas nos assuntos sociais que alunas de um curso superior fossem obrigadas a aprender a cozinhar, a fazer a limpeza da casa, a lavar e a passar roupa, e que moças da melhor sociedade tivessem que entrar em cortiços para atender a pessoas que muitas vezes não são as

<sup>12</sup> Para Heleieth Saffioti, 2004, a ideologia machista, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, faz parte do pensamento de homens e mulheres. Entre mulheres socializadas todas na ordem patriarcal de Gênero é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. Desta sorte, também há um número incalculável de mulheres machistas.

mais virtuosas, a fazer pesquisas em bairros operários, etc. hoje ninguém duvida que não será possível a quem nunca fez serviços domésticos ensinar a mãe pobre a ter sua casa em ordem, a preparar refeições substanciais e econômicas, a aproveitar roupas usadas, a utilizar enfim os inúmeros processos que multiplicam os poucos recursos da família proletária. Já se compreende também que os problemas sociais não podem ser estudados entre as quatro paredes de uma sala de aula e os habitantes dos bairros pobres sabem tratar com respeito e consideração as moças que lhes vão levar socorro e amparo moral.

A partir do movimento de reconceituação, década de 60, o serviço social inicia um debate, no âmbito da América Latina, que se prolonga por quase uma década, girando o eixo dos questionamentos em torno dos fundamentos teóricos, ideológicos, sociais e políticos, que refletiu, diretamente, no exercício da ação profissional. Assim, aquela prática profissional baseada no controle, no ajustamento ou na adaptação foi cedendo lugar para outros paradigmas. Somente em 1993 o Conselho Federal de Serviço Social instituiu o atual Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, discussão essa que mobilizou a sociedade, os movimentos sociais e Movimento de Reconceituação do Serviço Social na década de oitenta, cujo debate culminou na construção dos princípios éticos e políticos da profissão, no qual a liberdade se constitui no valor ético central. Neste momento histórico o serviço social assume uma postura diferente, um novo olhar frente à sociedade, aos indivíduos e à questão social. Conforme Lamamotto (2004), o serviço social redefine seu conteúdo teórico-metodológico e prático-interventivo, assumindo um compromisso com a realidade latino-americana na produção de um conhecimento próprio, rompendo com o modelo tradicional antes importado pelos países europeus. Assume, com base em Lamamotto (2004, p.209), “uma explícita politização da ação profissional, solidária com a *libertação dos oprimidos* e comprometida com a *transformação social*”, avocando uma nova atitude, baseada na criticidade e na historicidade dos sujeitos coletivos, a fim de despertar potencialidades e construir formas alternativas de sociabilidade ancorados na autonomia, na emancipação e na plena expansão dos indivíduos sociais. Dito isto, trago, como argumento preponderante, o pensamento de Lamamoto (2004, p.77), quando afirma que o assistente social “ao assumir a defesa intransigente dos direitos humanos traz como contrapartida, a recusa a todas as formas de autoritarismo e arbítrio”. Dessa forma, o reconhecimento da liberdade implica no resgate individual dos sujeitos como possibilidade de insurgirem-se diante das contradições e das injustiças sociais que suplantam a auto-estima e a subjetividade humana. Nessa rebeldia, a liberdade

consiste em buscar um novo sentido para a vida, capaz de possibilitar às pessoas o seu fortalecimento, a fim de reconhecerem como desafio as adversidades que antes eram vistas como destino. Entretanto, essa possibilidade individual imprescinde de uma construção coletiva em busca de uma nova ordem social na qual homens e mulheres, sejam reconhecidos como sujeitos sociais portadores de diferentes identidades, dividindo um espaço político igualitário, conforme Saffioti (2004, p. 77-78):

[...] entender que as diferenças pertencem ao reino da natureza, por mais transformada que esta tenha sido pelo ser humano, enquanto a igualdade nasceu no domínio do político, parece fora do horizonte de uma *ideologia de gênero*, que naturaliza atribuições sociais, baseando-se nas diferenças sexuais. [...]. A naturalização do feminino como pertencente a uma suposta fragilidade do corpo e a naturalização da masculinidade como estando inscrita no corpo forte do homem fazem parte das tecnologias de gênero (Lauretis, 1987), que normatizam condutas de mulheres e de homens. [...] A consideração das diferenças só faz sentido no campo da igualdade. Neste sentido, o par da diferença é a identidade, enquanto o da igualdade é a desigualdade, sendo esta que se precisa eliminar.

Nesta análise é necessário identificar alguns pontos relevantes que associam as fragilidades da profissão com o debate feminista: o primeiro argumento revela que o Serviço Social, como uma profissão, predominantemente, feminina, reproduz a identidade social da mulher quando comparado, no mercado de trabalho, às demais especialidades, porque ainda é visto como uma subprofissão capaz de ser desempenhada por qualquer pessoa<sup>13</sup>; outro ponto importante relaciona-se com a remuneração, pois essa não é compatível com a especificidade e responsabilidade que o ofício exige e, “ainda com diferenciais de remuneração e renda em relação aos homens” (IAMAMOTO, 2004, p.104); uma terceira análise pode ser associada ao pensamento de Biase (1995, p. 185), quando relaciona a origem do serviço social à iniciativa de mulheres ligadas à orientação eclesiástica, tanto no âmbito europeu como mais tarde brasileiro, “como um modo de intervir na história coletiva, de exercer sob a forma de suplência as únicas responsabilidades políticas que lhes são concedidas”. Por último, a superação da profissão no que se relaciona às conquistas advindas do movimento de reconceituação que, além de romper com o paradigma cultural dominante, sucessor do pensamento daquela elite que, no passado, o formou, construiu princípios aliados à democracia, à justiça social e contra todas as

---

<sup>13</sup> Como exemplo, cito a cultura institucionalizada das primeiras damas quando assumem o cargo máximo nas secretarias de Assistência Social, na maioria das vezes, sem a mínima noção da dinâmica social e tampouco sem formação alguma para gerir e executar as políticas públicas, especificamente a política de assistência social.

formas de discriminação<sup>14</sup>, num contexto social, fortemente marcado pelo preconceito, individualismo e pelas diferenças sociais, econômicas e culturais.

Muito embora o serviço social, atualmente, esteja comprometido com as maiorias que reclamam, conforme Stoer (2004, p.95), “por uma política do reconhecimento da diferença, na reivindicação de uma justiça que não seja simplesmente socioeconômica, mas também cultural”, ainda conserva o legado que o situa como uma profissão de mulheres para mulheres. As reivindicações no campo das políticas públicas são, na maioria das vezes, realizadas por mulheres. São as mulheres que, cotidianamente, ocupam a maioria dos lugares nas filas da assistência social em busca de alimentos para sua família, agora, mais recentemente, à procura pela inclusão nos cadastros dos programas de repasse de recursos a fim de obter, mesmo que, minimamente, um rendimento a mais no seu orçamento e alimentar a ilusão de que sua vida está melhorando. São as mulheres as maiores vítimas de violência doméstica, diretamente, por serem elas violentadas ou violadas de sua liberdade de pensar e decidir acerca dos seus sentimentos e de suas escolhas ou, indiretamente, quando são seus filhos são os alvos de atos violentos, marginais e opressores. São essas mulheres que estão presentes no cotidiano das políticas públicas nas quais ‘o’ assistente social é um ‘dos’ principais ‘operadores’ desta rede complexa e inacabada. Complexa porque sabemos que a doença social possui inúmeras causas de ordem política e econômica cuja receita do tratamento curativo e preventivo está sob os cuidados de uma minoria. Inacabada, porque, apesar de todas as dificuldades de ordem macrossocial, ainda acreditamos na força das mobilizações sociais, na necessidade de uma educação voltada para os interesses populares para que possamos combater as injustiças e erradicar as indiferenças que, com base no pensamento de Saffioti (2004, p.78):

[...] há uma consciência avançada da situação, capaz de definir os direitos humanos no feminino, como, aliás, vem sendo feito nos campos da saúde, da educação, da violência, no terreno jurídico etc. Os portadores desta consciência lutam por sua difusão, assim como pela concretização de uma cidadania ampliada, isto é, direitos humanos também para pobres, negros, mulheres. O respeito ao outro constitui o ponto nuclear desta nova concepção da vida em sociedade. Como afirma Saramago, enquanto a religião exige que os seres humanos se *amem* uns aos outros, o que depende de convivência, uma vez que nem mesmo o amor materno é instintivo (BADINTER, 1980), a compreensão dos direitos humanos nos impõe que cada um *respeite* os demais. Amar o outro não constitui uma obrigação, mesmo porque o amor não nasce da imposição. Respeitar o

---

<sup>14</sup> Código de ética – resolução CFESS n. 273/93 de 13 de março de 1993.

outro, sim, constitui um dever do cidadão, seja este outro mulher, negro, pobre.

Foi paralelo às lutas sociais feministas que o serviço social sobreviveu, amadureceu e avançou no debate democrático em defesa do outro, da outra, da desconhecida, do ignorado, do sem vez, da sem voz! E é nessa caminhada que o caminho se faz.

*Caminhante, são teus rastos o caminho, e nada mais;  
caminhante, não há caminho, faz-se caminho ao andar.  
Ao andar faz-se o caminho, e ao olhar-se para trás vê-se a  
senda que jamais se há de voltar a pisar. Caminhante, não há  
caminho, somente sulcos no mar. (MACHADO, 1973, p. 158).*

### **3 A RELAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS COM EDUCAÇÃO POPULAR E AS RELAÇÕES DE GÊNERO**

Educação popular e feminismo – movimentos. Eles estabelecem amadurecimentos de conceitos como os da categoria de análise de gênero, capaz de relacionar o feminino e o masculino no processo investigativo (EGGERT, 2003, p. 37).

As reflexões a seguir se constroem a partir da relação entre as experiências de vida construídas, minha e das minhas interlocutoras. Primeiro como mulher, denunciando a ideologia do patriarcado e desnudando fragilidades pessoais. Segundo, como profissional que trabalha, cotidianamente, com a vulnerabilidade das pessoas e a fragilidade com que elas vivem os seus cotidianos privados. Nessa relação situo a importância da educação popular para o reconhecimento desse saber popular como fonte de transformação social. É com este olhar que pretendo, neste capítulo, relacionar o serviço social à educação popular e relações de gênero para identificar uma proposta emancipatória. Ao realizar o primeiro contato com as minhas interlocutoras busquei algumas informações factuais que possibilitaram situar melhor o universo de mulheres que fazem parte desta produção. Da totalidade das pessoas entrevistadas, escolhi cinco mulheres, na faixa etária compreendida entre 30 e 45 anos, todas com nível de especialização. Três estão vinculadas à Prefeitura Municipal de Chapecó, atuando, diretamente, com as políticas públicas, uma é assistente social Forense e atua na vara da Família, Infância e Órfãos do Fórum de Justiça da Comarca de Chapecó, SC e exerce a docência no Curso de Serviço Social da UNOCHAPECÓ. A última possui vinculação com essa Universidade local, atua como professora no curso de Serviço Social e trabalha como assistente social num programa de extensão da própria Universidade, na perspectiva da Educação Popular. Todas possuem mais de cinco anos de experiência profissional. Com base nesses dados, inicio esse movimento, trazendo o depoimento da entrevistada 01:

*O serviço social mexe muito com o estudante, ele questiona seus valores, ele te coloca enquanto sujeito na sociedade ele exige de você um posicionamento, então acho que isso foi me moldando, foi me atraindo. Chegou um momento que eu disse, não quero outra coisa é o que eu quero o serviço social [...] (ENTREVISTADA 01).*

O depoimento inicial traz três palavras chaves que possuem um significado importante para todos aqueles que, assim como eu, buscam o reconhecimento da outra e do outro como pessoas capazes de história própria. O trecho acima, também determina os limites de reflexão deste capítulo, indicando algumas possibilidades de entrelaçamento, a partir do diálogo entre o serviço social, educação popular e relações de gênero. Este entrelaçamento permite transcender aos princípios norteadores de cada especificidade e vislumbrar uma proposta política de emancipação social.

Ao afirmar que o serviço social mexe, questiona valores, coloca o sujeito na sociedade, a entrevistada traz à tona não só a essência do projeto ético e político da profissão, que objetiva, conforme lamamoto, (2004, p. 114), “decifrar as múltiplas expressões da questão social”. Expressões estas que se constituem no objeto de trabalho do nosso cotidiano e se revelam através da precarização da vida material e social das pessoas, como o desemprego, a violência, a miséria, a falta de saúde, educação, habitação, etc. Traz à discussão, também, os sentimentos de impacto, vividos já nas experiências de estágio, que nos forçam à mudança e que nos desafiam romper com as forças da sociedade que reiteram e aprofundam o abismo traçado pela questão social. Conforme lamamoto (2004, p. 114):

A *Gênese* da questão social encontra-se enraizada na contradição fundamental que demarca esta sociedade, assumindo roupagens distintas em cada época: a produção, cada vez mais social, que se contrapõe à apropriação privada do trabalho, de suas condições e de seus frutos. Uma sociedade em que a igualdade jurídica dos cidadãos convive, contraditoriamente, com a realização da desigualdade. Assim dar conta da questão social, hoje, é decifrar as desigualdades sociais – de classe- em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente, etc. Mas decifrar, também, as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais.

Portanto, com o propósito de aprofundar o conhecimento a fim de possibilitar um olhar mais aguçado diante das tramas e da complexidade que envolve múltiplos valores da questão social é que busco, a partir das experiências profissionais vividas pelas interlocutoras e da minha percepção a partir das leituras sobre educação popular e as teorias de feministas, refletir acerca da mediação do serviço social nas relações sociais. Mas o que há, afinal, de comum entre o serviço social, educação popular e relações de gênero? Penso que há, nos meandros destes saberes, uma utopia comum, um sonho na busca pela transformação social em nome da liberdade, do direito de ser e fazer história, no desejo de autonomia para cada pessoa.

Educação popular, serviço social e gênero têm a ver com as pessoas nas suas relações e no modo com que vivem e sofrem os reflexos de uma sociedade que as rejeitam ou sequer, as vêem. Pessoas que se identificam pelo não pertencimento, pela sujeição do outro, pela necessidade de se rebelar, e soltar a voz em favor de si, do seu reconhecimento, de sua cidadania. Portanto, tenho nessa reflexão uma proposta utópica!

[...] uma utopia emancipadora. [...] é preciso admitir que não há meio de apresentar um pensamento alternativo e uma ação alternativa sem traçar uma utopia. Esta é uma esperança, um esboço de salvação, provisória e limitada. Eu me situo na utopia do humano masculino e feminino, tentando construir juntos relações de mais justiça e solidariedade. [...] É a utopia da partilha, do reconhecimento dos valores de cada um, tanto dos homens como das mulheres. É a utopia da pluralidade dos discursos a partir da pluralidade das culturas e da pluralidade das pessoas. (GEBARA, 2000, p. 114).

Ter um ideal a alcançar, ter ilusões, anima-nos e fortalece-nos a seguir, livremente, o caminho da esperança de um mundo melhor, mais justo e solidário. Sonhar! Sonhar para criar, criar para nos tornarmos mais humanos e termos um ideal a buscar e, com isso, tornarmo-nos potencialmente, transformadores. Acredito que o sonho aproxima o ser do mundo. Na medida em que ele sonha, ele está criando para si um projeto de vida, estabelecendo, com isso, várias possibilidades de concretização do seu ideal. Sonhar! Conforme Freire (1992, p.91), “não é apenas um ato político necessário, mas também uma conotação da forma histórico-social de estar sendo de mulheres e homens. Faz parte da natureza humana que, dentro da história, se acha em permanente processo de tornar-se”. Em vista disso, é que a luta por um projeto de emancipação social, necessita de práticas pedagógicas que incitem uma consciência coletiva do respeito às identidades, da participação do cotidiano das pessoas na vida pública, da necessidade de uma efetiva justiça social.

### 3.1 AS ASSISTENTES SOCIAIS NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO SEXISTA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO ALGUMAS CONSTATAÇÕES E OUTRAS PONDERAÇÕES

Esse subtítulo dá início ao que eu denomino de denúncias da ideologia do patriarcado e do desnudando de fragilidades pessoais. Um exercício de

desconstrução que não finaliza, mas aqui apresenta seus indícios numa primeira forma de escrita, buscando relacionar a experiência delas, as leituras e a minha experiência.

### **3.1.1 Uma sociedade e dois mundos, o público e o privado são facilmente identificáveis, como no depoimento abaixo**

*Em relação ao meu marido eu sempre questioneei muito isso, colocado, imposto. Por que é assim? Por que as coisas têm que funcionar dessa maneira? Por que a mulher não pode e o homem pode? Por que ele tem direito eu não tenho? [...] Aí foi toda batalha de ter parado de estudar, numa 8ª série, não ter concluído nem o ensino fundamental. Aí voltar tudo, eu já tinha feito várias tentativas quando as crianças eram pequenas [...] A maior parte dos cursos era à noite e, eu ouvia: “mulher minha não sai de casa à noite e pra que tem que ta na rua”?. Mas chegou uma época que eu disse: agora chega. Ou eu faço e continuo ou eu me acomodo do jeito que está [...] Eu tive que terminar disciplinas no CEJA, fazer cursinho de manhã, de tarde fazia as disciplinas do CEJA. (ENTREVISTADA 03)*

Esse relato revela, a meu ver, o modo como se reproduzem as desigualdades vividas no âmbito doméstico, sustentadas pelo poder do patriarcado que “situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana” (SAFFIOTI, 1997, p. 136). E, do mesmo modo, evidencia o movimento de resistência e rebeldia, luta e superação ao conquistar o seu diploma de graduação em uma profissão como o serviço social que tem como princípio central o reconhecimento da liberdade, da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.<sup>15</sup>

*O que me fez escolher a profissão. Bem, eu parei de estudar, eu casei com 14 (quatorze) anos e durante 16 (dezesesseis) anos, mais ou menos, eu fiquei em casa, eu fui dona-de-casa. Mas eu sempre estive presente em várias áreas, sempre fiz parte do Fórum pelo Fim da Violência Sexual Infanto Juvenil. Então eu sempre estive constantemente lidando com pessoas [...]. (ENTREVISTADA 03)*

*[...] Durante 07 anos eu me dediquei exclusivamente ao meu filho [...] Quando ele tinha seis anos e pouco, e eu voltei e terminei o ensino fundamental no ensino de adulto. Eu terminei o 1º grau. Aí, quando eu estava começado a cursar o 2º grau, engravidei de novo! Então, voltei a ser mãe. Não que eu tivesse deixado de ser mãe, mas me dedicar exclusivamente ao outro filho. Mas esse período todo me inquietava muito [...]. Por eu ter um marido que me dizia a vida inteira: você não precisa trabalhar fora [...]. Eu consigo te sustentar! Eu dizia: não é pelo dinheiro, eu sei que eu não preciso trabalhar pra ter o que a gente tem. A gente tem*

<sup>15</sup> Resolução CEFESS nº. 273/93 de 13 de março de 1993.

*condições! Mas falta alguma coisa pra mim. Eu não estou completa. Eu não sou só isso. É muito pouco pra mim, ser dona-de-casa e mãe [...]. E quando os meus filhos já estavam numa certa idade e ser somente dona-de-casa não me bastava, participar da caridade não me bastava, eu me perguntava: qual é o meu papel aqui? O que eu to fazendo aqui? Eu lembro muito do que um amigo me disse: você já é mãe, já é dona-de-casa. Eu falei: mas isso não me basta, eu não sei, mas tem alguma coisa que falta [...] Então, eu resolvi voltar a estudar! [ENTREVISTADA 3]*

Fica evidente o desejo de romper com as fronteiras que dividem o espaço público do privado na busca por uma autêntica cidadania. A Cidadania do reconhecimento da identidade feminina, bem como sua autonomia como suporte para “vencer o sentimento de auto-desprezo, falta de estima e segurança, ligado à humilhação de pertencer ao gênero subordinado” (GALEOTTI, 1995, p 250) inerente ao sistema patriarcal. Sistema esse que ao dividir o público do privado, também divide as próprias mulheres. “De um lado, estão aquelas que cuidam da família, as do mundo doméstico, reprodutoras dos costumes da sociedade; de outro, as do mundo público ou ‘as prostitutas’ no sentido pejorativo”. As ‘Marias’ e as ‘Evas’ no dizer de Gebara (2000). “Como se, de um lado, se pudesse encontrar o mundo da ‘pureza’ e, do outro, o mundo da ‘impureza’”. Essa reflexão pode ser, claramente, identificada no relato abaixo.

*Aí, eu voltei a estudar, mas com muitas brigas, com muita dificuldade, eu tive que enfrentar cara feia de monte, uma descrença da família [...] Eu fiz disciplinas, e eu fui eliminando disciplinas em provões, estudava em casa. Só que chegou numa época que eu disse: eu quero terminar [...] Eu freqüentei colégio, fiz cursinho, fiz tudo e eu disse: não, agora eu vou terminar [...] Quando eu vi meu nome lá na lista dos aprovados do vestibular, no dia em que eu passei [...] Aquilo pra mim era tão significativa, que eu custei acreditar que eu era capaz! Aí ele falou assim pra mim: O nosso casamento vai acabar (pausa/emoção)[...]. E ele me perguntou: - é à noite? Eu disse: - é. E ele falou: - pior ainda [...] Você não vai fazer! Eu falei: - o nosso casamento vale isso? Se for o que vale o nosso casamento, então está bem [...] Ele vai acabar! E eu fui! E estou aqui! Hoje eu estou aqui! (ENTREVISTADA 03)*

A experiência de enfrentar, solitariamente, o poder do marido contra o seu desejo de estudar, agravado pela descrença da família, traz para discussão o que Gebara (2000, p. 62) reflete sobre o “mal de não saber”, vivido, há séculos, pelas mulheres sendo a sabedoria masculina o único lugar de saber reconhecido e do qual a partir da influência feminista passou a ser criticado por trazer, como consequência, a exclusão das mulheres e das culturas marginalizadas. Assim, se por um lado o mal de não saber limita as mulheres e as exclui do acesso ao conhecimento formal, por outro ignora o saber construído no cotidiano das relações, no aprendizado

doméstico, na forma como nos relacionamos com os filhos, enfrentamos os problemas, damos sentido à vida. Esse cotidiano que possibilitou à entrevistada superar a sua condição de sujeição e alcançar os seus objetivos é assim definido por Gebara (2000, p.121):

O cotidiano é o combate para viver hoje, para encontrar trabalho, para ter o que cozinhar, para ter água para lavar as crianças e a roupa, para trocar gestos de amor, para encontrar um sentido imediato para a vida. O cotidiano é o mundo doméstico, o mundo das relações breves, das relações mais diretas, que são às vezes capazes de mudar as relações mais amplas. O cotidiano das mulheres se introduz na ciência chamada universal para lembrar-lhes o concreto, as coisas que são necessárias à vida ou à sobrevivência.

Paradoxalmente, o cotidiano do mundo doméstico é, sem dúvida, o grande protagonista da dinâmica social, mas também é o grande responsável pela reprodução das relações de sujeição, violência e subordinação, atribuídas não exclusivamente às mulheres, como também para as minorias mais vulneráveis<sup>16</sup>. Conforme Gebara, 2001, “são as mulheres que, a nível doméstico, reproduzem as estruturas sociais mais fundamentais. [...] É por sua presença no lar, na escola e na igreja, que se garante a reprodução das normas do sistema patriarcal”. Neste contexto, situo o serviço social como uma profissão também inserida nesta lógica, na medida em que como seres humanas somos criadas para a submissão do poder do homem e, como profissionais, subordinadas ao poder institucional empregador, respondemos a normas e regras por ele impostas, e pelo qual reproduz um sistema político cultural-social de submissão e dominação. Ratifico essa afirmação com os relatos descritos a seguir, com as quais as entrevistadas narram o dilema vivido nas suas experiências institucionais:

*Posteriormente fui cedida para o SITESPM-CHR, Sindicato dos Servidores Públicos de Chapecó e Região, onde permaneci durante seis meses, e fui convocada pelo atual prefeito municipal a retornar ao município. Onde passei a trabalhar junto ao Departamento da Criança e Adolescente no Programa de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC, foi também uma passagem rápida, não foi possível desenvolver ações do projeto elaborado, parte pela época de final de ano, outra pela estrutura do programa que era deficitária, seja no espaço físico para atendimento seja de transporte para visitas domiciliares [...]. Após este trabalho fui transferida para as Regionais de Assistência Social, que atende basicamente a partir do Plantão Social, geralmente com encaminhamentos e concessão de benefícios. Com significativa defasagem de habitação [...]. Hoje estou aqui na casa abrigo da mulher [...]. (ENTREVISTADA 04)*

---

<sup>16</sup> Utilizo o termo minorias não para quantificar a população alvo, pois esta constitui a maioria da população, mas para expressar a condição de inferioridade no contexto social.

Essa experiência, com a minha já citada no capítulo 1, quando, como assistente social, sofri perseguições políticas em virtude de opções partidárias: trocas repentinas de setores, sem ao menos saber o motivo. Percebo o mesmo total desrespeito ao profissional e ao trabalho conquistado e construído com ética e seriedade durante quatro anos. Comportamentos como estes justificam em parte o abismo em que se encontra a política brasileira, pois, muitos dos nossos governantes, possuem compromissos alheios aos interesses da sociedade. Fazem da área social um campo rico e fértil para ações eleitoreiras, colonialistas e minadas pela prática androcêntrica, nas quais as mulheres seguem servindo aos padrões de comportamentos masculinos e a estrutura da política da assistência social colabora na produção e reprodução desta lógica. Dito isso, penso que é necessário fazer uma distinção entre androcentrismo, patriarcado e sexismo:

‘O androcentrismo ou dualismo androcêntrico é uma construção lingüística e mental da ideologia que legitima o patriarcado’. [...] O ‘ser homem’ torna-se o paradigma do ‘ser humano’; a experiência e a percepção masculina tornam-se norma para a percepção humana. Na esfera sociológica epistêmica o androcentrismo se apresenta no sentido em que a linguagem androcêntrica retrata o mundo e a forma como agimos neste mundo. O patriarcado é uma forma de convívio familiar e social em que os pais possuem o poder de posse e decisão sobre mulheres, filhos e escravos. É um produto complexo de estrutura piramidal, cujo “outros” são mulheres, povos e raças dominadas. Neste caso, as mulheres além de serem as “outras”, estão por natureza subordinadas aos homens. Os cidadãos plenos são apenas os chefes de família possuidores e livres. O patriarcado não é apenas uma “ideologia dualista” ou uma estrutura androcêntrica na linguagem, não se trata do domínio de todos os homens sobre todas as mulheres, mas de um sistema político-cultural-social de submissões e dominações graduadas. [...] O sexismo tem como cerne a escravidão sexual da mulher, que é encontrado em todas as raças, culturas e classes sociais. O sexismo é o sustentáculo da opressão patriarcal juntamente com o racismo, a dominação de classes, o militarismo e o imperialismo. (PEREIRA, 2003, p. 02).

Dentro desta lógica, o assistente social, vinculado aos espaços institucionais seja no âmbito governamental ou não-governamental é chamado, como afirma lamamoto (2004), a constituir-se no agente institucional de ‘linha de frente’ nas relações entre instituição e a população, entre os serviços prestados e a solicitação dos interessados por esses mesmos serviços. Somos nós, assistentes sociais, que temos a atribuição de identificar, dentre os necessitados, aquele que mais carece do benefício, tendo em vista que os recursos alocados para a rede de proteção social, são escassos e não atendem, na totalidade, a população necessitada. Trabalha no sentido de fazer com que esse usuário, ao receber seu benefício, ou inserido em algum programa, opte pela adesão das normas institucionais e dos regulamentos de

funcionamento, exigidos pelo programa, como contrapartidas do benefício. Este movimento, inerente ao trabalho social institucional, acaba por incidir nos valores, comportamentos e atitudes da população à luz da ideologia dominante, minimizando conflitos, aliviando tensões e, de certa forma, garantindo a permanência do benefício. Diante destas imposições institucionais, dos critérios e normas a cumprir, e da necessidade de responder às demandas que surgem, o profissional se vê impotente e sucumbe a esse poder institucionalizado, conforme o relato abaixo:

*[...] e a autonomia é uma coisa que depende do momento político [...] porque tem situações que eu estou vivendo hoje que [...] com toda essa minha trajetória profissional eu imaginava ter superado [...]. Na verdade a gente tem algumas limitações por falta de compreensão da chefia imediata que entende [...] claro que em primeiro devem estar os processos [...]. Tem também a compreensão de colegas que pensam de forma diferente e que aí fortalece o esquema da instituição [...]. (ENTREVISTADA 05)*

*Autonomia? A gente tem até certo ponto. A autonomia, eu digo que a gente desenvolve aqui cara-a-cara com os usuários. Mas passou da porta pra fora, você não tem mais autonomia. Então são te cobrados padrões, de atendimentos padrões e encaminhamentos, que não tem autonomia quanto a isso. É relativa, não temos autonomia total. (ENTREVISTADA 03)*

Estas narrativas nos revelam os entraves institucionais que limitam uma ação mais enfática na perspectiva emancipatória. Não obstante às normas e imposições institucionais que condicionam e viabilizam a nossa atuação técnica de assistente social, possuímos a linguagem como um instrumento privilegiado de ação. De acordo com Iamamoto (2004) é através da linguagem que nos aproximamos das pessoas e realizamos nosso trabalho 'de persuasão ou de controle'. É pela linguagem da fala, do corpo e até mesmo do silêncio, que temos a possibilidade de trabalhar com nossos usuários numa perspectiva sócio-educativa ou socializadora, voltada para mudanças na maneira de ser, de sentir, de ver e agir das pessoas ou grupos, instigando-os a pensar a totalidade de suas realidades para compreenderem as contradições por elas impostas e, diante desta, compreensão, encontrarem possibilidades de superação.

### **3.1.2 Violência: uma palavra feminina**

*A violência doméstica* apresenta características específicas. Uma das mais relevantes é a sua rotinização (SAFFIOTI, 1997c), o que contribuiu, tremendamente, para a co-dependência e o estabelecimento da relação

fixada. Rigorosamente, a relação violenta se constitui em verdadeira prisão. Neste sentido, o próprio *gênero* acaba por se revelar uma camisa-de-força: o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque o seu “destino” assim o determina. (SAFFIOTI, 2004, p.85)

*Bem, eu acho que sou uma pessoa que desde sempre nunca fui muito de me conformar com as coisas, daí as minhas brigas com a minha mãe. Eu questionava o porquê de muitas regras, e coisa e tal. (ENTREVISTADA 05)*

A produção da violência começa a partir da imposição de normas e papéis a desempenhar sem termos a possibilidade de escolha. Tão dolorida e traumática quanto à violência física é a violência moral e psicológica. Gebara (2001, p.126) afirma que a violência institucionalizada contra as mulheres não se constitui apenas num ato particular, mas numa organização social, uma construção cultural que tende a “diminuir um pólo da humanidade e exaltar o outro”.

*Às vezes você atende situação de que, ela passa pela agressão seja física ou psicológica, mas ela ainda prefere ficar com o companheiro em função da dependência, principalmente financeira, porque é ele que esporadicamente tem o trabalho diário, sendo que a mulher acaba ficando com a parte da casa, da educação dos filhos. Acho que isso é ainda muito forte. E ela na verdade fica com a carga maior de responsabilidades, pois ela tem mais iniciativa. (ENTREVISTADA 02)*

A subordinação e a flagrante fragilidade diante da dominação masculina reforçam a dependência, fazendo com que milhares de mulheres suportem a dor e o sofrimento de conviver com o seu próprio agressor. A banalização da violência impede que olhemos para as mais tênues formas de violação, confundindo nossa percepção sobre a gravidade da situação. Independente da forma de violência que aqui entendemos, conforme Saffioti (2004, p.17), como “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”, as seqüelas serão sempre dolorosas.

*[...] a habitação é uma questão fundamental, porque além de toda questão da agressão, da violência física, moral, psicológica sofrida pela usuária, tem situações “n” que nos chegam... Às vezes chegam mulheres geralmente com mais escolaridade do que os homens, com pulso mais firme do que muitos homens em termos de sair pro mercado de trabalho, lutar como faxineira, como catadora de material reciclável. E elas vão à luta e, ao mesmo tempo, são totalmente submissas por outro aspecto. Então, a gente procura trabalhar para que elas se visualizem como um ser atuante, como alguém que não precise viver naquela condição e entender o porquê que o homem faz isso também, que ela não precisa viver isso [...] Mas elas já vêm de uma família socioeconomicamente carente, com pouca escolaridade, casaram muito cedo, tiveram filhos muito cedo. Essa razão, muitas vezes as faz voltar a viver com o marido [...] Sempre tem aquela última esperança de que ele, o agressor, vai mudar [...] elas até pedem a nossa intervenção, pra dizer: Quem sabe vocês falando, ele mude. (ENTREVISTADA 04)*

*São as mulheres o público majoritário no atendimento. Se você pegar os cadastros no CRAS hoje, você vai ver que 90%, sem diminuir nada, é feminino. É a mulher que vem, é ela que vem atrás do programa BOLSA FAMÍLIA, vem atrás do PETI para os filhos é ela que vem atrás da CESTA ALIMENTAÇÃO, enfim é ela que vem buscar os benefícios, mas, ao mesmo tempo, ela traz a questão da submissão, dos conflitos familiares, porque são muito dependentes dos companheiros. (ENTREVISTADA 02)*

O espaço privado constitui-se num o campo fértil para atuação do assistente social. Neste espaço, no qual nossa luta deve estar voltada para um reconhecimento público das relações cotidianas, deparamo-nos diariamente, com os mais variados fenômenos sociais e suas implicações, que nos exige a cada atendimento, a compreensão dos fatos a partir de uma análise histórica, econômica, social e processual, pois, transitamos nos limites das contradições conjunturais, da subjetividade humana, e da precariedade das políticas públicas. Como afirma Galeotti (1995), as políticas em favor das mulheres como sujeito em desvantagem, têm, de certo modo, fragilizado a construção coletiva da identidade feminina, pois elas reafirmam a fragilidade das mulheres para ascender numa efetiva cidadania, acentuando a distinção entre o espaço público e o privado.

No que tange à teoria da cidadania, a distinção público privado é relevante como pressuposto do princípio de neutralidade e imparcialidade do Estado. Enquanto a esfera privada liberal caracteriza-se como lugar das diferenças individuais: diferenças de classe social, de educação, de estilo de vida, de lealdade, de concepções do bem e de opinião; a esfera pública considera todos os cidadãos igualmente sujeitos à lei e igualmente portadores de direitos. O estado se coloca, portanto como *neutro* em relação às diferenças sociais virtualmente conflitantes que constituem a tessitura das sociedades pluralistas, garantindo coexistência pacífica e tolerância aos diversos grupos que habitam as nossas democracias. Além disso, coloca-se juiz *imparcial* diante das pretensões em competição na arena pública. (GALEOTTI, 1995, p. 250).

Ter políticas voltadas às mulheres numa perspectiva do binômio diferença/identidade implica em reconhecer na esfera pública os traçados construídos no âmbito doméstico. Como exemplo disso, trago à discussão a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, intitulada Lei Maria da Pena, que trata dos crimes de violência doméstica praticados contra mulheres. Não tenho a intenção de aprofundar a temática no que diz respeito à sua origem e aplicabilidade, porém desejo citá-la como exemplo prático da luta incansável por parte da vítima que, passados quinze anos, após a violência sofrida, o seu agressor ainda não havia respondido pelas barbáries que cometera. O caso teve um desfecho somente quando o Estado Brasileiro, em vista da representação à comissão de Direitos

Humanos da OEA, foi compelido a adotar diversas providências, visando a coibir a violência contra a mulher<sup>17</sup>. Neste caso, é ingênuo dizer que houve efetivo reconhecimento por parte do Estado. Entretanto, as sanções impostas a Ele certamente, marcam um novo momento da história da nossa sociedade, na qual o fenômeno da violência doméstica, que vitimiza, diariamente, milhares de mulheres, em vários lares do Brasil e do mundo, passará a ter uma visibilidade maior. Assim, a partir da promulgação da referida lei, passou a ser possível, mesmo que pela coerção, avançar um pouco mais acerca da ideologia do patriarcado que rebaixa, oprime e menospreza os “diferentes”.

*A Casa Abrigo é uma instituição pública [...] Onde chegam famílias das mais diversas culturas, níveis sócio-econômicos, hábitos de higiene alimentação e outros, e é difícil conviver com estas diferenças, então todos sofrem, e quanto antes forem encaminhados para suas vidas privadas, tanto melhor. (ENTREVISTADA 04)*

*[...] Geralmente as mulheres que chegam estão com duas crianças, exceto algumas mães que nunca tiveram filhos ou que já tiveram seus filhos destituídos. Ou com idades que permitam sua autonomia, as demais trazem seus filhos pequenos. É o perfil da mulher vitimizada, com pouca escolaridade, com filhos pequenos. Então a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. (ENTREVISTADA 04)*

*[...] As creches, por sua vez, não têm vaga. Tem uma demanda reprimida grande. O bairro aqui que nós vivenciamos tem isso e outros como EFAPI, Vila Páscoa. Estão superlotadas. Os programas Sócio-educativos também, trabalham já com deficiência, porque tem muita criança e tem pouca estrutura nos programas. Existem programas, mas eles ainda são insuficientes. Teria que, falando empiricamente, sem pesquisa, teria que ter mais, no mínimo, um programa em cada bairro assim pra poder dar conta da demanda reprimida atual. A escola aceita os alunos encaminhados, porque existe uma lei de obrigatoriedade, tem intervenção do Conselho Tutelar que acaba colocando, mas daí também a gente se questiona isso em si a questão da qualidade. (ENTREVISTADA 04)*

---

<sup>17</sup> No ano de 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos em seu Informe n.º de 2001, responsabilizou o Estado Brasileiro por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres, recomendando, entre outras medidas: 1) A finalização do processamento penal do responsável da agressão. 2) Proceder a uma investigação a fim de determinar a responsabilidade pelas irregularidades e atrasos injustificados no processo, bem como tomar as medidas administrativas, legislativas e judiciais correspondentes. 3) Sem prejuízo das ações que possam ser instauradas contra o responsável civil da agressão, a reparação simbólica e material pelas violações sofridas por Penha por parte do Estado Brasileiro por sua falha em oferecer um recurso rápido e efetivo. 4) E a adoção de políticas públicas voltadas à prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher. Assim, em 07 de agosto de 2006, o Presidente da República sanciona a **Lei nº 11.340, intitulada, “Maria da Penha”, de combate à violência doméstica e familiar. Essa** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Fontes: [www.agende.org.br](http://www.agende.org.br).

O depoimento da entrevistada aponta para os dilemas da cidadania feminina. A cidadania, conforme Eggert (2005, p. 31), “tão pronunciada em quase todos os discursos de políticas públicas e de políticos não contém a mesma significação para homens e mulheres”, é quando, conforme a autora permanece reproduzida, na maioria das vezes, a pedagogia do silêncio. Elas se inspiram, de maneira geral, em dois princípios: o primeiro é o da tutela na qual a diferença de gênero é, de certo modo, reconhecida: as mulheres são objetos de políticas particulares, mas no fundo são tratadas como inferiores e não com igual respeito. É um grupo frágil que merece certas formas de proteção; é preciso garantir-lhes a compatibilidade entre maternidade e trabalho, mas não uma carreira, uma vida pública, uma promoção completa das suas aspirações e expectativas, como grupo e como pessoas individuais. O segundo, o da ampliação das oportunidades que pressupõe em algumas situações, providências especiais para o grupo, mas o princípio sobre o qual essas oportunidades são estruturadas é o da igualdade entre os sexos, em que há um total desconhecimento da diferença de gênero, segundo Galeotti (1995). Há necessidade de se entender que essa lógica vem escamoteada no interior das políticas públicas, e servem para reforçar a tradição patriarcal centrada na figura masculina em que o “público intimida o privado e incentiva as mulheres a serem relacionadas com a casa, o doméstico, a família e a quem devemos seguir e servir cuidando: os outros.” (EGGERT, 2005, p. 34).

*Na verdade eu acho que o que me motiva é muito essa coisa de tentar fazer com que as famílias superem essa situação de vulnerabilidade, de dificuldades, de dependência. [...] Eu acho que o que me motiva muito é tentar fazer essa mudança. Que o poder público tem que apoiar sim essa família dentro das suas limitações, das suas dificuldades, mas não para mantê-la assim, mas para buscar uma mudança, uma autonomia [...] A emancipação [...] (ENTREVISTADA 02).*

Com efeito, “há necessidade de uma política de visibilização do evento feminista”, (EGGERT, 2005, p. 35), para o reconhecimento das diferenças de gênero, de classe, de cultura e de etnia, aliado à criação de políticas públicas sociais que ofereçam condições efetivas de conceber nas pessoas uma consciência crítica da realidade. Conforme Demo (2000), saber pensar, saber fazer, e saber fazer-se oportunidade, constitui-se nos primeiros passos de uma longa caminhada que tem como destino a emancipação social.

### 3.1.3 Serviço social, educação popular e relações de gênero: o tecer de uma proposta emancipatória

Vale destacar como ponto fundamental para as assistentes sociais, que transitam nos espaços privados e convivem com as diversidades da vida doméstica que, concomitante à intervenção na relação da vida social privada, a atuação acontece, especificamente, no âmbito da implementação de políticas públicas que contemplam o cenário da família, idoso, portador de deficiência, infância e adolescência, bem como qualquer pessoa em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Quem trabalha nesse campo tem legitimidade e formação teórico-metodológica para atuar em pesquisas e levantamentos de dados; para elaboração de diagnóstico; elaboração de planos, programas e projetos; planejamento; mobilização social; diagnóstico situacional; mobilização e articulação dos grupos e classes sociais na busca pelo seu fortalecimento, a fim de enfrentar, com um olhar diferente, os problemas apresentados. Tem, também, a possibilidade de estar inserida nos mais diversos espaços institucionais de forma a contribuir na construção de políticas sociais de abrangência macrossocial; para isso devem ultrapassar os muros da instituição, e estar comprometidas com um projeto de transformação social. Conforme o relato a seguir:

*[...] todos os projetos que me envolvi e me envolvo [...]. Eu procuro não brincar de atender família [...]. Parafraseando Marilda: nós temos que ultrapassar os muros da instituição e essa é uma grande luta que eu sempre tive aqui dentro, de não entender que a função do assistente social forense é só intervir nos processos ou no plantão [...]. E em função disso eu sempre tive envolvimento com [...]. O fórum pelo fim da violência e exploração sexual infanto-juvenil é um exemplo concreto. (ENTREVISTADA 05):*

Para tanto, o encontro entre serviço social, educação popular e relações de gênero possibilita mergulhar no cotidiano das pessoas a partir de um olhar coletivo e entender que a rotina vivida no contexto da família, do trabalho, da comunidade, não pode ser dissociada do todo, da grande teia social que é o lugar onde são produzidos e reproduzidos comportamentos. O entrelaçamento desta tríade sugere algumas possibilidades de construção de novos arranjos sociais. A partir das discussões nos mais variados espaços de trabalho, onde essa profissão transita, tem a possibilidade de provocar esse movimento reflexivo para uma nova identidade masculina e feminina, capaz de reconhecer o espaço doméstico/privado como parte

das macro-estruturas econômicas e culturais e, a partir disso, construir uma relação de mutualidade a fim de que se tornem identidades as diferenças. Para reforçar minha reflexão, retomo o pensamento de Saffioti, (2004, p. 37), quando diz que há uma grande confusão entre conceitos, como: igualdade, diferença, desigualdade, identidade. O imaginário social está acostumado a enxergar diferença como contraponto da igualdade. Entretanto, é urgente reconstruir esse imaginário, observando que o 'par da diferença é a identidade'. Já, a igualdade, conceito de ordem política, faz par com a desigualdade. As identidades, como também as diferenças são bem-vindas. Como exemplo disso trago a experiência narrada por uma das minhas entrevistadas que tem na sua prática social uma proposta pedagógica de transformação social.

*Trazendo para nosso trabalho a discussão de gênero [...]A concepção de trabalho doméstico vem historicamente marcada pelas relações de gênero, não só pela relação biológica de gênero de homem e mulher, mais por questões étnico-raciais e culturais. essa influência que vai dando mais invisibilidade ao trabalho doméstico, ele não é visto pelo capital, ele não é visto pela sociedade, quer dizer: ele existe, é importante mas não há reconhecimento. [...]. E essa idéia vem construída também pela idéia das relações de gênero. E, então, nós entramos na questão da relação de gênero porque é uma discussão que surge como uma necessidade do nosso trabalho, está dentro do processo de organização do sindicato das trabalhadoras domésticas. (ENTREVISTADA 01)*

O feminismo surge na América Latina, na década de 60, a partir dos movimentos sociais de reivindicação dos direitos das mulheres em diferentes níveis da vida social. Dessa forma, *as teorias feministas se aproximam muito dos fundamentos da Educação Popular. O próprio movimento de busca das mulheres pelo seu espaço na sociedade tem um significado e parte desse movimento, dessa consciência do COLETIVO (ENTREVISTADA 01).* O grande desafio do nosso trabalho é construir uma identidade coletiva que vá de encontro com essa estrutura de poder que nega, formalmente, o espaço privado como parte do público e onde o "público está para o masculino e o privado para o feminino, traçando uma ordem vertical de importância, em que o público é sobreposto ao privado", (GALEOTTI, 1995, p. 240). De acordo com Gebera (200,1 p. 148):

*Para as mulheres, o lugar onde se pratica o mal é o lugar onde a cultura as colocou isto é de modo particular, o âmbito doméstico, A partir deste lugar que aparecem as intrigas, as cumplicidades, as traições as mentiras, as formas específicas de violência e de reprodução da violência. É este o lugar privilegiado da responsabilidade feminina na prática do mal. É este o lugar "privado" do mal que se conjuga com o lugar público, historicamente mais visível e mais poderoso.*

*[...] além do atendimento individual, temos o grupo terapêutico, coordenado pela psicóloga e a assistente social. Então nós procuramos sempre levar à discussão pra elas, contextualizando de como é o mercado de trabalho, a marginalização que a mulher sofre. Elas vêm refletindo, trazendo já como é a relação de força entre homem e mulher em casa, quem exerce o domínio entre irmãos e irmãs e como isso se estende. Principalmente com o objetivo de elas se “sacudirem” e não viverem mais essa condição de humilhação. E também repassar isso na educação de seus filhos e filhas [...]. (ENTREVISTADA 04)*

Refletir sobre o mal vivido no espaço privado é perceber enquanto oprimidas que o “doméstico não é apenas fonte de sonhos de felicidade, mas também uma fonte particular da experiência do mal para as mulheres. [...] não só pelas relações de opressão [...] ou pelos preconceitos culturais e raciais, mas pelo próprio fato de ser mulher”. (GEBARA, 2000, p. 131)

*Na época eu tinha uma empregada maravilhosa que mudava de horário conforme eu precisava. E eu levava o filho dela na escola também que era do outro lado cidade, mas eu levava pra ela poder ficar com os meus. Na verdade ela assumiu os meus filhos e eu assumi o dela [...]. (ENTREVISTADA 03)*

O testemunho da vida desta entrevistada revela as possibilidades que o espaço doméstico oferece na medida em que as mulheres se unem numa rede de solidariedade para poder superar as dificuldades inerentes à condição feminina.

### 3.2 AS ASSISTENTES SOCIAIS & EDUCAÇÃO POPULAR: PROPOSTAS AFINS, CAMINHOS ESTRANHOS QUE CONCORREM PARA UMA UNIDADE

Aqui apresento os embates do ser assistente social e suas possíveis aproximações, vinculações com a Educação Popular.

#### 3.2.1 O conhecimento como princípio da emancipação

Ao escolher realizar o mestrado na área da educação, especificamente sobre educação popular, acreditava que não era possível realizar uma prática social emancipatória se não houvesse, conforme Brandão (2002, p. 218), uma proposta

pedagógica reflexiva dirigida ao desenvolvimento dos momentos da vida da pessoa. Uma pedagogia voltada à formação da consciência crítica que busca nas pessoas, independente das opções partidárias, culturais e sexuais, a participação ativa na construção da sociedade.

*Quando eu comecei o estágio curricular lá no 5º período, eu quis fazer estágio na área da saúde. Então fui para uma unidade de saúde, não era um posto, ela tinha uma responsabilidade maior [...] era tipo uma regional [...] E aí minha supervisora ficava muito naquela de ficar entregando o leite, de conversar com as adolescentes grávidas, com as mães grávidas, com as nutrizes [...] comecei me inserir no trabalho que a assistente social fazia, e daqui a pouco eu já estava coordenando aquela coisa da entrega dos leites. Primeiro a gente fez também aquela coisa do reconhecimento da instituição e aí eu comecei a observar o seguinte: como aquela era uma unidade diferenciada, tinha vários serviços que os outros postos não tinham como, por exemplo: as enfermeiras tinham que atender a Hanseníase, Tubarão é uma área de muita incidência de Hanseníase. No que se referem ao saneamento básico eles tinham responsabilidades, tinham que fazer e existia muito recurso. E aí eu fui vendo que a população desconhecia todos os programas que a unidade oferecia, poucos tinham acesso e as pessoas que coordenavam aquilo ali também não tinham muito interesse, não tinham muita vontade de ir atrás. Aí o que eu pensei: - já que o povo desconhece e não vem até essa unidade então nós vamos levar a unidade para o povo e aí a minha proposta foi exatamente essa. E aí escolhemos uma comunidade que agora eu não me lembro o nome dela, pra agente desenvolver o projeto piloto. (ENTREVISTADA 05)*

*[...] e aí foi muito legal! Todo um trabalho de organização da comunidade, era uma comunidade maior, uma comunidade urbana, com muitos outros problemas [...] e aí o pessoal acabou percebendo [...] fizemos muitas reuniões para demonstrar as necessidades dessa população e dos recursos que a instituição tinha ali [...] então com os engenheiros e os técnicos [...] a coisa das fossas, por exemplo, eles analisavam o solo, o espaço em que iriam fazer. Então foi assim e foram os vários programas que a unidade desenvolvia [...] a hanseníase é um exemplo [...] depois que a gente começa a trabalhar, vem a coisa da vergonha, da resistência, do preconceito [...] então quando a gente fazia as reuniões na comunidade as pessoas iam pra lá levando [...] olha existe a possibilidade da medicação, as orientações todas [...] impressionante como um falava pro outro, as pessoas procuravam. Então foi um trabalho muito, muito legal! (ENTREVISTADA 05)*

Esse depoimento traz um exemplo nítido de como as políticas públicas podem reproduzir a exclusão ou a emancipação social. Dependendo da forma como são tratadas em cada situação, estarão reafirmando nas pessoas a dependência: forte aliado do poder vigente, ou a autonomia que, como descreveu Freire (1997), é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Neste caso, especificamente, desejo refletir o lado obscuro, feio, que reforça os processos de exclusão na medida em que sequer as informações acerca dos programas e ações oferecidos, chegam à população usuária, ou quando chegam, são informações incompletas, desarticuladas, fragmentadas. A exclusão social,

citada em um texto de Bonetti (2003), não apenas marginaliza, mas sim desconsidera a existência humana. Cria e perpetua condições sociais que tornam permanente o ato de morrer. Digo isto, pois ao ler este depoimento no qual a entrevistada aborda o problema da Hanseníase, veio em minha memória uma experiência que, recentemente, vivi ao realizar um trabalho com um adolescente infrator, no âmbito do Ministério Público, Promotoria da Infância, quando reuni os profissionais que estavam trabalhando com a família, objetivando realizar um trabalho integrado. Assim estavam reunidos: Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Saúde, Assistente Social do Bairro, Secretaria Municipal de Educação, entre outros. Neste trabalho, logo na primeira reunião que realizamos, para tratar do caso, descobrimos, através do relato da equipe de saúde, que a mãe deste adolescente era portadora de Hanseníase<sup>18</sup> e que a unidade de saúde estava realizando o tratamento e, aparentemente, o quadro clínico da paciente estava sob controle. Entretanto, os demais depoimentos giravam em torno do problema familiar nos quais os membros desta família tinham isolado esta mulher num aposento da casa, deixando-a abandonada grande parte do dia. O adolescente por sua vez, vivia nas ruas envolvido com outros meninos e, conseqüentemente, em conflito com a lei. Após estudos, entrevistas com cada membro da família e algumas visitas domiciliares e várias discussões com a equipe envolvida, concluímos que o problema gerador da desagregação familiar estava relacionado com o medo pelo contágio da doença. Foi quando identificamos que o tratamento estava focado somente na doença como um fato isolado. A família não havia recebido as informações necessárias para o esclarecimento com os cuidados que deveriam ter para com a paciente a fim de que esta pudesse manter certa qualidade de vida, bem como o conhecimento acerca da doença e a forma de evitar o contágio. A falta de

---

<sup>18</sup> Segundo Doutor Cássio Ghidella, Médico Dermatologista e Hansenólogo, a Hanseníase é uma moléstia infecciosa crônica. No mundo todo há cerca de 1.000.000 de registro ativos. No Brasil, estima-se cerca de 500.000 casos. A Hanseníase é a sua predileção pelos nervos periféricos que causa as incapacidades e deformidades, que são responsáveis pelo medo, pelo preconceito e pelos tabus que envolvem a doença. É, portanto, uma doença contagiosa e que deforma. A fonte de contágio é o homem. As vias de eliminação dos germes são as vias aéreas superiores, pelo grande número de lesões que existem na mucosa nasal, na boca e na laringe. As lesões cutâneas ulceradas podem constituir também uma via de eliminação importante. O tratamento da Hanseníase é um assunto DE SAÚDE PÚBLICA, muito complexo, e não se trata somente de se contar com medicamentos que destroem os bacilos. A doença ataca os nervos periféricos, provocando deformidades e incapacidades, que são responsáveis pela marginalização psicossocial do indivíduo. A presença da incapacidade, a sua correção cirúrgica quando já instalada, e a educação do doente e da comunidade em que vive fazem parte do tratamento. O Brasil é o segundo país com o maior número de casos registrados, estando atrás apenas da Índia. Fonte: [www.geocities.com/hanseniaze/index.html](http://www.geocities.com/hanseniaze/index.html).

informação sobre a situação de saúde desta mulher gerou uma seqüência de problemas refletindo diretamente: na escola, pois o adolescente encontrava-se evadido; no setor de assistência social, devido às inúmeras queixas de maus-tratos realizadas pelos vizinhos que alegavam que a família não atendia a enferma, devidamente; na polícia e no juízo da infância, pois o adolescente já colecionava uma lista de medidas sócio-educativas, por conta de seu comportamento. Esta situação, que, certamente, não se constitui num fato isolado, repercutiu de forma negativa na relação familiar e na vida daquele adolescente que, certamente, deixará cicatrizes tão profundas quanto as seqüelas que a Hanseníase provoca.

Minha intenção nesta reflexão é chamar atenção para a necessidade de transcender à formação reducionista e fragmentada que a cultura insiste infundir para um comportamento que vislumbre, a partir de uma determinada situação, a totalidade da realidade. Assim, conforme Morin (2002), é preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo, no sentido originário do termo **complexus. O que é tecido junto.** Ao olhar para a totalidade da realidade daquelas pessoas que buscam nos serviços públicos um respaldo para os seus problemas, o profissional poderá contribuir de forma mais efetiva, do contrário, ele estará fadado a realizar ações meramente paliativas. Dependendo da forma como trabalhamos com as pessoas, ou estaremos colaborando para a manutenção da precarização de suas vidas, ou poderemos fortalecê-las para que possam compreender a realidade em que vivem e, de forma consciente, transformá-la.

### **3.2.2 O reconhecimento do outro como sinônimo de solidariedade**

*Trabalhava não apenas com pessoas economicamente carentes, mas de forma universal como prevê a política de saúde, nos deparávamos então com as famílias fragilizadas pela situação vivenciada, geralmente com doenças importantes, então se trabalhava muito com o despertar do senso de humanidade, de solidariedade, pois o serviço social atuava na área de Captação de Doadores. Na concepção do direito se abordava o direito ao acesso gratuito para doadores, com qualidade tanto para o doador quanto para o receptor, o direito de ser atendido, transportado pela secretaria municipal de seu município entre outros. (ENTREVISTADA 04)*

Falar de solidariedade é quase tão difícil quanto falar do direito a ter direito. No código de ética do serviço social, um de seus princípios defende a equidade e a

justiça social como suporte para garantir o acesso e usufruto democrático da sociedade aos bens e serviços sociais. Assim, é um dever ético do assistente social ter um posicionamento em favor da equidade e justiça social para que cidadão e cidadã tenham acesso ao atendimento e à cobertura social nas áreas de saúde, previdência, assistência, educação, moradia e trabalho. “Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”. (CFESS, 1993, p.15)

Entretanto, esta é uma tarefa árdua que implica no resgate da solidariedade. Como sugere Streck (2003, p. 129), “a solidariedade tornou-se um tema obrigatório como contraponto da exclusão social, numa realidade em que a própria sensibilidade diante do sofrimento alheio tende a ser embotada”. Uma solidariedade que desarme, que enfrente o individualismo, que agregue, que inclua, uma solidariedade que é própria dos seres humanos e que, mesmo embotada, paira na atmosfera da convivência humana. Conforme Streck (2003, p. 130):

Entendo solidariedade, sobretudo como um jeito de ser no mundo, de ser com os outros, de ser na e com a vida. Um teólogo educador colombiano (Peresson) define-a como a ternura que é eficaz e coletiva. Gosto dessa idéia porque: a) resgata o conceito de ternura, uma idéia cara no pensamento latino-americano [...], b) coloca as relações humanas num plano da eficácia social, das políticas públicas; propõe que a amorosidade e a ternura não se restringem à intimidade da vida privada, mas devem estar (também) no plano político, do coletivo. No OP isso se verifica no fato de ser também um acontecimento social e comunitário, onde se encontram e se fazem amigos; se toma um chimarrão com vizinhos e conhecidos dos outros lugares da região; onde em torno de uma cerveja se discutem prioridades e, ao fazer isso, se fortalece ou restabelece o “liame social” a partir de preocupações comuns.

Assim, penso que, seja no âmbito da intervenção individual, ou quando inseridas nos diversos espaços de representação da sociedade que podem acontecer as transformações. As reuniões de conselhos, grupos de pais, organizações comunitárias, grupos de adolescente, nutrizes, mães, trabalhadoras, enfim, em qualquer oportunidade é referência no contato direto com aqueles que detêm o poder de gerir os bens e serviços públicos. A prática profissional da assistente social ligada à solidariedade do conhecimento-reconhecimento pode ser um fio condutor da justiça e equidade social. Como destaca Santos (2001, p. 30):

[...] a ignorância é o colonialismo e o colonialismo é a concepção do outro como objeto, e conseqüentemente o não reconhecimento do outro como sujeito. Nesta forma de conhecimento, conhecer é reconhecer, é progredir

no sentido de elevar o outro da condição de objeto à condição de sujeito. Esse conhecimento-reconhecimento é o que designo por solidariedade. Estamos tão habituados a conceber o conhecimento como um princípio de ordem sobre os outros que é difícil imaginar uma forma de conhecimento que funcione como princípio de solidariedade.

Muito embora o serviço social esteja ligado aos legados assistencialistas, construídos, historicamente, na sociedade, na qual o conhecimento é transmitido de forma colonialista, que vê somente algumas pessoas a partir de um modelo, de uma visão de mundo e de uma ideologia, e que ainda permanece enraizado na cultura, existe a possibilidade de transcender ao colonialismo e avançar numa perspectiva do conhecimento-reconhecimento. Parafrazeando Martinelli<sup>19</sup>, as experiências humanas constituem-se na matéria prima do nosso cotidiano profissional. Nossa atuação está relacionada às dimensões da vida das pessoas e dos grupos de excluídos, violentados, pauperizados e subalternizados. A escolha metodológica para uma intervenção não deve se esgotar em meros encaminhamentos com o propósito de suprir a carência material, mas sugere ações que possibilitem o desenvolvimento da autonomia. Isso supõe o acolhimento das pessoas para o seu reconhecimento como sujeito histórico. Neste acolhimento, a escuta é fundamental. Ela permite ao outro um sentimento de pertencimento, de fortalecimento para o enfrentamento da sua realidade, sem imposições, condições ou críticas.

*[...] a gente lida com histórias de vida diferentes, de submissão da mulher, ou mesmo o homem, com histórias que vêm ao longo do tempo [...] que as coisas não funcionam que as coisas não vão pra frente [...]*  
(ENTREVISTADA 03).

Quem atua como assistente social movimenta-se entre os traçados sociais, a existência humana e os emaranhados institucionais<sup>20</sup>. É com estas relações complexas e contraditórias que atuamos, cotidianamente, criando vínculos, construindo relações de mutualidade onde o objetivo maior é tornar todos iguais nas suas diferenças a fim de que todos se sintam pertencentes de uma mesma sociedade.

---

<sup>19</sup> Palestra proferida por Maria Lúcia Martinelli, em maio de 2006, na UNOCHAPECÓ, no encontro que ocorreu por ocasião da comemoração pelo dia 15 de maio, Dia do Assistente Social.

<sup>20</sup> Palestra proferida por Maria Lúcia Martinelli, em maio de 2006, na UNOCHAPECÓ, no encontro que ocorreu por ocasião da comemoração pelo dia 15 de maio, Dia do Assistente Social.

### 3.2.3 Os instrumentos de trabalho do serviço social como produção do saber

*[...] Eu penso que a partir do momento que estou intervindo no processo eu estou intervindo na situação daquela família, acabo discutindo questões que ultrapassam a questão exposta no processo, o objeto do estudo social [...]* (ENTREVISTADA 05).

*[...] Conhecimento teórico [...] se eu for discutir sobre vínculos afetivos, eu vou buscar [...] até hoje alguns estudos sociais que faço tenho que buscar respaldo teórico pra estar fundamentando [...].* (ENTREVISTADA 05)

Como o Serviço Social é uma profissão de natureza interventiva, há necessidade de instrumentos de trabalho que corporificam os determinantes políticos, culturais, históricos, econômicos e sociais da questão social. Assim, são produzidos os estudos sociais, os laudos, os pareceres, os relatórios, que definem a vida das pessoas, mobilizam poderes, geram saberes e, ainda, registram a histórica. Esses instrumentos fazem parte de uma metodologia de trabalho específica do serviço social<sup>21</sup>. Tais conhecimentos ao serem publicizados nos revelam experiências inimagináveis de diversas realidades pelas quais os usuários do serviço social são expostos ao trilhar seus caminhos. Neste sentido, é fundamental o compromisso ético assumido com as pessoas envolvidas, evitando constrangimento ou exposição desnecessária do caso em estudo. A elaboração de um estudo social implica na realização de visitas domiciliares, entrevista, pesquisas documentais, exige também perspicácia e uma visão de totalidade. Somado a isso, é fundamental o respaldo teórico que justifique as argumentações.

Especificamente no caso do depoimento em epígrafe, a entrevistada refere-se ao trabalho realizado como Assistente Social Forense. Sua prática está diretamente inserida nos processos judiciais, normalmente, relacionadas às questões afetas à família, infância e juventude. “O assistente social forense atua como assessor do magistrado, nas mais diversas ações, ou como perito social do juízo. É um profissional que compõe a equipe de apoio<sup>22</sup> ao magistrado encarregado

---

<sup>21</sup> Segundo Marilda Yamamoto, (2004), as atividades especializadas do trabalho do assistente social, encontram-se intimamente associadas à sua formação teórico-metodológica, técnico-profissional e ético-política. Suas atividades dependem da competência na leitura e acompanhamento dos processos sociais, assim como no estabelecimento de relações e vínculos sociais com os sujeitos sociais junto aos quais atua.

<sup>22</sup> Ao mencionar o trabalho em equipe reporto-me à concepção de trabalho interdisciplinar, descrito no capítulo 2, como um processo dinâmico, integrador e, sobretudo, dialógico, realizado a partir de um objetivo comum em busca de uma unidade.

de administrar e decidir processos judiciais”, (PIZZOL, 2005, p. 149). Nos últimos anos, o serviço social do judiciário também passou a ser concebido como um articulador de políticas públicas, principalmente nos setores que requerem serviços sócio-jurídicos. Neste contexto, o estudo social apresenta-se como suporte fundamental de medidas judiciais dispostas na legislação da infância e juventude, família e, mais recentemente, na legislação que trata sobre a violência praticada contra as mulheres. Para o desenvolvimento deste trabalho, o profissional realiza um estudo amplo para conhecer a situação. Para esse estudo, o profissional utiliza-se do diálogo, da observação, da análise, da pesquisa (bibliográfica ou entrevistas com terceiros), dos registros e, fundamentalmente, das leituras contidas nas entrelinhas, como destaca a entrevistada no seu depoimento:

*[...] eu estar vendo além do que a pessoa traz numa entrevista, numa abordagem [...] quantas vezes você tem que voltar, tem que retornar em alguns aspectos que te chamam atenção em algum processo [...] é ultrapassar o que está posto aí [...] (ENTREVISTADA 05).*

O resultado deste estudo social configura-se num saber-poder. Saber porque o conteúdo analisado produz um conhecimento acerca daquela situação, de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social, CEFESS (2004, p.28), “um saber que pode se constituir numa verdade. As pessoas são examinadas, avaliadas, suas vidas e condutas interpretadas e registradas, constituindo-se assim uma verdade a respeito deles”. Poder, pois esse saber será a base para o parecer social.

O parecer social diz respeito a esclarecimentos e análise, com base em conhecimento específico do Serviço Social, a uma questão ou questões relacionadas a decisões a serem tomadas. Trata-se de exposição e manifestação sucinta, enfocando-se objetivamente a questão ou situação social analisada, e os objetivos do trabalho solicitado e apresentado; a análise da situação, referenciada em fundamentos teóricos, éticos e técnicos, inerentes ao serviço social. Portanto, com base em estudo rigoroso e fundamentado. É uma finalização, de caráter conclusivo ou indicativo. [...] É um instrumento de viabilização dos direitos dos cidadãos, um meio de realização do compromisso profissional com os usuários, tendo em vista a justiça social. CEFESS (2004, p. 47)

*[...] acreditar que a nossa responsabilidade é trabalhar na perspectiva da garantia de direitos e a garantia de direitos passa pelo controle social que a gente tem que estar realizando e pela responsabilidade que o poder público e sociedade também têm com isso. (ENTREVISTADA 05)*

O parecer social é um dos instrumentos metodológicos do serviço social que possibilita ao profissional viabilizar o acesso aos direitos sociais da população usuária, levando para os espaços de poder e representação, as diversas realidades, muitas vezes escondidas no cotidiano doméstico ou invisível aos olhos daqueles que

só reconhecem como cidadãos os indivíduos<sup>23</sup> do mesmo meio social, cultural, intelectual e político. A produção do conhecimento realizado no estudo social, além de atender ao objetivo a que se destinou, constitui numa fonte de informações fidedignas medida em que essas informações revelam os fenômenos sociais do cotidiano. Assim, de posse desses documentos o profissional concentra informações concretas e importantes para elaboração do diagnóstico social do universo do qual atua e, conseqüentemente, colabora na avaliação, fiscalização e elaboração das políticas públicas.

*[...] eu acho que é uma coisa que eu peço muito [...] a gente sabe da importância de estar fazendo pesquisa [...] então se você perceber um número x de crianças que estão sendo destituídas do poder familiar, grupos de crianças [...] Muitas delas são provenientes de uma mesma localização geográfica do município. Então [...] o que está acontecendo? O que está acontecendo com a política pública que está sendo desenvolvida com aquele grupo de famílias? Por que está acontecendo assim? E aí quando se discute o custo benefício [...] uma criança custa no abrigo, hoje, perto de R\$ 800,00 e se ela permanecesse com sua família? (ENTREVISTADA 05)*

A entrevistada faz uma análise crítica acerca de uma questão importantíssima à qual todo profissional deve estar atento. É a construção de indicadores sociais e seus respectivos índices. Para que as informações se transformem em um instrumento político de transformação, sem incorrer no risco ético, é necessário transformar os conteúdos registrados nos estudos, relatórios, pareceres, dados estatísticos. Para tanto, o registro adequado das informações colhidas a partir dos atendimentos permite ao profissional construir indicadores sociais. Esses indicadores, quando mensurados, retratam o panorama da realidade social de determinado local. Portanto, representa a base, a sustentação, os argumentos contundentes para convencer aqueles que detêm o poder de gerir recursos, a financiar programas e projetos que atendem à determinada realidade. Em outras palavras, o serviço social reúne no seu instrumental metodológico, vários mecanismos de saber e de poder.

*[...] aí a discussão, por exemplo, que tem sobre a assistência social onde eu estava numa discussão das NOBs da nova perspectiva da assistência social, é uma discussão com profissionais do município, da prefeitura, da região, onde então você está discutindo as políticas públicas que estão aí, qual é a resolutividade que elas têm ou não têm, por quê? Porque no momento que eu tenho que dar um parecer no meu estudo social eu tenho, inclusive que saber como é que elas estão para que possa estar sugerindo [...] (ENTREVISTADA 05).*

---

<sup>23</sup> Trago, propositalmente, no masculino para reforçar a ordem patriarcal de gênero.

Essa prática deve acontecer num movimento dinâmico de defesa dos direitos sociais e conquista da cidadania. Independente da particularidade assumida pelo profissional no contexto das funções institucionais, a sua relação com a população beneficiária deve ser ética. Deve permitir que as pessoas identifiquem, na questão em pauta, a trama que permeia o seu problema. Por exemplo, se a questão trazida pela pessoa é a falta de um benefício, o que está por trás da carência material são as contradições capitalistas que impõem as desigualdades na redistribuição de renda, nas oportunidades de trabalho, na desfiliação dos desiguais e na reprodução da cultura patriarcal, afinal, por exemplo, o direito à pensão alimentícia das crianças que ficam com a pessoa responsável. Ainda é predominante atrelar a guarda dos filhos à figura da mãe como algo inerente à condição feminina. Essa postura é tão natural que o oposto causa estranheza e certo olhar inquisidor frente àquela mulher que permite abrir mão da sua condição. Esta concepção está além da consciência das pessoas. Ela está enraizada no plano simbólico da sociedade patriarcal. “Temos consciência do que nos oprime, mas não temos os meios para mudar as regras do jogo da opressão. [...] Para mudar as próprias condições de produção das relações de dominação é necessário todo um processo coletivo de educação”. (GEBARA, 2000, p. 112)

Neste aspecto e como o serviço público basicamente trabalha com pessoas economicamente carentes, não que o Serviço Social se resume a isto, porém, é a grande maioria de nosso público. Eu particularmente tenho paixão em trabalhar com este cunho educativo, que desperte nas pessoas a consciência do direito, e a partir daí a busca pela ampliação dos serviços e benefícios que lhe devem ser destinada a partir das políticas públicas. Como por exemplo, o acesso à moradia, renda, a condições de vida digna, tendo uma visão crítica, sabendo interpretar e entender o porquê de sua condição, evitando assim de ser enganada por tantos interesseiros de plantão no cotidiano. Motiva-me saber que o nosso trabalho faz a diferença para estas pessoas, e nossa ação pode implicar na mudança de vida e de concepção daquelas pessoas. (ENTREVISTADA 04)

Muito mais do que garantir a concessão de um benefício, há a necessidade de provocar nas pessoas a consciência acerca da compreensão da sua situação como pessoa e como ser socialmente ligado a uma estrutura de poder patriarcal, que reproduz a violência, a injustiça e a opressão como forma de manutenção do

*status quo*, fazendo com que ela perceba o mundo em que vive e que se perceba inserida neste mundo. Para tanto, o diálogo é uma exigência fundamental. O diálogo, como afirma Freire (1987, p. 79):

[...] é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes.

O diálogo possibilita um encontro entre as pessoas nas suas relações pessoais/interpessoais e na forma como elas se posicionam no mundo. É pelo diálogo que aprendemos, ensinamos, criamos e transformamos nossas idéias e concepções. Quando o silêncio é rompido, a palavra começa a dar significado aos sentimentos, às idéias, rompe barreiras e aproxima as diferenças. O diálogo, conforme Freire (1987, p. 16), “fenomeniza e historiciza a essencial intersubjetividade humana; ele é relacional [...]. Os dialogantes admiram um mesmo mundo; afastam-se dele e com ele coincidem; nele põem-se e opõem-se”. É pelo diálogo que temos a possibilidade de transformar o pensamento individual para a dimensão coletiva e nos afirmamos como cidadãos e cidadãs. De acordo com Streck (2001 p. 62):

O diálogo é o encontro amoroso, o espaço no qual as pessoas – crianças, jovens, adultos, não importa – podem se construir, realizar e experimentar como sujeitos. É a ecologia para o desenvolvimento de uma cidadania que vai além do formalismo das leis e atenta para princípios como a dignidade da pessoa, a justiça e a solidariedade.

O ser humano cresce e se humaniza na convivência com o seu meio. Assim o seu comportamento é, fortemente, influenciado pelos diversos grupos em que participa. Nesses contatos entre amigos, familiares ou grupos de trabalho, todos tendem a desenvolver certa organização, com normas e padrões de comportamento baseado na realidade de cada grupo e, é neste momento que começam as primeiras lições de convívio. O grande desafio é viver numa sociedade livre do poder da opressão. A liberdade é um direito natural de todas as pessoas, para tanto viver em sociedade é um desafio que requer ética, igualdade de direitos e justiça social. A liberdade para o serviço social é o imperativo primeiro que norteia os princípios éticos da ação profissional. É nesse cenário que a/o profissional atua, provocando nas pessoas formas de pensar e agir. O pensar, como uma condição humana de, livremente, fazer escolhas, construir idéias, ter um ideal a buscar. O agir, como uma

atitude, uma possibilidade de expressar os pensamentos, de concretizar o sonho, de realizar projetos. Esse movimento, inerente à condição humana, requer conhecimento da realidade vivida para a “recusa da alienação da tutela, do controle”, (FALEIROS, 2002, p.62). Isto implica em articular um movimento reflexivo para compreender o cotidiano e suas contradições. Para que haja esse movimento torna-se imprescindível a informação.

*[...] Dependendo do grupo que você está trabalhando você tem que ter um eixo que dá o norte do trabalho, por exemplo, num grupo de liderança o nosso eixo é política pública e liderança, gênero ali entra como uma discussão complementar, já é diferente com as domésticas. Eu vejo um pouquinho disso, não sei se também é correto esse caminho. Mas dependendo do que você elege como foco. (ENTREVISTADA 01).*

O conhecimento e a informação, certamente, contribuirão para uma mudança de atitude, a fim de que as pessoas se percebam com “capacidade individual e, sobretudo, coletiva de fazer e fazer-se oportunidade, ou de se emancipar” (DEMO, 2000, p.23).

*[...] Trabalhando nos diversos setores se consegue ter uma visão mais ampla da dinâmica e da complexidade da política de assistência social do município [...] Eu acho que o papel do assistente social se dá muito mais nesse sentido de informação, de esclarecimento, de buscar alternativas [...] O assistente social já consegue ver a situação como um todo, ou seja, vê a questão social, mas também busca alternativas para os problemas [...] ele consegue fazer esta ligação. (ENTREVISTADA 02)*

Paradoxalmente, essa profissão se firma a partir do aumento das demandas sociais. Na sua essência, o assistente social é quem colabora na crítica ao poder dominante que se mostra insensível aos problemas sociais. Nesta realidade se trabalha sob a primazia do ideal de mudança social, rompendo com práticas conservadoras e com a manutenção do *status quo*. Assim, há inúmeras possibilidades de atuação tanto nas instituições públicas como privadas. A função com assessorias, articulações ou execuções na participação, controle e fiscalização de políticas públicas, seja capacitando os representantes ou instrumentalizando as ações. Agindo e interagindo como um facilitador do crescimento pessoal na defesa dos interesses da população e na descoberta de novos horizontes e perspectivas para o enfrentamento dos problemas apresentados. E, ainda, a atuação como assistente social é de motivação no processo de mobilização e participação social, oportunizando espaços para as mais diversas manifestações.

*Setembro de 2002 ao retornar para o município, prefeitura municipal de Chapecó, junto a então Secretaria de Assistência Social e Habitação, atuei*

*junto ao Monitoramento e Avaliação, durante três anos, experiência nova, que buscava basicamente a construção de indicadores sociais que dessem conta de medir a Eficiência, Eficácia e a Efetividade da Política de Assistência Social. Neste aspecto eram visitadas e avaliadas as entidades prestadoras de serviços nesta área através de entidades Governamentais e Não Governamentais [...]. Deu-se conta de construir alguns indicadores e contribuir especialmente na organização das entidades, desde documentação, elaboração de Projetos Políticos que norteassem as ações destas instituições [...] (ENTREVISTADA 04).*

Conforme Bonetii (2003), a partir da década de 90, uma nova configuração delimita a organização social e política da sociedade, na qual o resultado do jogo de forças entre os grupos econômicos, políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil, constitui as políticas públicas. Esse resultado é atribuído para o Estado que direciona os investimentos, tanto para as organizações governamentais como não governamentais.

*Quanto aos limites, nos deparamos com significativas dificuldades financeiras, penso que devemos evoluir muito no que se refere ao conhecimento na elaboração das propostas orçamentárias dos municípios, para poder garantir a efetividade dos serviços que garantam a política, bem como, evoluir no controle social basicamente através dos conselhos municipais. Atualmente as próprias Universidades vêm desenvolvendo cursos de extensão sobre o tema. (ENTREVISTADA 04)*

Essa situação acaba por gerar uma disputa acirrada entre as organizações e instituições de Assistência Social na busca por recursos. Assim, com base no depoimento acima, há necessidade de o profissional realizar o monitoramento e avaliação das entidades e programas sociais, a fim de construir indicadores e avaliar o desempenho das ações. Também pode assessorar o Conselho Municipal de Assistência Social para o efetivo controle e fiscalização dos programas, projetos e instituições governamentais e não governamentais. Assim, é conhecendo a dura realidade da vida privada, que se caminha passo a passo, conquistando espaço, traçando estratégias, mobilizando esforços, a fim de buscar a visibilidade pública dessa realidade para o reconhecimento de todos e todas. [...] *O conhecimento tem que ser público [...] que é papel da gente estar fazendo isso [...] possibilitando que as pessoas venham acessar o conhecimento, intermediando e trocando conhecimentos.* (ENTREVISTADA 01). Como afirma Streck (2001, p.64), “uma nova cidadania deverá ser construída a partir do reconhecimento de nossa fragilidade e interdependência. [...] nos quais a dependência não significa dominação e a ternura não fica confinada à vida privada”.

### 3.2.4 A questão social: base precípua do nosso trabalho

*[...] estudei pra ir contra o capital e agora vou trabalhar com esse capital [...] Entrei em crise de identidade, quando fui trabalhar em empresa. É aí que foi o interessante da profissão [...]. É dentro do espaço da empresa que você vê e vive a relação direta capital/trabalho. Em uma instituição pública você atende o reflexo disso, mas ali (na empresa) você vivencia o confronto direto. Na empresa acho que consegui compreender mais como funciona essa relação de trabalho; o sofrimento direto do trabalhador e a fragilidade do processo de organização e até como é manipulado esse processo [...] Como são construídas alternativas para que o trabalhador não se organize. (ENTREVISTADA 01)*

*E essa idéia do trabalho doméstico como um trabalho que qualquer um pode fazer não precisa se capacitar, não tem os mesmos direitos trabalhistas que os demais trabalhadores, então assim ele é invisível, tanto nas políticas públicas quanto nas relações de trabalho e na própria relação capital/trabalho porque ele não produz lucro direto. (ENTREVISTADA 01)*

Ainda é muito presente no meio profissional certa resistência com relação ao assistente social inserido na iniciativa privada. Essa idéia construída, historicamente, a partir das concepções marxistas que denunciavam a exploração da força de trabalho pelo capital, através da mais valia, que se constitui no excedente entre o valor pago pela produção e o preço final da mercadoria, o lucro creditado à empresa. Esta equação representava ao proletariado total desvantagem, porque este não ganhava o suficiente para, sequer, adquirir a própria mercadoria produzida, agravando, conseqüentemente, sua condição econômica, social, política e cultural. Neste período de total mercantilização da força de trabalho quando a classe operária inicia seu processo de organização e fortalecimento, objetivando sua visibilidade, perante o Estado e o empresariado para o reconhecimento enquanto classe, é que o serviço social surge enquanto “práticas alienadas e alienantes, caminhando em rota oposta à marcha histórica dos trabalhadores” (MARTINELLI, 2003, p.130) e evolui para uma postura contemporânea de enfrentamento à questão social, que, segundo Martinelli (2006), é a matéria prima da profissão<sup>24</sup>. Para conceituar questão social trago o entendimento de Wanderley (2004, p. 58):

*[...] a questão social fundante permanece vigindo sob formas variáveis nesses 500 anos do descobrimento a nossos dias, centra-se nas extremas desigualdades e injustiças que reinam na estrutura social dos países latino-americanos, resultantes dos modos de produção e reprodução social, dos modos de desenvolvimento, que se formam em cada sociedade nacional e*

<sup>24</sup> Palestra proferida por Maria Lucia Martinelli, em maio de 2006, na UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, por ocasião da comemoração do dia do Assistente Social.

na região em seu complexo. Ela se funda nos conteúdos e formas assimétricos assumidos pelas relações sociais, em suas múltiplas dimensões econômicas, políticas, culturais, religiosas, com acento na concentração de poder e riqueza de classes e setores sociais dominantes e na pobreza generalizada de outras classes e setores sociais que constituem as maiorias populacionais, cujos impactos alcançam todas as dimensões da vida social, do cotidiano às determinações estruturais.

Atualmente, a questão social vem assumindo novas modalidades: se no passado as reivindicações aconteciam em busca de condições dignas de trabalho e melhores salários, atualmente a luta é por um lugar no competitivo mercado de trabalho. De acordo com Demo (2002, p.85):

Estamos agora na era da destituição, já que a classe operária não foi vencida numa luta frontal, como antes sucedia; foi minada por uma transformação de natureza sociológica; a transformação decisiva passou do modelo da sociedade de classes para sociedade salarial, na qual o trabalhador é marcado pela condição salarial. Implica o Estado de crescimento, porque a sociedade salarial é também um modo de gestão política que associou propriedade privada e propriedade social, desenvolvimento econômico e aquisição dos direitos sociais, mercado e Estado.

Segundo Demo (2002), o mercado formal é minoritário enquanto que o mercado informal abriga já mais da metade da população ativa. Assim, o grande desafio contemporâneo é a conquista por um espaço no competitivo mercado de trabalho. Outro aspecto destacado diz respeito ao aumento de pessoas com nível superior, neste mercado. Possivelmente, este fenômeno gerará uma dinâmica na sociedade com pessoas mais aptas a reclamar e a influir. Por outro lado, a demanda de excluídos aumenta e, junto a isso, estes excluídos constituem uma camada da população com níveis educacionais elevados e salários superiores, ou seja, se anteriormente a mais valia absoluta dava conta em explorar a força física do trabalhador, o presente é vivenciado pela mais valia relativa, esta é a exploradora da inteligência do trabalhador e da trabalhadora. Desse modo, a questão social constitui-se no conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso de sua constituição. Ela se manifesta nas diversas formas de violência, miséria e abandono. Segundo Wanderley (2004), atualmente, a questão social vem assumindo novas modalidades. Esse fenômeno vem acontecendo em virtude das profundas mudanças ocorridas na relação entre o capital e trabalho, nos processos produtivos, na gestão do Estado, nas políticas públicas, pelo chamado princípio da exclusão. A questão social efetiva-se tanto pelos excluídos do processo produtivo como pelos excluídos por questões étnicas,

culturais e de gênero. Segundo o autor “ela se transforma efetivamente em questão social quando é percebida e assumida por um setor da sociedade, que tenta, por algum meio, equacioná-la em demanda política, implicando em tensões e conflitos sociais” (WANDERLEY, 2004, p. 59). Muito embora seja possível ter na questão social o fundamento para o trabalho, as assistentes sociais e os assistentes sociais atuam, diretamente, nos processos ou manifestações sociais advindos dela. O grande desafio é buscar na prática profissional, estratégias de superação.

### **3.2.5 A prática do serviço social: refletindo estratégias de superação**

*Antes disso eu também fiz um outro estágio, naquele mesmo tempo que eu estava na prefeitura, numa comunidade fantástica, onde a gente fez um trabalho de organização da população tão intenso e a gente EMPODEROU tanto aquela população [...] esse trabalho foi muito, muito legal, muito positivo e assim partindo do que: que necessidades nós temos? Que responsabilidade o poder público tem de estar nos garantindo esse direito? E de que forma a gente vai se organizar? E aí lá justamente com aquele povo, naquela comunidade foi feito todo um trabalho de mutirão [...] então a gente conseguiu um avanço muito significativo. (ENTREVISTADA 05)*

A experiência relatada pela entrevistada traz à reflexão, a perspectiva do trabalho em rede voltado para a ampliação da cidadania e fortalecimento da autonomia dos sujeitos sociais. Segundo o pensamento de Iamamoto (2004), a prática profissional depende de condicionantes internos e externos em que o primeiro está relacionado às habilidades e competências do profissional em acionar o instrumental de trabalho, criar alternativas e condições favoráveis para o desempenho de sua função. O segundo constitui-se nos recursos alocados, nas políticas sociais, na política institucional e o poder por ela condicionado e, ainda, na realidade social da população destinatária. Em síntese, a prática profissional, ocorre na relação com o usuário, os empregadores e os demais profissionais, observadas as condições sociais que envolvem o contexto em análise.

Para Faleiros (2002), a construção do objeto de trabalho do serviço social deve estar condicionada a fatores históricos, políticos, conjunturais, estruturais e processuais, possibilitando ao profissional trabalhar em “rede a fim de fortalecer a relação de forças dos oprimidos nessa rede.” (FALEIROS, 2002, p.24).

A rede é uma articulação de atores em torno, vamos dizer assim, de uma questão disputada, de uma questão ao mesmo tempo, política, social, profundamente complexa e processualmente dialética. Trabalhar em rede é muito mais difícil de que empreender a mudança de comportamento, bastando para isso um bom marketing, ou realizar a intervenção no meio, ou estimular o eu, e mesmo reivindicar serviços. É a superação do voluntarismo e do determinismo, da impotência diante da estrutura e da onipotência da crença de tudo poder mudar. Na intervenção em redes o profissional não se vê nem impotente nem onipotente, mas como um sujeito inserido nas relações sociais para fortalecer, a partir das questões históricas do sujeito e das suas relações particulares, as redes destes mesmos sujeitos para ampliação do seu poder, saber, e de seus capitais. Trata-se de uma teoria relacional do poder, de uma teoria relacional da trajetória.

Na perspectiva do trabalho em rede a pessoa não é vista a partir da doença ou do problema. A intervenção deve estar voltada para a valorização dos sujeitos, observando a realidade em que estão inseridos, motivando e estimulando suas potencialidades, para que ele possa se perceber como um sujeito em processo na relação com ele próprio e com seu meio e enfrentar as adversidades de sua vida.

*Eu acho que o fato de nós, assistentes sociais, fazermos a leitura de realidade, de termos habilidade, competência para interpretar realidade, interpretar as expressões culturais da população e estar intermediando/mediando isso com o processo educativo nos legitima no trabalho de educação popular. Porque educação popular tem que estar, primeiro assim, fazendo a troca constante do conhecimento e compreendendo essa realidade acho que nós temos formação pra isso, eu acho que isso é uma das coisas que marcam muito a presença do serviço social nessa discussão. Mas o que acho de mais interessante disso tudo é a troca de conhecimento, o quanto a gente aprende com os grupos populares e descobre potencial. (ENTREVISTADA 01)*

Trabalhar em rede implica também num profundo exercício de conhecimento e reconhecimento do outro, de troca de experiências, de aprendizado mútuo, para buscar, de forma integrada com o sujeito e os demais personagens envolvidos, as respostas aos problemas. Para tanto, o profissional não se vê sozinho, ele não é nem “impotente e tampouco onipotente” Faleiros (2002); é alguém que partilha a situação, provoca reflexões, possibilita as análises amplas da situação, contextualizando-a no tempo e na história, articula os sujeitos envolvidos, constrói uma solidariedade permanente voltada a um objetivo comum. Neste trabalho, as políticas e programas específicos configuram-se como a porta de entrada, para o

acolhimento, formando o nó da rede social para os respectivos atendimentos. Assim tomo como exemplo o que a ENTREVISTADA 01 apresenta no seu relato com relação ao movimento que a profissional realiza na sua prática cotidiana: leitura da realidade, habilidades e competências para interpretar realidade e interpretar as expressões culturais da população a fim de mediá-las com o processo educativo. Esse movimento, que aproxima o serviço social da educação popular, objetiva, a partir da compreensão da própria realidade de cada pessoa, reinventar caminhos, criar possibilidades de seguir a vida, pronunciar-se no mundo. “Existir humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar”, (FREIRE, 1987, p. 78).

*[...] Hoje a gente tem a situação de um menino que está numa casa lar, mas ele está tendo crises e está sendo atendido no CAPSI<sup>25</sup>, então a gente reuniu: coordenadora do abrigo, psicóloga do abrigo, coordenadora da casa lar, médico, psiquiatra, enfermeira, pedagogo, eu, psicólogo [...] Todo mundo reunido para pensar como vamos encaminhar a situação deste menino [...] (ENTREVISTADA 05).*

*Na secretaria de saúde, na época, tive uma experiência muito boa, é um trabalho que entra na área de educação. Descobri muito a possibilidade do trabalho educativo [...] a gente aponta para o restante da equipe alguns aspectos que faz parte desta realidade. Se não fosse a minha formação em serviço social isso não viria [...] não quero ser corporativista [...]. Mas é entender essa realidade, entender o significado das coisas que as pessoas trazem, traduzindo isso em linguagem acessível, elaborando isso em processo de conhecimento. (ENTREVISTADA 01)*

Conforme depoimento das entrevistadas, a formação profissional exige uma visão de totalidade do contexto em análise. Por exemplo, na situação em que a entrevistada 05 retrata a problemática do menino abrigado, é impossível realizar um estudo social para verificar a situação sem considerar os fatos que o levaram para o abrigo, as condições de saúde física e mental, situação escolar, sua socialização com o meio, seu relacionamento na casa lar, sua vida com o grupo de amigos, comportamento, percepções sobre sua vida, família de origem, enfim tudo que diga respeito à vida desse menino. Certamente, esse estudo social será o fundamento para uma decisão judicial, onde está em jogo o futuro desse jovem junto a seus pais ou destituído do poder familiar. Isso é apenas uma face do trabalho, pois enquanto há uma profissional realizando o estudo social a fim de responder ao processo judicial, há outra profissional, inserida numa equipe de trabalho,

---

<sup>25</sup> CAPSI – Centro de Apoio Psicossocial

trabalhando a relação pais e filho, objetivando a reinserção deste menino no seu ambiente familiar. Neste exemplo, a rede de apoio constitui-se nos profissionais envolvidos e nas pessoas que representam as diversas situações relacionadas. E, nesse contexto, é que se produzem conhecimentos, muitas vezes invisibilizados, que enfraquecem a atuação de quem é profissional nesse campo.

*Então a partir dessa solicitação da comunidade nós começamos a trabalhar com grupo de adolescentes identificados como os “problemas” do Bairro (com o auxílio de uma moradora os identificamos e fizemos o primeiro contato de convite para eles virem até nós), para este fim o esporte era a única coisa que atraía os adolescentes, ou seja, era o futebol, o vôlei, o basquete, mas principalmente o futebol. E aí em conjunto com estagiários de educação física, fazíamos o trabalho com o grupo todos os sábados, nós não precisávamos ir atrás deles, eles vinham espontaneamente. O grupo passava por altos e baixos, às vezes tinha dez, às vezes tinha vinte, mas eles vinham, e acabava criando vínculo conosco porque até hoje se você encontrá-los em qualquer lugar, eles te reconhecem, eles param, eles conversam, e eram todos adolescentes com vários atos inflacionais desde homicídio, furto, estupro, enfim, um público bem diversificado e todos indistintamente usuários de drogas: maconha, craque, cocaína. (ENTREVISTADA 02)*

Partindo do relato da entrevistada, faço relação direta com minha experiência profissional junto à Promotoria da Infância e Adolescência na comarca de Chapecó, SC, quando no ano de 2005, juntamente com uma equipe de profissionais, iniciamos um projeto ambicioso, na perspectiva do trabalho em rede, para atender à demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e pessoal. É notório, nessa região, existirem situações como violência e exploração sexual, situação de rua, evasão escolar, delinquência infanto-juvenil, alcoolismo e dependência de substâncias psicoativas, abandono com ou sem ruptura de presença e exploração do trabalho infantil. Com base em levantamentos realizados, observamos que o Município de Chapecó, através das instituições governamentais, não governamentais e representantes da sociedade civil tem se mobilizado no sentido de diminuir a problemática que preocupa a todos. Entretanto, identificamos que diferentes instituições atendem, muitas vezes, às mesmas famílias sem trocar informações, realizando ações sobrepostas, com concepções ideológicas diferentes que transitam deste a repressão, tutela e assistência. Essas instituições permanecem ‘tratando o problema’ como a causa de todos os males sociais, sem uma efetiva compreensão de que as questões que preocupam a sociedade e ameaçam a ordem vigente, são na verdade, o resultado de um contexto social, político, cultural e econômico, historicamente construído e que referendam as

desigualdades sociais, refletindo, cotidianamente, nos espaços familiares e, recaindo sobre a infância e adolescência, as conseqüências mais dolorosas e traumáticas que testemunhamos cotidianamente. Assim, surgiu a necessidade de reavaliar o presente cenário e refletir acerca de uma nova postura capaz de “promover a articulação dos sujeitos através do diálogo, do respeito, do compromisso e da solidariedade”, objetivando construir alternativas de enfrentamento “às múltiplas expressões da questão social” (TÜRCK, 2002, p.23). Partindo dessa discussão, tomamos a iniciativa de promover um encontro entre todas as pessoas e instituições com atuação direta e indireta no sistema de proteção integral previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Neste encontro, lançamos a proposta de trabalho em rede no qual, após debates e discussões, concluímos que é fundamental realizar ações articuladas e continuadas com todos os setores de atendimento, inclusive sociedade civil, na busca de soluções para os enfrentamentos dos problemas. Para tanto, sugerimos, como projeto piloto, a realização de estudo de casos concretos com a respectiva rede de apoio, em que as ações estarão voltadas para o contexto familiar e comunitário, valorizando as potencialidades daquele contexto como possibilidades para empreender esforços, ao contrário das práticas isoladas e fragmentas, focadas para o problema. Concomitante aos estudos de casos, pretendíamos construir uma metodologia de trabalho que atendesse as necessidades locais e, com base nos relatos das experiências vividas, produzir um material teórico a fim de subsidiar futuras intervenções. Por fim, ainda como um grande desafio, consideramos como necessária a realização de um levantamento qualitativo e quantitativo para identificar todas as pessoas, entidades e instituições que compõem a rede de atendimento, objetivando construir um fluxo de comunicação seguro e eficaz. A experiência foi surpreendente. As pessoas aderiram à proposta de trabalho e, já no segundo encontro, o número de participantes havia triplicado. Atualmente, estamos trabalhando com base nas experiências vividas nos estudos de casos concretos. Há um grupo de pessoas atuando no levantamento das instituições para mapear a rede e organizar o fluxo de comunicação através da informática.

Trouxe essa experiência para a presente reflexão, pois penso que os princípios que norteiam a ação em rede se aproximam aos fundamentos da educação popular, como *uma decisão política, uma decisão filosófica, [...]*

(ENTREVISTADA 01), na medida em que buscamos o fortalecimento do sujeito para romper com sua situação presente de dominação ou alienação, e a autonomia para buscar, por sua própria consciência, a construção da sua história.

*[...] mais do que nunca, a gente vê a importância do nosso trabalho, eu acredito muito na nossa profissão, que nós somos um profissional que tem a possibilidade de estar compondo equipe, qualquer equipe que seja a gente tem condições de estar discutindo e estar trazendo um outro olhar pra qualquer outro profissional [...]* (ENTREVISTADA 05).

Como é possível verificar na experiência descrita e, conforme o relato da entrevistada 05, esse trabalho é amplo e, por isso, exige uma parceria que fortaleça as ações, some esforços e conhecimentos e busque as diversas frentes de atuação e fundamentalmente a participação dos sujeitos sociais. *[...] o profissional tem que buscar a participação da população a partir das concepções dela [...] porque não adianta impor nada [...] sem a participação concreta dos sujeitos, não tem como realizar uma política emancipatória.* (ENTREVISTADA 02). Ao que parece é na relação de troca que crescemos, fortalecemos e encontramos caminhos diferentes de existir no mundo!

*A nossa relação aqui é muito de troca. Há uma troca constante do que cada uma de sua especificidade coloca [...] a gente está constantemente discutindo, colocando, relatando e trazendo as questões e avaliando cada um na sua área, [...]. Eu acho que a troca que a gente tem aqui é muito boa.* (ENTREVISTADA 03)

O trabalho em rede coloca os profissionais num mesmo patamar de importância, favorece um processo de conhecimento e amadurecimento, constrói um entendimento comum e possibilita uma cumplicidade maior entre a equipe, pois a intervenção não acontece de forma isolada, mas sim num contexto coletivo, dinâmico e processual.

### **3.2.6 Da superação do pensamento individual para a idéia do coletivo: a educação popular em diálogo com o serviço social**

*Você pode trabalhar com trabalhadoras de frigorífico que passam por diversos problemas, ficam doentes aos trinta anos [...] e que usam o serviço de trabalhadoras domésticas, então assim o que você não pode é reforçar naquele grupo um sentimento de não identificação de que aquele seu empregado também faz parte dessa sociedade e também vivencia suas dificuldades... Eu acho que a Educação popular contribui quando busca a*

*superação do pensamento individual para a idéia do coletivo. E aí a gente vai na contra-mão do que está posto pelo individualismo... E nesse interesse coletivo a gente pode reunir patroa e empregadas para discutir alguma coisa sobre os direitos da mulher... E aí depende muito do que você está trabalhando. O trabalho doméstico, por exemplo, é um trabalho discriminado então você tem que trabalhar com quem é patrão. Então tem que fazer esse movimento. (ENTREVISTADA 01)*

Ao associar as possibilidades que a educação popular permite no cotidiano do serviço social, a entrevistada traz para a reflexão um olhar contemporâneo acerca dos movimentos sociais, no qual nos é possível, em um dado momento, reunir empregadas em torno de questões relativas à classe doméstica; condições de trabalho, previdência social e direito das trabalhadoras, entre outras. E num outro momento temos a possibilidade de reunir patroas e empregadas para discutir questões relativas a gênero. Isso nos leva a crer que os movimentos populares do presente não conservam as mesmas características daqueles da década de sessenta ou setenta os quais eram, prioritariamente, protagonizados pela classe trabalhadora, cuja essência dos embates firmava-se nos enfrentamentos radicais com o sistema de poder. Assim como os novos arranjos aconteceram na medida em que foram surgindo novas causas, a concepção de sujeitos sociais, também se ampliou. Atualmente, não só os operários são sujeitos dos movimentos sociais, mas todos aqueles que reclamam por um lugar na sociedade. Como defende Demo (2002), o cerne da pobreza constitui-se na precariedade da cidadania. Esta precariedade que transita entre a carência material que compreende as condições mínimas de sobrevivência, como: alimentação, saúde, educação, assistência social e equilíbrio ambiental, como também, a consciência de ser e estar no mundo.

Para Brandão (2002), esses movimentos populares que ora vivem um processo de transformação, denominados como “frentes de lutas”, desativam boa parte do ideário da utopia via-revolução, articulam-se e se mobilizam num determinado momento, a partir de um eixo comum de ação social em prol de direitos humanos, de cidadania e, no limite, de uma conquista democrática de esferas de poder nem sempre associados ao Governo de Estado.

Para algumas organizações não governamentais e para alguns novos movimentos sociais, a pessoa cidadã é, antes de tudo, um sujeito de direitos. E a sua ação social limita-se ao desejo de conquista de seus direitos específicos e pessoais. Para outras, e este será o caso da maior parte dos *movimentos populares*, a pessoa cidadã é o sujeito de deveres sociais de teor político, em nome dos quais não apenas reclama os seus direitos, mas age para construir “um outro mundo possível” de realização plena dos direitos. (BRANDÃO, 2002, p. 269).

Atualmente, o campo das lutas sociais se ampliou, abrindo possibilidades de aliança entre os sujeitos sociais. O controle social exercido pelos conselhos municipais configura-se em um exemplo claro para ilustrar esta reflexão. Referidos conselhos, compostos em parte por representações da sociedade civil a partir de várias instituições que atuam, diretamente, com a causa pelos quais defendem, reúnem-se nestes espaços de discussão para pensar a política do seu município, região e/ou Estado relacionado com a problemática específica da qual trabalha. Isto é independente dos interesses institucionais, há um objetivo comum coletivo. Assim podemos citar o conselho do idoso, da mulher, do trabalho e renda, entre outros.

*[...] como única profissional no município, por ser um município pequeno, naquele momento com 8.500 habitantes, a gente transita entre as diversas áreas e políticas: de Saúde, Educação, Assistência Social, Conselhos Municipais de direitos, enfim, nesta perspectiva basicamente se trabalha na defesa dos direitos dos usuários e na ampliação de sua cidadania, a partir da concepção e princípios que se cultiva, das políticas sociais como direito do cidadão [...]. (ENTREVISTADA 04)*

Outro exemplo, para ilustrar este pensamento, está relacionado à questão ambiental e à paz mundial. Quando o assunto se refere à degradação do meio ambiente e, por conseguinte suas catástrofes que dizimam vidas e destroem cidades ou no caso das guerras que também matam inocentes, separam famílias, destroem sonhos, o conceito de exclusão e cidadania se amplia. Nestes casos, um grande contingente de mulheres, homens, crianças, idosos, independente de condição social, cultural, étnica e religiosa, são os sujeitos sociais alijados dos direitos como pessoas humanas de usufruírem das riquezas naturais e da paz mundial. Neste contexto, é importante compreender que todas as pessoas são sujeitos de deveres sociais de teor político com potencial transformador.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei, de maneira sistematizada, através da minha própria narrativa e das cinco assistentes sociais, identificar o trabalho existente no âmbito do serviço social. Objetivei aproximar o Serviço Social e a Educação Popular com os processos de reprodução sexista nas relações de gênero, relacionando essas áreas do conhecimento com uma proposta política de emancipação social. O caminho foi percorrido a partir de entrevistas reflexivas com assistentes sociais do Município de Chapecó, SC. O critério de elegibilidade para essas escolhas ocorreu com base na iniciativa e disponibilidade dessas profissionais em contribuir para a presente proposta. A partir das experiências vividas, por essas mulheres, no âmbito pessoal ou nas relações de trabalho, procurei observar a compreensão de mundo que cada qual possui frente às relações sociais para o atendimento a um compromisso ético-político de emancipação social. Partindo dessas experiências, refleti acerca das seguintes categorias: questão social, mediação no serviço social, cidadania, emancipação, exclusão social, relações de gênero e educação popular.

O exercício de pensar, dialogicamente, a trama que envolve o serviço social, educação popular e relações de gênero, na busca de uma proposta de emancipação social, provocou em mim muitos conflitos, algumas dúvidas e outras constatações sobre a existência humana e suas implicações no cotidiano da vida das pessoas e o convívio com os seus semelhantes.

Historicamente, as relações sociais aconteceram de forma conflituosa. A questão social, objeto de trabalho do serviço social, surge a partir da organização da sociedade, no momento em que os problemas políticos, sociais e econômicos começam a emergir. A partir do século passado, concomitante ao desenvolvimento econômico e o progresso tecnológico, a questão social sofre transformações e passa a assumir novas modalidades. A pobreza, a miséria e a exclusão social, aumentam, significativamente, ampliando o universo de pessoas oprimidas, estigmatizadas e desfilhadas e matando outro contingente através da fome, da falta de saúde, da grande demanda de violência em todas suas dimensões.

A exclusão social, fenômeno estrutural que, historicamente, reflete a conjuntura social, econômica e política do país, vem se firmando, cotidianamente, no

modo de vida das pessoas, classes ou grupos sociais. Esse fenômeno social, gradativamente, vem atingindo a todos: “a uns porque os priva do básico para viver com dignidade, como cidadão; a outros porque lhes impõe o terror da incerteza quanto ao próprio destino e ao destino dos filhos e dos próximos” (MARTINS, 2002, p. 21). Resulta na nulificação e na banalização da condição humana como sujeito capaz de escolher o próprio destino. A exclusão social, citada em um texto de Bonetti (2003), não apenas marginaliza, mas sim desconsidera a existência humana. Cria e perpetua condições sociais que tornam permanente o ato de morrer. A exclusão social provoca a discórdia entre os povos, divide a sociedade com base na cor, na raça, na condição social de gênero, na opção sexual, política e religiosa das pessoas, enfim, divide os iguais: ‘Ser Humano’ e ‘Ser Humana’, pelo fato de possuírem diferentes identidades. ‘Poucos’ se enquadram no paradigma de ‘homem’ reconhecido na sociedade moderna ocidental. Esse paradigma que divide a nossa sociedade em dois hemisférios: o mundo doméstico, vivido pelas subjetividades das pessoas, que revela os sentimentos e fragilidades. É o mundo que sofre, que se subjugava ao poder masculino. O doméstico vivencia o mal da culpa, da violência, do abandono, da falta de esperança e perspectiva de superação, da dificuldade de reconhecer-se como ente histórico com capacidade de se autogerir. O mundo doméstico também vive o mal de reproduzir na educação das crianças essa lógica perversa que divide, estigmatiza e oprime e que há séculos predomina. O mundo doméstico está para as mulheres, e para os desvalidos, assim como o outro hemisfério: o mundo público está para os homens fortes, saudáveis, bem sucedidos, capazes, produtivos e ativos. Os “cidadãos”! O mundo público é o da ordem opressora que reserva lugar apenas para uma minoria.

Nesses dois mundos dicotômicos situo o serviço social: de um lado inserido no mundo doméstico como uma profissão que segue a trilha do poder hegemônico na medida em que realiza a prática assistencialista, paternalista, androcêntrica e sexista implícita no conteúdo ideológico das políticas públicas. Seres humanas criadas para a submissão, crescem impregnadas pela ideologia do patriarcado. Profissionais que, no exercício do dever de assistentes sociais, ficam subordinadas ao poder institucional empregador, devendo responder a normas e regras por ele imposto. E, no afã de responder às mazelas que emergem cotidianamente nos atendimentos, para cumprir com o dever ético de defender ou garantir direitos,

sucumbem a essa lógica sem perceber as suas sinuosidades. Por outro lado, percebo o serviço social emergindo no espaço público onde, como classe profissional construiu, dentro de um processo histórico, uma identidade própria que vem se consolidando na medida em que conquistou espaços, construiu um referencial teórico crítico, buscou e continua buscando, metodologicamente, estratégias de superação para uma ação emancipatória e, ainda, construiu código de ética, que regulamenta a prática profissional, ancorado nos princípios de democracia, liberdade, cidadania, autonomia, equidade e justiça social.

Contraditoriamente, a ação da assistente social deve atender ao compromisso ético profissional de romper com as formas de opressão, discriminação, preconceito, exploração de classe, etnia e gênero e, ao mesmo tempo, dar respostas ao poder dominante. Enquanto profissional inserida na divisão social do trabalho se vê subordinada aos interesses institucionais que vão de encontro com o projeto emancipatório da profissão. É nesse impasse que acontecem as mediações, entendidas aqui como um processo estratégico de atuação profissional que atende a um compromisso ético, político e social, rompendo com a hegemonia de determinada classe, em benefício de outra subalterna, por meio de ações articuladas, mobilizações de esforços para fortalecer as organizações populares, objetivando a busca de seus interesses.

O reconhecimento da liberdade e da autonomia e da cidadania implica no resgate individual dos sujeitos como possibilidade de insurgirem-se diante das contradições e das injustiças sociais que suplantam a auto-estima e a subjetividade humana. Consiste em buscar um novo sentido para a vida, capaz de possibilitar às pessoas o seu fortalecimento a fim de reconhecerem como desafio as adversidades que antes eram vistas como destino. A capacidade de indignação, segundo Freire (2000). Entretanto, essa possibilidade individual depende de uma construção coletiva em busca de uma outra ordem social na qual, homens e mulheres sejam reconhecidos como sujeitos sociais portadores de diferentes identidades, dividindo um espaço político igualitário. É nesse cenário que ouvi as histórias de vida das profissionais que atuam, provocando nas pessoas formas de pensar e agir. Às vezes repetindo estereótipos, mas às vezes também rompendo com eles. O pensar, como uma condição humana de, livremente, fazer escolhas, construir idéias, ter um ideal a buscar. O agir, como uma atitude, uma possibilidade de expressar os pensamentos,

de concretizar o sonho, de realizar projetos. Consegui identificar isto não só nas experiências narradas pelas entrevistadas, mas também na minha narrativa, como um caminhar para si, no dizer de Josso, (2004). É um exercício que implica em articular um movimento reflexivo para compreender o cotidiano e suas contradições. O conceito de cidadania, num exercício de problematização, transcende os limites da carência, seja ela material ou política. Ela precisa dar conta de uma complexidade de fatores conjunturais, culturais, emocionais, sociais, políticos e econômicos. A concretização da cidadania implica na possibilidade de as pessoas possuírem condições dignas de vida, como o acesso a serviços públicos com qualidade. É decidir acerca do seu modo de ser e estar na sociedade e, ao mesmo tempo, reivindicar igualdade econômica, independente das suas diferenças étnicas, raciais, sexuais, religiosas ou estilos de vidas. A cidadania somente poderá efetivar-se quando todas as pessoas que fazem parte de uma mesma sociedade tiverem as mesmas condições e oportunidades.

O encontro entre serviço social, educação popular e relações de gênero possibilitou mergulhar no cotidiano de experiências vividas a partir de um olhar coletivo, e entender que a rotina vivida no contexto da família, do trabalho, da comunidade, não pode ser dissociada do todo, da grande teia social que é o lugar onde são produzidos e reproduzidos comportamentos. O entrelaçamento desta tríade sugere algumas possibilidades de construção de diferentes arranjos sociais. A partir das discussões, nos mais variados espaços de trabalho, há a possibilidade de provocar o movimento reflexivo para uma nova identidade masculina e feminina, capaz de reconhecer o espaço doméstico/privado como parte das macro-estruturas econômicas e culturais e, a partir disso, construir uma relação de mutualidade a fim de que se tornem identidades as diferenças.

Dependendo da forma como trabalhamos com as pessoas, estaremos colaborando para a manutenção da precarização de suas vidas, ou poderemos fortalecê-las para que possam compreender a realidade em que vivem e, de forma consciente, transformá-la. Para tanto, o diálogo é uma exigência fundamental. O diálogo possibilita um encontro entre as pessoas nas suas relações pessoais, interpessoais e na forma como elas se posicionam no mundo. É pelo diálogo que aprendemos, ensinamos, criamos e transformamos nossas idéias e concepções. Quando o silêncio é rompido, a palavra começa a dar significado aos sentimentos,

às idéias, rompe barreiras e aproxima as diferenças. É pelo diálogo que temos a possibilidade de transformar o pensamento individual para a dimensão coletiva e nos afirmamos como cidadãos e cidadãs.

Identifiquei que há, nos meandros destes três saberes, uma utopia comum, um sonho na busca pela transformação social em nome da liberdade, do direito de ser e fazer história, no desejo de autonomia para cada pessoa. Educação popular, serviço social e gênero têm a ver com as pessoas nas suas relações e no modo com que vivem e sofrem os reflexos de uma sociedade que as rejeitam ou sequer, as vêem. Pessoas que se identificam pelo não pertencimento, pela sujeição do outro, pela necessidade de se rebelar e soltar a voz em favor de si, do seu reconhecimento, de sua cidadania. É nesse diálogo entre o serviço social, educação popular e relações de gênero que construí uma reflexão sobre uma proposta utópica, uma utopia emancipatória!

Certamente, não esgotei minhas reflexões. Muito embora, como já referi na introdução, é necessário o desfecho. Entretanto, essa produção me permitiu, além do que a academia oportuniza no universo teórico, o desvelamento de uma subjetividade que não imaginava possuir. Quero me referir um olhar que aprendi a ter sobre a realidade da vida das pessoas e da minha própria vida. Um olhar que me permite ser humana com qualidades e fragilidades. De trabalhar e de conviver com as pessoas sem querer impor verdades absolutas, de olhar para os sujeitos que buscam os meus serviços e não fazer um pré-julgamento, de conhecer outros valores e respeitá-los, muito embora sem ter que concordar. De aprender com o cotidiano vivido e observado e transformá-lo em um saber, um saber valioso, das coisas da vida, do mundo humano. Assim, sem pretender prescrever receitas, inspiro-me no poema de Cecília Meireles, que fala sobre a arte de ser feliz. Assim, pois, considerando minha dimensão política, social e profissional, penso que a arte de ser feliz está em olhar para vida e perceber as possibilidades e, no exercício da minha profissão de assistente social, transcender a este olhar, instigando os sujeitos para a necessidade de dar um passo a mais!

*A arte de ser feliz.*

*Houve um tempo em que minha janela se abria sobre uma cidade que parecia ser feita de giz. Perto da janela havia um pequeno jardim quase seco.*

*Era uma época de estiagem, de terra esfarelada, e o jardim parecia morto.*

*Mas todas as manhãs vinha um pobre com um balde, e, em silêncio, ia atirando com a mão umas gotas de água sobre as plantas. Não era uma rega: era uma espécie de aspersão ritual, para que o jardim não morresse.*

*E eu olhava para as plantas, para o homem, para as gotas de água que caíam de seus dedos magros e meu coração ficava completamente feliz.*

*Às vezes abro a janela e encontro o jasmineiro em flor. Outras vezes encontro nuvens espessas. Avisto crianças que vão para a escola. Pardais que pulam pelo muro. Gatos que abrem e fecham os olhos, sonhando com pardais. Borboletas brancas, duas a duas, como refletidas no espelho do ar.*

*Marimbondos que sempre me parecem personagens de Lope de Vega. Às vezes, um galo canta. Às vezes, um avião passa. Tudo está certo, no seu lugar, cumprindo o seu destino. E eu me sinto completamente feliz.*

*Mas, quando falo dessas pequenas felicidades certas, que estão diante de cada janela, uns dizem que essas coisas não existem, outros que só existem diante das minhas janelas, e outros, finalmente, que é preciso aprender a olhar, para poder vê-las assim.*

*Cecília Meireles*

## BIBLIOGRAFIA

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro**: de frente para o Estado, em busca do parlamento: São Paulo: Cortez, 1991.

BIASE, Paola Gaiotti. De uma cidadania a outra. O duplo protagonismo das mulheres católicas In.: BONACCHI, Gabriela; GROPPPI, Ângela (Org.). **O dilema da cidadania**: direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.

BONACCHI, Gabriela; GROPPPI, Ângela (Org.). **O dilema da cidadania**: direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.

BONETI, Lindomar Wessler (Org.). **Educação, exclusão e cidadania**. 3.ed. Ijuí: Unijuí, 2003.

BRANDÃO. Carlos Rodrigues. **A Educação como Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **A Educação Popular na Escola Cidadã**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CAMPOS, André et al. (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**: dinâmica e manifestação territorial. 2.ed. São Paulo: Cortez, v. 2, 2004.

CÓDIGO DE ÉTICA. Resolução CFESS n. 273/93 de 13 de março de 1993. In.: Coletânea de Leis. 2ª ed. Santa Catarina, CRESS, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, (Org.). **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e previdência social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1988, In.: Coletânea de Leis. 2.ed. Santa Catarina, CRESS, 2001.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, In.: Coletânea de Leis. 2.ed. Santa Catarina, CRESS, 2001.

DEMO, Pedro. **Cidadania menor - algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

DEMO, Pedro. **O charme da exclusão social**. 2.ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

\_\_\_\_\_. **Política social e democracia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069 de 13 de julho de 1993, In.: Coletânea de Leis. 2. ed. Santa Catarina, CRESS, 2001.

EGGERT, Edla. **Educação popular e teologia das margens**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2003.

\_\_\_\_\_. Pesquisa como pronúncia do mundo através da produção do conhecimento feminista. In.: STRECK, Danilo; EGGERT, Edla; SOBOTTKA, Emil (Org.). **Dizer a tua palavra: educação cidadã, pesquisa participante, orçamento público**. Pelotas, RS: Seiva, 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, Paulo. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992a.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: Unesp, 2000.

GALEOTTI, Anna Elisabetta. Cidadania e diferença de gênero. O problema da dupla lealdade. In.: BONACCHI, Gabriela; GROPPI, Ângela (Org.). **O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.

GALLO, Zeli M.C. **O código de ética profissional do assistente social comentado**. Frederico Westphalen: URI, 2003.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio**: uma fenomenologia feminista do mal. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GHIDELLA, Cássio. **Hanseníase**. Disponível em: <<http://www.geocities.com/hanseniasse/index.html>>. Acesso em 29 jan. 2007.  
GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IAMAMOTTO, Marilda. **O serviço social na contemporaneidade**: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza, 1997.

\_\_\_\_\_. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 16.ed. São Paulo: Cortez, Lima: Peru, CELATS, 2004.

JOSSO, Marie-Cristine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

LOAS, Lei orgânica da assistência social. Lei 8.842/94 de 4 de janeiro de 1994, In.: Coletânea de Leis. 2. ed. Santa Catarina, CRESS, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Epistemologia feminista e teorização social - desafios, subversões e alianças. In.: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup (Org.). **Gênero Plural**: um debate interdisciplinar. Curitiba: UFPR, 2002.

MACHADO, Antonio. Caminhante In: "**Provérbios y cantares**". Disponível em: <<http://www.cuidardoser.com.br/caminhante.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MEIRELES, Cecília. **A Arte de ser feliz**. Disponível em: <<http://zezepina.utoxia.com.br/poesia/>>. Acesso em: 01 fev. 2007.

MORAES, Vinícius. **O haver**. Disponível em: <<http://www.releituras.com;viniciusmhaver.asp>>. Acesso em: 27 jan. 2007.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

PENHA, Maria. Lei nº 11.340 de 07/08/2006 (de combate à violência doméstica e familiar). Disponível em <<http://www.agende.org.br/legislacao/federal.php>>. Acesso em: 29 jan. 2007.

\_\_\_\_\_. **Sobrevivi... O relato do caso Maria da Penha**. Disponível em: <<http://www.agende.org.br/docs/File/convencoes/belem/docs/Caso%20maria%20da%20penha.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2007.

PEREIRA, Gecy Mary. **O assassinato da concubina do levita - a mulher como vítima da estrutura patriarcal**: um olhar sobre juízes. Disponível em <<http://www.ftsa.edu.br/revista/artigos>>. Acesso em: 27 jan. 2007.

PIZZOL, Alcebir Dal. **Estudo social ou perícia social – um estudo teórico prático na justiça catarinense**. Florianópolis: Insular, 2005.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SÁ, Janete. **Serviço social e interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 1990.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriacardo, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Vini Rabassa. **Serviço social, movimentos comunitários e cidadania em busca de uma metodologia**. Pelotas: Educat, 1995.

SIMIONATTO, Ivete. **GRAMSCI: Sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social**. 3.ed. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo et al. **Os direitos dos desassistidos sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1991.

STOER, Stephen R. **Os lugares da exclusão social: um dispositivo de diferenciação pedagógica**. São Paulo: Cortez, 2004.

STRECK, Danilo R. (Org.). **Paulo Freire: ética, utopia e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Educação para um novo contrato social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia no encontro de tempos. Ensaio inspirados em Paulo Freire**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SZYMANSKI, Heloísa (Org.). ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília: Plano, 2002.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Rede interna e rede social: o desafio permanente nas teias das relações sociais**. 2.ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no Contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho. In.: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS Lucia, YAZBEK Maria Carmelita (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

ZITKOSKI, Jaime José. **Horizontes da (Re) fundamentação em educação popular: um diálogo entre Freire e Habermas**. Frederico Westphalen: URI, 2000.